



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA
DO COMPORTAMENTO**

DANIELA BALDEZ DINIZ

**ESTILOS PARENTAIS NO MICROSSISTEMA FAMILIAR DE ADOLESCENTES
COM E SEM HISTÓRICO DE ATO INFRACIONAL**

BELÉM - PA

2024



DANIELA BALDEZ DINIZ

**ESTILOS PARENTAIS NO MICROSSISTEMA FAMILIAR DE ADOLESCENTES
COM E SEM HISTÓRICO DE ATO INFRACIONAL**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do
Comportamento como requisito para obtenção do
grau de Mestre em Teoria e Pesquisa do
Comportamento.**

Orientadora: Profª Drª Lília Iêda Chaves Cavalcante

Área de concentração: Ecoetologia

BELÉM-PA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
UFPA/Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento/Biblioteca

- D585e Diniz, Daniela Baldez, 1995-
 Estilos parentais no microssistema familiar de adolescentes com e
 sem histórico de ato infracional / Daniela Baldez Diniz. — 2024.
 138 f.: il.
- Orientador: Lília Iêda Chaves Cavalcante
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de
 Teoria e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-Graduação
 em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2024.
1. Análise do comportamento. 2. Ecoetologia. 3. Desenvolvimento
 Humano. 4. Microssistema familiar. 5. Adolescentes (com e sem Ato
 infracional). I. Título.

CDD - 23. ed.- 150.724

Catalogação na fonte: Maria Célia Santana da Silva- CRB-2/780

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Daniela Baldez Diniz, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil.

Contato: Daniela Baldez Diniz

Mail: danielabaldez.psico@gmail.com



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias Nº. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

Defesa de Mestrado

“Estilos Parentais no Microssistema Familiar de Adolescentes com e sem Histórico de Ato Infracional.”

Aluna: Daniela Baldez Diniz.

Data da Defesa: 03 de julho de 2024.

Resultado: Aprovada.

Banca Examinadora:

Profª Drª Lília Iêda Chaves Cavalcante (orientadora – UFPA).

Profª Drª Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos
(membro 1 – UnB).

Profª Drª Milene Maria Xavier Veloso (membro 2 – UFPA).



Termo de Autorização e Declaração de Distribuição não exclusiva para Publicação Digital no Repositório Institucional da UFPA

IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR E DA OBRA

Autor*: Daniela Baldez Diniz

Vínculo com a UFPA: () Servidor; (X) Discente Unidade: Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento

Sub Unidade: Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

Tipo do documento: () Tese; (X) Dissertação; () Livro; () Capítulo de Livro; () Artigo de Periódico; () Trabalho de Evento; ()

Outro. Especifique: _____

Título do Trabalho: Estilos Parentais no Microssistema Familiar de Adolescentes com e sem histórico de ato infracional.

Data da Defesa: 03/07/2024

Área do Conhecimento: Desenvolvimento Humano

Agência de Fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

*Para cada autor, uma autorização preenchida e assinada

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA

O referido autor:

- Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.
- Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal do Pará os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros, está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal do Pará, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPA a disponibilizar de acordo com a licença pública Creative Commons Licença 3.0 Unported, e de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra citada, conforme permissões abaixo por mim assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a partir desta data.

Permitir o uso comercial da obra?

(X) Sim () Não

Permitir modificações em sua obra?

(X) Sim, contanto que compartilhem pela mesma licença. () Não

O documento está sujeito ao registro de patente?

() Sim (X) Não

A obra continua protegida conforme a Lei Direito Autoral.

Belém (PA), 26/09/2024.

Documento assinado digitalmente

gov.br

DANIELA BALDEZ DINIZ

Data: 26/09/2024 14:01:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos do Autor

Àqueles que viram meus primeiros passos
Seguraram a minha mão em cada cambaleada
Dividiram seu tempo e energia comigo
Me protegeram, amaram e apoiaram
Protegem. Amam. Apoiam
Pai. Mãe. Irmão
Estes: Daniel, Silvia e Danilo.

AGRADECIMENTOS

Estudar famílias, não parece, a primeiro momento, difícil, todos temos uma noção do funcionamento de uma família, fomos criados por uma, construímos outra ao longo da vida e mantemos relacionamento com várias, portanto é uma temática que não está longe do nosso cotidiano.

No entanto, esse olhar inicial, não se mantém por muito tempo e logo é substituído pelo desafio de compreender a complexidade de tantas famílias que existem, é sempre desafiador se permitir olhar para dentro da casa de muitos outros, encarar realidades diversas e observar formas de funcionar que se aproximam ou distanciam do que eu tenho de família. Nesse sentido, como parte fundamental da construção desse trabalho, ofereço esse espaço para agradecer as pessoas que durante esse tempo me apoiaram e me ajudaram de alguma forma no preparo desta dissertação.

À Nazinha, grande Mãe, sempre comigo nesses vinte oito anos de vida e por meio da fitinha do Círio tem me abençoado com muita força e coragem para encarar os desafios presentes, principalmente, nesses dois anos de mestrado.

À minha família, quem dediquei essa dissertação. A presença de Daniel, Silvia e Danilo e todo o amor que eu recebo vindo deles, atravessou cada entrevista e coleta realizada, ter eles como família tem sido a razão pelo qual eu estudo e pesquiso essa temática e suas particularidades, saibam que o que temos entre nós não é tão fácil de encontrar e não é tão fácil de manter, então gratidão por serem meu ponto de partida e base inicial para tudo que tenho construído desde então.

Ao meu amor, Brenner Melo, gratidão por dividir por todo esse tempo: risadas, sonhos, angústias e planos comigo, você tem sido meu companheiro durante oito anos e nesses dois anos de mestrado encarou comigo o desafio de formar nossa própria família, na nossa casa juntos dos nossos Ozzy e Axl, o que estamos construindo juntos é o que me mantém firme e confiante, essa conquista é nossa. Te amo.

Aos meus amigos que direta ou indiretamente, aliviaram os desesperos e ampliaram as alegrias do mestrado, especialmente: Daniele Gonçalves, Maria Viana, Alex Pantoja, Allana Baldez, Ana Beatriz, Aurélio Miguel, José Hilton e Thay Amaral. Saibam que as dores e surtos do mestrado foram sentidos e atenuados por causa da presença de vocês, áudios de whatsapp, textos e conversas, gratidão, eu amo vocês.

À Laura, minha amiga, éramos concorrentes de mestrado, decidimos estudar juntas e desde que passamos tenho caminhado de mãos dadas com ela, te agradeço por confiar em mim tantos momentos que nem eu mesmo confiava. Te amo e que possamos seguir juntas.

À minha orientadora, Lília Cavalcante, que em 2017 viu em mim algum potencial e desde então tem me acompanhado na pesquisa. Muito obrigada por transmitir todo o seu conhecimento nesses sete anos de parceria e simultaneamente estar aberta a aprender cada vez mais. Seu olhar atento e afetuoso tem me acolhido e me ensinado que é possível entregar um trabalho objetivo e científico, mas também humano, esse trabalho é fruto de sua paciência e motivação. Sua presença é tão marcante que todos os trabalhos que penso no futuro, sempre penso em ter você ao meu lado, muitos corações e *seguimos*.

Ao GEAV, e a todas as mulheres que compõem esse grupo, em especial: professoras Lília Cavalcante, Milene Veloso e Daniela Reis, e as pesquisadoras Máira Ferraz, Viviam Silveira, Laura Silveira, Tayná Sena, Larissa Costa, Ellan Araújo, Camille Guimarães e Clarisse Monteiro. Estudar violência e principalmente se dedicar aqueles que a praticam é uma tarefa árdua, mentalmente e fisicamente, então encontro na presença e no olhar de vocês coragem e apoio de seguir nessa pesquisa. Obrigada por serem mulheres inspiradoras, pesquisadoras admiráveis e amigas, a paixão que vocês dedicam nesse grupo é um *suspiro para a alma*. Esse agradecimento se estende a todas as voluntárias, todas mulheres, que passaram e estão até hoje no grupo durante esses dois anos, sem a dedicação de vocês esse trabalho não seria possível. No fim o GEAV tem sido meu lar e acolhida todos esses anos, obrigada.

As instituições envolvidas nessa pesquisa, Associação Lar de Maria, Usina da Paz Bengui e os Centros Socioeducativos por abrirem seus espaços para a nossa equipe. Aos participantes da pesquisa, seus relatos e vivências me atravessaram e me acompanham até hoje, obrigada por compartilharem vivências tão íntimas e pessoais para que esse trabalho fosse possível, respeito e agradeço a participação de cada um.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) por terem oportunizado toda essa experiência e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a concessão da bolsa financiou essa dissertação e contribuiu para a sua realização.

Sobre a mãe e a avó

Minha avó, Donana, foi quem ajudou minha mãe nos partos. Era nossa avó, mas também mãe de pegação. Esse era o título que dizia qual era o seu lugar em nossas vidas: avó e mãe.

Itamar Vieira Junior - Torto Arado, p. 21

Sobre as irmãs

Foi assim que me tornei parte de Belonísia, da mesma forma que ela se tornou parte de mim. Foi assim que crescemos, aprendemos a roçar, observamos as rezas de nossos pais, cuidamos dos irmãos mais novos. Foi assim que vimos os anos passarem e nos sentimos quase siamesas ao dividir o mesmo órgão para produzir os sons que manifestavam o que precisávamos ser.

Itamar Vieira Junior - Torto Arado, p. 24

Sobre o pai

Aprendia que tudo estava em movimento – bem diferente das coisas sem vida que a professora mostrava em suas aulas. Meu pai olhava para mim e dizia: “O vento não sopra, ele é a própria viração”. E tudo aquilo fazia sentido. “Se o ar não se movimenta, não tem vento, se a gente não se movimenta não tem vida”, ele tentava me ensinar.

Itamar Vieira Junior - Torto Arado, p. 99

Diniz, D. B. (2024). *Estilos Parentais no Microssistema Familiar de Adolescentes com e sem histórico de ato infracional..* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil, 138p.

RESUMO

A adolescência é um período marcado por inúmeras mudanças, no entanto esta fase pode variar conforme é atravessada por aspectos individuais, contextuais e relacionais em suas trajetórias de vida. Estudos com adolescentes que cometeram ato infracional, visam investigar os fatores de risco e proteção encontrados nesse microssistema, que influenciam as mudanças esperadas nessa fase desenvolvimental. Este estudo teve o objetivo de comparar os estilos parentais referidos no microssistema familiar de dois grupos de adolescentes com e sem histórico de ato infracional. Para tanto, participaram da pesquisa 82 adolescentes do sexo masculino, sendo o primeiro grupo formado por 47 que cumpriam medida socioeducativa (G1) e o segundo por 35 sem histórico de ato infracional (G2). As informações foram obtidas por meio de um Formulário de Caracterização Biopsicossocial, Entrevistas Semi Estruturadas e o Inventário de Estilos Parentais - IEP. Utilizou-se uma abordagem quanti-qualitativa dos dados com o uso do *IBM SPSS Statistics 20* para os dados quantitativos e para os dados qualitativos o *software Iramuteq*. Os resultados foram analisados de três formas distintas: primeiramente, por meio de uma abordagem quantitativa, que identificou as características dos participantes, a composição familiar e as associações entre as características pessoais e familiares pertencentes a cada grupo de adolescentes. Em um segundo momento, realizou-se análise quantitativa dos estilos parentais, apresentando os percentuais distribuídos entre G1 e G2, associando-os à figura parental e práticas significativas relatadas. Por fim, uma análise mista envolveu trechos das entrevistas, sobretudo acerca do microssistema familiar de 11 adolescentes do G1, com o intuito de estabelecer uma ordem hierárquica entre as classes representativas obtidas. Os adolescentes apresentam média de 15,71 anos ($DP=1,557$), têm Ensino Fundamental Incompleto (65,9%) e não evadiram a escola (52,9%), moram/moravam com a mãe (70,6%) e com os irmãos (57,6%), tem o registro do nome do pai (74,1%). As características proeminentes no G1 foi a baixa escolaridade e evasão escolar ($p<0,01$), possuir filhos, morar com outras pessoas e não ter registro paterno. Os grupos apresentaram Estilo Parental de Risco (50,6%) e a figura materna (64,7%) ao responder o IEP. As práticas educativas Monitoria Positiva e Comportamento Moral pertenciam ao G2 ($p<0,02$) enquanto que Monitoria Negativa e Abuso Físico pertenciam ao G1 ($p<0,01$). Sobre a percepção do microssistema familiar, os adolescentes apresentaram semelhanças ao relatarem interações violentas com os membros da família (27,23%) e figura paterna como autoridade (22,98%) e figura materna como afetiva (25,11%). Os resultados demonstraram diferenças, tanto no microssistema familiar dos adolescentes quanto das práticas educativas adotadas pelos pais destes, a depender de ter ou não cometido ato infracional, demonstrando ser uma variável relevante na elucidação do comportamento infrator no público adolescente. No entanto, o estilo parental de risco presente no G2 aponta para outros fatores que podem atuar como protetivos nesse grupo. Sugere-se estudos que envolvam o mesossistema desses adolescentes (família-escola) e investigações concentradas nas suas experiências de paternidade em

conflito com a lei, seja em relação à figura parental desse adolescente seja quando este se torna pai, a fim de verificar outras variáveis que possam delinear a forma e a direção dos processos de desenvolvimento desses adolescentes.

Palavras-Chave: Adolescente com histórico de ato infracional, microssistema familiar, estilos parentais.

Diniz, D. B. (2024). Parenting Styles in the Family Microsystem of Adolescents with and without a history of infractions.. Master's Dissertation, Postgraduate Program in Behavior Theory and Research. Federal University of Pará, Belém-PA, Brazil, 138p.

ABSTRACT

Adolescence is a period marked by numerous changes, however this phase can vary depending on individual, contextual and relational aspects in their life trajectories. Studies with adolescents who have committed criminal acts aim to investigate the risk and protective factors found in this microsystem, which influence the changes expected in this developmental phase. This study aimed to compare the parenting styles reported in the family microsystem of two groups of adolescents with and without a history of criminal acts. To this end, 82 male adolescents participated in the research, the first group consisting of 47 who were serving socio-educational measures (G1) and the second of 35 without a history of criminal acts (G2). The information was obtained through a Biopsychosocial Characterization Form, Semi-Structured Interviews and the Parenting Styles Inventory - IEP. A quantitative and qualitative approach was used to analyze the data, using IBM SPSS Statistics 20 for quantitative data and Iramuteq software for qualitative data. The results were analyzed in three different ways: first, through a quantitative approach, which included the characteristics of the participants, family composition, and associations between personal and family characteristics belonging to each group of adolescents. Secondly, we performed a quantitative analysis of parenting styles, presenting the percentages distributed between G1 and G2, associating them with the parental figure and significantly related practices. Finally, a mixed analysis included excerpts from the interviews, especially about the family microsystem of 11 adolescents from G1, with the aim of establishing a hierarchical order among the representative classes obtained. The adolescents had an average age of 15.71 years ($SD=1.557$), had incomplete elementary education (65.9%) and did not drop out of school (52.9%), lived/lived with their mother (70.6%) and with siblings (57.6%), and had their father's name registered (74.1%). The prominent characteristics in G1 were low education and school dropout ($p<0.01$), having children, living with other people, and not having paternal registration. The groups received Risky Parenting Style (50.6%) and the maternal figure (64.7%) when answering the IEP. The educational practices Positive Monitoring and Moral Behavior reached G2 ($p<0.02$), while Negative Monitoring and Physical Abuse reached G1 ($p<0.01$). Regarding the perception of the family microsystem, adolescents showed similarities when relating to violent interactions with family members (27.23%) and the father figure as an authority (22.98%) and the mother figure as an affective figure (25.11%). The results share differences, both in the family microsystem of adolescents and in the educational practices adopted by their parents, depending on whether or not they were involved in the crime, demonstrating that it is a relevant variable in elucidating the delinquent behavior in adolescents. However, the risky parenting style presented in G2 points to other factors that can act as protective in this group. We suggest studies involving the mesosystem of these adolescents (family-school) and specific investigations into their experiences of parenthood in conflict with the law, whether in relation to the parental figure of this

adolescent or when he becomes a father, in order to verify other variations that can outline the form and direction of the development processes of these adolescents.

Keywords: Adolescent with a history of infraction, family microsystem, parenting styles.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1: Conceito das Práticas Educativas Positivas...	54
Figura 2: Conceito das Práticas Educativas Negativas...	56
Figura 3: Interpretação dos Resultados do Inventário de Estilos Parentais...	67
Figura 4: Dendograma Gerado pelo Software Iramuteq ao Analisar os Segmentos de Texto Sobre o Microssistema Familiar do G1...	95

Gráficos

Gráfico 1: Distribuição dos Participantes de Cada Grupo Considerando o Percentual do Estilo Parental...	86
Gráfico 2: Frequência das Figuras Parentais Eleitas nos Grupos Com e Sem Histórico de Ato Infracional...	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Características Biopsicossociais dos Participantes da Pesquisa.....	74
Tabela 2: Distribuição das Características Pessoais e do Microsistema Familiar dos Grupos Com e Sem Histórico de Ato Infracional.....	77
Tabela 3: Consistência Interna do Inventário de Estilos Parentais a Depender da Prática Educativa.....	85
Tabela 4: Comparação dos Grupos de Adolescentes e as Práticas Educativas Adotadas....	90
Tabela 5: Segmentos de Texto Alusivos a Classe 4 Composição do Microsistema Familiar.....	96
Tabela 6: Segmentos de Texto Alusivos a Classe 2 Atividades e Relações Interpessoais Violentas.....	100
Tabela 7: Segmentos de Texto Alusivos a Classe 1 Relações Diádicas Figura Paterna....	103
Tabela 8: Segmentos de Texto Alusivos a Classe 3 Relações Diádicas Figura Materna....	105

LISTA DE SIGLAS

AASCA - Autores de Agressão Sexual contra Crianças e Adolescentes

AF - Abuso Físico

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAS - Centro de Adolescentes em Semiliberdade

CHD - Método da Classificação Hierárquica Descendente

CM - Comportamento Moral

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DR - Disciplina Relaxada

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FASEPA - Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará

G1 - Grupo de Adolescentes Com Histórico de Ato Infracional

G2 - Grupo de Adolescentes Sem Histórico de Ato Infracional

GEAV - Grupo de Estudos de Autores de Violência

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEP - Inventário de Estilos Parentais

LED - Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento

MBDH - Modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano

MDH - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

MP - Monitoria Positiva

MN- Monitoria Negativa

N - Negligência

OMS - Organização Mundial de Saúde

PI - Punição Inconsistente

PIBIC - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica

PP - Práticas Positivas

PPCT - Processo, Pessoa, Contexto e Tempo

PPGTPC - Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

PN - Práticas Negativas

RMB - Região Metropolitana de Belém

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

ST - Segmentos de Texto

TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFPA - Universidade Federal do Pará

UNICEF - *United Nations Children's Fund*

SUMÁRIO

1 Apresentação	19
2 Introdução	24
3 Adolescentes em conflito com a lei: Uma construção histórica	30
4 Adolescentes e a prática do ato infracional na perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano	36
5 O microssistema familiar de adolescentes que cometeram ato infracional	43
6 Estilos parentais no microssistema familiar de adolescentes com histórico de ato infracional	50
7 Objetivos	58
7.1 Geral	58
7.2 Específicos	59
8 Método	59
8.1 Delineamento da pesquisa	59
8.2 Contexto	60
8.3 Participantes	61
8.4 Ambiente da coleta	61
8.5 Instrumentos e Materiais	63
8.6 Procedimentos de coleta	67
8.7 Procedimentos de análise	70
8.8 Cuidados éticos	72
9 Resultados e Discussão	73
9.1 Adolescentes com e sem histórico de ato infracional: Características biopsicossociais e composição do microssistema familiar	73
9.2 Estilos parentais de adolescentes com e sem histórico de ato infracional.	84
9.3 Microssistema familiar de adolescentes que cometeram ato infracional.	94
10 Considerações Finais	109
ANEXOS	125

1 Apresentação

A presente dissertação de mestrado está vinculada ao Grupo de Estudos de Autores de Violência (GEAV) pertencente ao Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED). O referido grupo é coordenado pela Prof^a Dr^a Daniela de Castro Reis e pela Prof^a Dr^a Lília Iêda Chaves Cavalcante, ambas pesquisadoras credenciadas no Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA). O GEAV tem concentrado suas investigações na pessoa do autor de violência, considerando tanto elementos pessoais quanto contextuais presentes na base dos processos desenvolvimentais da sua trajetória de vida. A presente pesquisa propõe variáveis de pesquisa pessoais e contextuais que se interconectam na trajetória de vida dos participantes, tais como, distorções cognitivas, estilos de apego, personalidade e concepções de masculinidade, experiências adversas na infância, estilos parentais e orfandade. A investigação realizada junta-se a outras conduzidas pelo GEAV por incorporar ao conhecimento científico a perspectiva do autor de agressão, explorando as experiências vividas e relatadas por esses sujeitos.

O presente grupo de estudo teve sua formação marcada pelo desenvolvimento da tese de doutorado de Daniela Castro dos Reis iniciado em 2013, chamado “Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes: Características Biopsicossociais e Trajetórias de Vida” orientado pela Prof^a Dr^a Lília Iêda Chaves Cavalcante. Em 2014, foi aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) o projeto de pesquisa “Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes na Mesorregião Metropolitana de Belém: Perfil, Fatores e Contextos de Desenvolvimento Biopsicossocial”, coordenado pela Profa. Dra. Lília Iêda Chaves Cavalcante, o projeto aprovado permitiu a ampliação do estudo, a partir da adesão de novos municípios (Belém, Ananindeua, Santa Izabel e Castanhal) a serem acessados pela pesquisa, portanto a coleta de dados passa a ocorrer em comarcas

representativas da Mesorregião Metropolitana de Belém. Essa primeira fase do grupo é marcada pelo recebimento do título de Menção Honrosa do Prêmio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no ano de 2017 entregue às duas coordenadoras em reconhecimento ao trabalho desenvolvido na tese.

Desde então, houve um aumento considerável dos estudos sobre violência e, principalmente, sobre os autores de agressão sexual contra crianças e adolescentes (AASCA), suas trajetórias de vida e contextos de desenvolvimento no LED. O interesse por essas temáticas consolidou a presença de discentes da graduação e pós-graduação que passam a introduzir novas discussões em torno dos autores de agressão, a exemplo, as dissertações de mestrado de Lucilene Paiva da Costa intitulada “Características Biopsicossociais de Autores de Agressão Sexual de Criança e/ou Adolescentes em Contexto Intrafamiliar e Extrafamiliar”; de Viviam da Silva Silveira nomeado de “Adultos e Adolescentes Autores de Agressão Sexual: Características Biopsicossociais e suas Percepções sobre Infância, Adolescência e Violência” e de Maíra de Maria Pires Ferraz com o título “Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes: Experiências Adversas na Infância e Fatores Associados”. Ademais, publicações de artigos, trabalhos de conclusão de curso e, mais recentemente, o livro intitulado “Autores de Agressão: Subsídios para uma Abordagem Interdisciplinar” de Daniela Castro Reis, Lília Iêda Chaves Cavalcante e Assis da Costa Oliveira (2020).

Durante a pandemia, as atividades do GEAV/LED diminuíram, mas não cessaram, e como alternativa aos encontros presenciais da equipe, as reuniões online se tornaram frequentes e resultaram na produção de dois vídeos (2021) intitulados “Violência contra crianças e adolescentes” e “Autores de agressão/violência sexual”, ambos disponíveis no canal do Youtube GEAV/LED. O objetivo dos vídeos é sensibilizar a sociedade para a prevenção, identificação e cuidados em situações de violência, além de desmistificar

descrições e explicações comuns sobre autores de agressão sexual contra crianças e adolescentes, respectivamente.

Nesse sentido, o interesse inicial pelo tema da violência e os sujeitos que a cometem, surge a partir da experiência em pesquisa possibilitada pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal do Pará, em dois momentos da graduação, de 2017 a 2018, e depois com a renovação da bolsa de estudos, de 2018 a 2019. O primeiro plano de trabalho de pesquisa desenvolvido denominou-se “Figuras Parentais como Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes na Mesorregião Belém: Perfil e Concepções de Violência de Pais, Padrastos e Avôs”. O estudo pretendeu caracterizar esses indivíduos e descrever as concepções acerca desse tipo de violência sob o olhar de três figuras parentais (pais, padrastos e avô) acusados de crimes sexuais. Esse trabalho tornou evidente semelhanças biopsicossociais e sociodemográficas dos participantes deste estudo em relação a outras investigações nacionais e internacionais, e identificou semelhanças na concepção de violência sexual ao analisar o conteúdo textual de entrevistas realizadas com 13 autores de agressão sexual.

No ano seguinte, o interesse em relação aos autores de agressão sexual se ampliou e a pesquisa intitulada “Autores de Agressão Sexual no Microssistema Familiar de Crianças e Adolescentes da Mesorregião Metropolitana de Belém: Perfil e Concepção de Família”, ofereceu mais discussões em torno dos autores de agressão sexual no meio intrafamiliar e apresentou a concepção de família que estes autores verbalizaram. Esta pesquisa demonstrou, mais uma vez, semelhanças no conteúdo textual, porém, agora, em relação ao seu microssistema familiar, principalmente quando havia papéis parentais demarcados, como pai, mãe e irmão, durante a infância e adolescência desses indivíduos e a constatação de que a família precisava ser reconstruída.

Ao fim do PIBIC, a dedicação ao grupo se manteve e o trabalho de conclusão de

curso “Práticas Parentais no Microssistema Familiar de Autores de Agressão Sexual contra Crianças e Adolescentes” foi elaborado e defendido em 2021. Este buscou compreender as relações familiares existentes no microssistema desses autores, bem como identificar as práticas parentais exercidas na infância e na adolescência destes, a partir de um nível de concordância *Kappa* entre três juízas, foi possível identificar a presença de ao menos três práticas parentais: abuso físico, negligência e monitoria positiva na fala dos participantes. Este trabalho deu origem a uma publicação de 2023 intitulada “Parental practices exercised in the childhood of authors of sexual assault” na revista portuguesa *Child Studies*.

Nesta trajetória acadêmica, nota-se que as pesquisas realizadas contribuíram para despertar um maior interesse pelo modo como se constituía o microssistema familiar e as atividades, relações e papéis relatados por esses participantes, visto que, nesse estudo retrospectivo, evidenciou-se a importância desse ambiente primário em suas trajetórias de vida, assim como, referências a práticas parentais aos quais foram expostos, ensinamentos e valores recebidos na infância e adolescência pelos pais. Esses dados sobre a constituição do microssistema familiar e as relações estabelecidas no passado demonstraram ser importantes para a compreensão do comportamento de agressão perpetrado por esses sujeitos atualmente, visto que foram relatadas práticas parentais violentas ou negligentes vivenciadas pelos participantes. Sendo assim, observou-se a necessidade de se tratar de forma indissociável algumas temáticas da pesquisa, quais sejam, ‘violência’, ‘microssistema familiar’ e a forma como os pais ou responsáveis lidam e educam seus filhos, com base em autorrelatos que sugerem práticas parentais e estilos parentais na população pesquisada.

Nesse mesmo período, as inquietações pessoais se fundiram com as inquietações coletivas discutidas nas reuniões de grupo, e a partir das investigações realizadas com base no banco de dados formado pelas transcrições de entrevistas feitas com adultos acusados e/ou julgados por crime de natureza sexual, além de leituras sobre o tema discutidas pela equipe,

surgiram diversas indagações sobre outros aspectos dos AASCA, como a idade e a própria nomenclatura usualmente utilizada na pesquisa (no caso, autores de agressão). Essas inquietações se tornaram temas de interesse de estudo e deram origem a um novo projeto.

Atualmente, o GEAV concentra as investigações em torno do projeto de pesquisa intitulado “Jovens ofensores sexuais e não sexuais: Experiências adversas na infância, concepções e distorções cognitivas sobre gênero e violência”, aprovado pelo CNPq, o projeto envolve participantes adolescentes e jovens, de 12 aos 29 anos e, baseado na literatura nacional e internacional, adota o termo ‘ofensores sexuais’ em suas publicações e apresentações atuais, sendo esses os termos que esta dissertação de mestrado também utiliza. A nova fase vivenciada pelo GEAV promove estudos que visam não somente a caracterização desses sujeitos e/ou exploração de suas trajetórias de vida, mas também correlacionar ou encontrar associações entre a prática de violência sexual e outros tipos de violência ou características biopsicossociais deles. Portanto, ao incorporar medidas quantitativas, a partir da adesão de instrumentos de pesquisa, torna-se possível estimar a força e a direção da relação entre as variáveis estudadas na constituição do fenômeno da violência.

Nessa linha de investigação, atualmente o GEAV possui um projeto guarda-chuva intitulado “Jovens Ofensores Sexuais: Experiências Adversas na Infância e Distorções Cognitivas” que engloba outros projetos singulares dentro do grupo de pesquisa, é nele que encontra-se as pesquisas das doutorandas Máira Ferraz e Viviam Silveira, intituladas “Jovens ofensores sexuais: Associações entre experiências adversas, distorções cognitivas e concepções de masculinidade” e “Distorções cognitivas em adolescentes denunciados por ofensa sexual, atos infracionais de outra natureza e sem histórico infracional”, respectivamente, e também é onde essa presente dissertação de mestrado nomeada “Estilos parentais no microssistema familiar de adolescentes com e sem histórico de ato infracional”

se apoia.

Diante dessas proposições iniciais, assume-se que a dissertação de mestrado a ser apresentada recupera aspectos da história extensa e consolidada do GEAV/LED/UFPA até hoje e a trajetória pessoal da mestranda como parte integrante deste grupo. À vista disso, a pesquisa em questão pretende fornecer dados sobre adolescentes com e sem conflito com a lei, com o objetivo de descrever e analisar o microssistema familiar desses sujeitos e os estilos parentais identificados nesses contextos de desenvolvimento específicos.

2 Introdução

A adolescência é vista, em geral, como uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, marcada por significativas mudanças nos aspectos físicos, cognitivos, emocionais, comportamentais, sociais e relacionais (Papalia & Feldman, 2013; Souza Li *et al*, 2019). Assume-se que seu início se estabelece em conjunto, em sua maioria, com as mudanças corporais da puberdade (Fortenberry, 2013; Lourenço & Queiroz, 2010; Papalia & Feldman, 2013) e finda com o progressivo estabelecimento de uma identidade estável, aceitação de sua sexualidade, ajustamento em um papel sexual, independência econômica ou emocional dos pais e escolha de uma carreira ou vocação (Souza Li *et al*, 2019).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estabelece que essas mudanças ocorrem entre os 10 e 20 anos de idade, no Brasil, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), a adolescência compreende um período que vai dos 12 aos 18 anos, tais limites cronológicos, consideram as especificidades desse período e estabelecem critérios para fins estatísticos e políticos, e do ponto de vista legal, entende-se a maioria penal aos 18 anos de idade.

Segundo a *United Nations Children's Fund* (UNICEF, 2014), a população de crianças e adolescentes corresponde a 2,2 bilhões no mundo, a nível nacional, a Fundação Abrinq

(2022) com dados estimativos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) apontou para ao menos 70,4 milhões de crianças e adolescentes de zero a 19 anos, no qual a Região Norte concentra o maior percentual em relação à própria população, sendo 41,6% de crianças ou adolescentes. Não se encontraram dados específicos referentes ao público adolescente, porém mesmo sem essa distinção, observa-se que esses sujeitos constituem um grupo expressivo dentro da população geral, e que, especificamente, estão experienciando uma fase decisiva da vida marcada por sua mudança e plasticidade.

Em síntese, o conceito de adolescência engloba mudanças cognitivas, biológicas, sociais, afetivas que, de forma indissociável, delimitam a faixa etária dessa população. Diante disso, estudos atuais sobre a adolescência têm considerado esse período como construído e compreendido a partir de uma perspectiva social e cultural (Krominski et al., 2020; Moraes & Weinmann, 2020; Sachser et al., 2018; Senna & Dessen, 2012; Souza Li et al., 2019), através da qual se reconhece uma multiplicidade de adolescências. Nessa nova perspectiva, entende-se que uma conceituação hegemônica de adolescência acarreta na ocultação de diversos aspectos a serem considerados, a exemplo, um adolescente pobre, negro, da comunidade lgbtqi+, em situação de rua ou em conflito com a lei é acompanhado por processos que escapam de conceituações limitadas de adolescência, nesse sentido, vários os elementos passam a elevar o *status* da adolescência para além de uma fase de transição, mas sim uma totalidade em si mesma.

Assim sendo, a adolescência não é vista como algo acabado que tem início, meio e fim definidos, mas sim como um processo contínuo que ultrapassa aspectos cronológicos e biológicos e incorporam condições sociais, culturais, contextuais e históricas, logo a noção de adolescência é comumente reconhecida como uma fase do desenvolvimento marcada por sua complexidade que não se limita em uma adolescência universal, mas revela-se sob a existência de *adolescências* (Moraes & Weinmann, 2020; Senna e Dessen, 2012).

Nesse cenário, Senna e Dessen (2012) ao discutirem as contribuições do estudo do desenvolvimento humano na configuração da adolescência, apresentam duas grandes linhas de investigação; a primeira, se concentra na descrição de processos internos e externos que ocorrem no sujeito nesse período, a partir de uma perspectiva biológica que possui um olhar mais organísmico desse período; a segunda grande linha de investigação, se dedica em apontar e estudar os fatores ambientais que afetam o desenvolvimento adolescente, chamada de contextualista ou sistêmica, busca compreender como características ambientais e a qualidade das relações entre as pessoas influenciam esse público (Senna & Dessen, 2012).

Na perspectiva *biológica*, os estudos investigam mudanças internas e externas ocorridas na adolescência e como essas mudanças levam o indivíduo a procurar novos comportamentos e uma nova identidade que corresponda a essas transformações, tanto biológicas quanto neurobiológicas (Blankenstein *et al.*, 2018; Souza Li *et al.*, 2019). Dentre os processos internos, o desenvolvimento de distintas partes do cérebro combinado com mudanças hormonais, apontam para comportamentos específicos exercidos na adolescência (Blankenstein *et al.*, 2018; Patwell *et al.*, 2013; Silva *et al.*, 2017; Souza Li *et al.*, 2019), visto que esse processo de maturação cerebral influencia as emoções, no julgamento e no comportamento do adolescente (Papalia & Feldman, 2013). Em suma, os estudos visam encontrar relações entre as mudanças internas cerebrais e os comportamentos comuns adotados no período da adolescência.

Nesse aspecto, comportamentos de risco e comportamentos sexuais, são duas temáticas que se apresentam com mais frequência na literatura. A primeira, comumente associada a uso e abuso de álcool e outras drogas, tabagismo, prática de violência e conduta antissocial (Blankenstein *et al.*, 2018; Francisco *et al.*, 2019; Kann *et al.*, 2017; Schirmer *et al.*, 2021; Silva *et al.*, 2017; Zappe *et al.*, 2018), enquanto que ao falar sobre comportamentos sexuais, atenta-se para o período da puberdade e o desenvolvimento corporal, a descoberta da

sexualidade, atividades sexuais de risco, gravidez na adolescência e infecções sexualmente transmissíveis (Albuquerque *et al.*, 2017; Fortenberry, 2013; Kann *et al.*, 2017; Lourenço & Queiroz, 2010; Papalia & Feldman, 2013; Souza Li *et al.*, 2019).

Posteriormente, Sachser *et al.* (2018), ao estudarem o comportamento social de adolescentes, apontam para a plasticidade neural da adolescência e o quanto ela oferece vantagens para as mudanças comportamentais. Ou seja, o adolescente apresenta certa capacidade biológica de modificar e adaptar seus comportamentos às pressões do ambiente, o que indica um período exposto a influências ambientais. Em geral, esses estudos buscam compreender e descrever aspectos específicos ocorridos na adolescência e o quanto estes aspectos se refletem em seus comportamentos.

Considerando, o nível de flexibilidade inerente a esse período, fatores externos ao adolescente, como as características do ambiente social em que ele está inserido e a interação deste com outras pessoas e contextos, também podem influenciar consideravelmente o seu desenvolvimento. Nessa linha de investigação, é incorporado às discussões o ambiente imediato e remoto que influencia o comportamento adolescente, bem como as relações estabelecidas com outras pessoas para a compreensão desse período. Dito isso, a partir de uma visão sistêmica adotada neste trabalho, a interação pessoa-contexto é dinâmica e provoca constantes mudanças no desenvolvimento adolescente (Bronfenbrenner, 1996/2011; Senna & Dessen, 2012). Nessa perspectiva, os estudos (Dietz *et al.*, 2011; Dishion *et al.*, 2018; Faria & Ponciano, 2018; Mendo-Lázaro *et al.*, 2019; Mota & Oliveira, 2020, OMS, 2016) visam caracterizar os ambientes desenvolvimentais frequentes nesse período e/ou compreender a interação ocorrida entre as pessoas, os objetos e os símbolos dispostos nos contextos, e a qualidade das relações interpessoais e sociais que afetam o comportamento e o desenvolvimento dos adolescentes, a fim de encontrar fatores, que podem ser vistos como de risco ou de proteção, para o desenvolvimento.

À vista disso, a Organização Mundial da Saúde (2016) a partir de um relatório internacional, forneceu informações sobre saúde e bem-estar de adolescentes de 11, 13 e 15 anos, e especificou, quatro contextos sociais (a família, o grupo de pares, a escola e a vizinhança) que podem apresentar características que influenciam na manutenção da saúde dos adolescentes. Dentre esses contextos, a família tem concentrado grande interesse dos pesquisadores (Dib *et al.*, 2012; Dietz *et al.*, 2011; Dishion *et al.*, 2018; Faria & Ponciano, 2018; Mendo-Lázaro *et al.*, 2019; Mota & Oliveira, 2020), visto que, o ambiente familiar é o primeiro ambiente experienciado pelo adolescente quando era criança, e, portanto, se apresenta como um modelo primário na criação de padrões de socialização em outros ambientes (Bronfenbrenner, 2011), além de apresentar sujeitos relevantes no desenvolvimento da personalidade destes (Mendo-Lázaro *et al.*, 2019).

Sob essa perspectiva, ao estudar o ambiente familiar, as pesquisas visam identificar suas particularidades e as dos seus membros que podem estar relacionadas a determinados comportamentos observados em outros ambientes além deste. Além disso, buscam-se características que possam influenciar as relações estabelecidas pelos adolescentes fora desse ambiente (Dishion *et al.*, 2018; Mendo-Lázaro *et al.*, 2019; Mota & Oliveira, 2020). Dito isso, tem-se reconhecido que o contexto familiar pode operar como fator protetivo no desenvolvimento adolescente, ao apresentar algumas características como a comunicação com os pais, o apoio familiar, a presença de afeto e aceitação parental em relação ao adolescente, além de práticas menos coercitivas na maneira como a família lida com essa fase do desenvolvimento, visto que proporciona aos adolescentes formas mais saudáveis de lidar com situações estressantes, facilitando sua adaptação social em outros ambientes. Tais fatores são entendidos como processos que reduzem impacto de risco no desenvolvimento, exercendo de forma positiva no adolescer (Dishion *et al.*, 2018; Faria & Ponciano, 2018; Mendo-Lázaro *et al.*, 2019; OMS, 2016, Siqueira *et al.*, 2007).

Em contrapartida, vínculos instáveis, ausentes e relações interpessoais violentas, atuam como fatores de risco, visto que criam condições para o desenvolvimento de comportamentos antissociais e podem resultar em danos na formação de personalidade e nas escolhas de conduta diante de experiências estressoras (Faria e Ponciano, 2018; Magalhães *et al*, 2018; Mendo-Lázaro *et al.*, 2019, Siqueira *et al.*, 2007), ressalta-se que tais fatores são dinâmicos, portanto a presença de mecanismos de risco no ambiente familiar podem dificultar seu funcionamento interno (Siqueira *et al*, 2007), além disso estudiosos apontam que tais características podem contribuir para a emergência de comportamentos violentos por parte dos adolescentes em outros contextos, implicando, em alguns casos, na prática de ato infracional (Dib *et al.*, 2012; Galinari *et al.*, 2019; Zappe *et al*, 2018). A partir dessas discussões, este trabalho, busca compreender o desenvolvimento humano, em especial o desenvolvimento desse adolescente, a partir de um processo dinâmico e apoia-se no Modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano - MBDH de Urie Bronfenbrenner (2011) como fundamento teórico para discutir essa temática numa perspectiva sistêmica.

Urie Bronfenbrenner foi psicólogo e autor da Teoria dos Sistemas Ecológicos, responsável por discutir uma nova perspectiva no estudo do desenvolvimento humano. O MBDH é caracterizado por ser sistêmica e interacionista, visto que considera o desenvolvimento humano como um fenômeno de continuidade e descontinuidade nas características biopsicológicas da pessoa por meio de processos de interação recíproca entre o organismo ativo e as pessoas, objetos e símbolos presentes no seu meio ambiente imediato e remoto, durante todo o seu ciclo vital (Bronfenbrenner, 2011).

Portanto, a adolescência sob o olhar do modelo bioecológico considera as características individuais como uma construção ocorrida a partir da interação do sujeito adolescente com o seu meio ambiente, essa percepção contribui para uma visão mais positiva da adolescência, visto que adota maior complexidade a este período do desenvolvimento

(Senna & Dessen, 2012). Nesse sentido, leva-se em consideração não somente as variáveis biopsicossociais do desenvolvimento humano, mas também a análise do processo pelo qual a pessoa e o ambiente passam, interagindo e gerando desenvolvimento, isto é, ao olhar para o adolescente deve-se ponderar para o ambiente imediato ao qual ele está inserido, avaliando as características desse ambiente e os processos que atravessam o seu desenvolvimento (Santos & Böing, 2018).

Nessa perspectiva, as adolescências atravessadas por violência resultam em adolescentes que podem ser vistos como vítimas ou como autores de qualquer forma de violência, logo adotar uma visão pluralista do adolescente considerando seu processo desenvolvimental como algo dinâmico e contínuo, vislumbra para esses pontos de vista com a complexidade que lhe é devida. Desse modo, ao considerar adolescências marcadas com histórico de ato infracional, faz-se necessário um olhar dinâmico e complexo, considerando que esses sujeitos estão se construindo e se reconstruindo dentro de uma história e tempo específicos (Krominski *et al.*, 2020)

3 Adolescentes em conflito com a lei: Uma construção histórica

Considerando as discussões tratadas anteriormente, neste tópico não cabe apenas pressupor a visão atual do chamado adolescente que comete o ato infracional ou adolescente em conflito com lei, visto que essas nomenclaturas são produtos histórico e culturalmente construídos, nesse sentido, para prosseguir com a temática deve-se considerar a história extensa do cenário brasileiro na elaboração do ser adolescente. Ressalta-se que explorar a história da adolescência e suas características, em especial adolescentes que cometem ato infracional, compreende, em partes, àquilo que se tem sobre a história da infância, visto que por um longo período ambas as fases de desenvolvimento se entrecruzaram ou eram tratadas de formas semelhantes (Cabral & Sousa, 2004).

Nesse sentido, as adolescências no Brasil experienciaram por muito tempo, estabelecida pelo Estado, a privação dos direitos e o uso da violência como meio de educá-las; Cabral e Sousa (2004) ao revisitar políticas públicas referentes a crianças e adolescentes chamam a atenção para práticas colonizadoras (cristianização) realizadas em missões jesuítas dirigidas a crianças indígenas, negras ou abandonadas, o objetivo de discipliná-las se realizava com o uso de castigos e punições físicas, porém os autores afirmam que era na puberdade que os adolescentes regressavam para os costumes parentais, esse período passa ser julgado como a “idade perigosa”, ou seja, enquanto as crianças eram vistas como mais fáceis de serem disciplinadas, os adolescentes eram comumente tratados como sujeitos insubordinados (Cabral & Sousa, 2004). A visão de rebeldia, delinquência, violação de regras atua como modeladora na construção de leis em direção a adolescentes que cometem crimes, mas para além dessa perspectiva, é necessário realizar um recorte social e racial, visto que a desigualdade assume outras facetas quando se trata de adolescentes que cometem crimes.

Nesse período, ao invés de uma definição circunscrita e estável sobre o que é ser criança ou adolescente, encontra-se a expressão “menores de idade” para assinalar ambos os grupos, sendo que até o final do século XIX, o termo “menor” torna-se a principal nomenclatura para definir crianças e adolescentes, no entanto este termo representa, em sua maioria, crianças e adolescentes abandonadas e pobres (Cabral & Sousa, 2004), para Krominski *et al.*(2020) é nítido que a história da criança e do adolescente no Brasil, principalmente negra, pobre e em situação de rua, é marcada por desigualdade, exclusão e dominação, esta perspectiva da infância e adolescência se mantém até o século XX e em 1926 instituiu-se o Código de Menores buscando sistematizar o processo de coerção e tutela adotada pelo Estado, o ‘menor’ passa a ser utilizado como sinônimo de delinquência e ultrapassa seu uso jurídico para a linguagem comum (Cabral & Sousa, 2004).

Nessa direção, o termo ‘menor’ designa uma posição social desse público em relação ao adulto, Krominski *et al.* (2020) atenta que na sociedade brasileira essa nomenclatura não se resume apenas a população de adolescentes que cometem crimes, mas, pejorativamente, incorpora no grupo de ‘menores’ as crianças e adolescentes vistos como risco social, isto é, crianças e adolescentes pobres e pertencentes a famílias não convencionais, a exemplo famílias monoparentais (Krominski *et al.*, 2020), sendo assim, o olhar protetivo do adulto em direção a crianças e adolescentes vulneráveis é carregado pela superioridade deste que tem a responsabilidade de salvar a sociedade dessa infância e adolescência marginal. Nesse sentido, a criança e o adolescente, vistos como perigo social, são um mero objeto de cuidado e de controle, e não como sujeito de direito.

Um avanço significativo sobre essa posição social em relação a crianças e adolescentes, ocorreu apenas em 1990 com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. É importante ressaltar que o reconhecimento da adolescência com uma fase peculiar do desenvolvimento humano defendido pelos movimentos sociais, educadores, convenções nacionais e internacionais e pela comunidade, permitiu um novo olhar para as crianças e os adolescentes, o que culminou na retirada do termo “menor” das normativas nacionais que desde então adotam o termo “sujeitos de direito” (Krominski *et al.*, 2020). Apesar da visão menorista ainda permanecer na linguagem comum da sociedade, essa mudança legislativa impõe, ao menos juridicamente, um novo olhar a esse público, não mais inferiores ou passivos as vontades dos adultos, mas sujeitos de sua própria história.

Sob essa perspectiva, um dos avanços do ECA (1990) refere-se a forma de responsabilização desse público quando há o cometimento de crime ou contravenção penal, a violência perpetrada por um adolescente acarreta diferentes encaminhamentos quando o mesmo ato é praticado por um adulto. Ao adolescente cabe, de acordo com o ECA (1990), a execução de medidas socioeducativas que correspondem a forma como este é

responsabilizado pelo ato infracional cometido. Nessas circunstâncias, o Estatuto prevê seis tipos de medidas socioeducativas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional como encaminhamentos possíveis na ocorrência de um ato infracional (Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

Atualmente, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), houve uma queda considerável de adolescentes cumprindo medida de internação. De acordo com o documento, em 2021, foram registrados 13.684 adolescentes, uma diminuição de 45,6% quando comparada com o ano de 2018 que registrou 25.084 adolescentes em meio fechado. A explicação dada a tal fenômeno envolve a pandemia da COVID-19, a capacidade de comportar adolescentes nas unidades socioeducativas, queda nos registros de roubo e a queda no número de apreensão de adolescentes (Brasil, 2022). No entanto, uma das preocupações apontadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2020) envolve a reincidência desses adolescentes ao ato praticado independente da medida socioeducativa aplicada, correspondendo um total de 17,4% de reincidentes, o documento aponta que “altas taxas de reincidência estão relacionadas com a falta de fortalecimento de fatores protetivos e não redução de fatores de risco”.

À vista disso, estudos (Dib *et al.*, 2012; Galinari *et al.*, 2019; Nardi *et al.*, 2014) envolvendo esse público em geral têm buscado investigar os fatores risco associados para o cometimento do ato infracional, demonstrando que o comportamento infrator se manifesta na adolescência a partir de diversos fatores expostos aos adolescentes e/ou vividos por eles, ressalta-se que esses fatores envolvem tanto características individuais do adolescente quanto ambientais e relacionais. Portanto, está presente na literatura um esforço para caracterização desses sujeitos (Dib *et al.*, 2012, Nardi *et al.*, 2014), como também a identificação de aspectos contextuais e relacionais envolvidos em seu desenvolvimento (Boccio & Beaver,

2017; Dib *et al*, 2012; Galinari *et al.*, 2019; Pacheco & Hutz, 2009). Com tais evidências pretende-se gerar discussões referentes a políticas públicas adotadas para esses adolescentes (Bossa & Guerra, 2023; Cabral & Sousa, 2004; Sartório & Rosa, 2010).

Nesse sentido, quanto as características individuais encontradas nos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH, 2019), a maioria é do sexo masculino (96%), se concentram na faixa etária de 16 a 17 anos (56%), são identificados com a cor parda/preta (40%) e se encontram em medida de internação (68,2%). Galinari *et al* (2019) ao identificar fatores de risco associados ao cometimento de ato infracional comparando dois grupos de adolescentes do sexo masculino, cumprindo ou não medida socioeducativa, identificaram duas variáveis individuais do adolescente que são pouco apontadas na literatura, sendo estas: Ter Filhos e Trabalho, ambas discutidas pelos autores como fontes de estresse que requerem exigências e responsabilidades por parte dos adolescentes. Ademais, uso e abuso de álcool e outras drogas e baixo autocontrole são encontradas no grupo de adolescentes que cometeram ato infracional, psicopatia, histórico outros tipos de violência, déficit em habilidades sociais, são apresentados também como fatores de risco (Galinari *et al.*, 2019, Nardi *et al.*, 2014).

Em relação a características ambientais e relacionais, Galinari *et al* (2019) ainda identifica variáveis nos contextos familiares, escolares e de pares, apontadas como fatores de risco para a prática do ato infracional, no qual a qualidade das relações familiares, baixo desempenho escolar e convivência com grupo de pares que praticam ato infracional, são as características frequentes no grupo dos adolescentes cumprindo medida socioeducativa, Pacheco e Hutz (2009) ao analisarem famílias de adolescentes que cometeram ato infracional, identificaram que práticas parentais coercitivas e conflitos familiares tornam esse ambiente favorável à conduta infratora.

Dib *et al.* (2012) em uma revisão sistemática da literatura voltada, especificamente para a identificação de variáveis familiares, identificaram a monoparentalidade, separação familiar, envolvimento criminal de algum membro da família, práticas parentais negativas e vínculos frágeis ou ausentes no ambiente familiar desses adolescentes, sendo assim, a literatura sobre adolescentes em conflito com a lei, confirma a influência do ambiente familiar na prática do ato infracional. Em contrapartida, o papel da família também foi apontado como fator protetivo e preventivo ao se tratar de comportamentos em conflito com a lei, características como investimento familiar (Galinari *et al.*, 2019), supervisão parental (Peterson *et al.*, 2016), estilos parentais e práticas parentais positivas (Koch *et al.*, 2020; Prust & Gomide, 2007; Ryan *et al.*, 2013; Xiong & Xia, 2020), são apontadas como inibidoras da prática do ato infracional. Demonstrando esse ambiente como crucial no processo de constituição do sujeito adolescente, mas também como um ambiente estratégico no processo socioeducativo.

Ressalta-se que o bom funcionamento familiar no microsistema não se mantém somente pelo afeto, fraternidade e intencionalidade entre os membros, mas, além disso, depende e exige do exo- meso- e macrossistema, condições materiais objetivas que nem sempre os pais e responsáveis possuem ou tem controle sobre, como moradia digna, saneamento básico, educação de qualidade, acesso ao esporte e lazer (Almeida, 2022).ito Dito isto, este trabalho não atribui ao microsistema familiar total responsabilização por comportamentos dos adolescentes em conflito com a lei, mas sim compreender em quais condições certos microsistemas se mantêm e se regulam em comparação a outros.

Ademais, tomando como base os estudos discutidos até o momento, a família e a qualidade das relações estabelecidas nesse ambiente tornam-se o principal foco de discussão sobre os adolescentes que praticam ato infracional. Levando em conta, a complexidade em torno dos processos que atravessam esse ambiente e as interações mantidas para nortear as

discussões subjacentes desse projeto se utiliza da perspectiva sistêmica de Urie Bronfenbrenner (1996/2011) nas discussões, a fim de abranger os processos que permeiam o desenvolvimento desses adolescentes.

4 Adolescentes e a prática do ato infracional na perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano

Os adolescentes em conflito com a lei têm sido uma temática que há muito tem interessado a academia (Santos & Böing, 2018), as discussões em torno da maioridade penal retomam a perspectiva menorista ainda não superada pela sociedade, sendo assim estudos e pesquisas que ampliam a discussão desses adolescentes sob uma perspectiva sistêmica podem comedir essa visão limitada sobre os adolescentes que cometem ato infracional e embasar posicionamentos e políticas públicas (Santos & Böing, 2018). Desse modo, o Modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner (1996/2011), foi escolhido para nortear as análises deste projeto com adolescentes que cometeram ato infracional de diferentes tipos e cumprem medida socioeducativa por decisão judicial.

Dentro desse modelo, o processo é o que norteia as discussões em torno do desenvolvimento, sendo afetado por características tanto da pessoa desenvolvevente quanto pelos aspectos físicos e simbólicos do ambiente (próximo ou remoto). Em suma, o modelo bioecológico visa explicar como as propriedades da pessoa e do ambiente interagem gerando desenvolvimento humano e para compreendê-la o teórico propõe quatro elementos inter-relacionais e funcionais que devem ser identificados no estudo do desenvolvimento humano, são estes: Processo (P), Pessoa (P), Contexto (C) e Tempo (T), também chamado de modelo PPCT (Bronfenbrenner, 2011). Baseado em Reis (2016) que operacionalizou cada aspecto do modelo para estudos com autores de violência, este projeto de mestrado

desenvolve abaixo as propriedades a serem observadas em estudos com participantes adolescentes em conflito com a lei.

O *Processo*, ocupa uma posição central no modelo como sendo o principal mecanismo de desenvolvimento, ocorre em função da interação pessoa e ambiente, mas também em função dos chamados processos proximais. Bronfenbrenner e Morris (1998) afirmam que os processos proximais, são mecanismos primários que produzem desenvolvimento, no entanto, a força desse processo pode variar substancialmente em função das características da pessoa e do ambiente, de acordo com Bronfenbrenner (2011) os processos proximais podem gerar: 1) competência, que refere-se ao desenvolvimento de conhecimento, habilidades e capacidade de conduzir os próprios comportamentos e 2) disfunção, o que produz dificuldade em manter controle e integrar o comportamento em distintas situações, Bronfenbrenner (2011) afirma que a disfunção tende a se consolidar em ambientes desorganizados ou desfavoráveis enquanto que a competência se assegura com mais facilidade em ambientes estáveis e favoráveis, no entanto, Coscioni *et al.* (2018) destaca que a compreensão de competência e disfunção sofre impacto do ambiente imediato, uma vez que, aquilo visto como competência e disfunção pode mudar a depender do contexto.

Nessa direção, as relações entre os membros da família dos adolescentes em conflito com a lei são apresentadas geralmente a partir de práticas de maus tratos e estilos parentais permissivos, superprotetores, assertivos ou autoritários, logo, marcadas por relações violentas e de instabilidades, características que são apontadas na literatura como fatores que influenciam na prática do ato infracional (Pessoa & Coimbra, 2020; Siria *et al.*, 2020; Zamora, 2010). Os estudos, em geral, apresentam características instáveis e desfavoráveis para o desenvolvimento de competências nos adolescentes em conflito com a lei, porém, não basta somente caracterizá-los e identificar a presença ou ausência de características X e Y, é preciso considerar como essas relações atingem esses adolescentes, como eles a enxergam e

assimilam essas características dentro de suas trajetórias de vida, dado que proporciona um conhecimento acerca do que atravessou o desenvolvimento, mas também em como ele se estabeleceu na percepção dos adolescentes, por meio de figuras de autoridade do ambiente familiar.

Dito isto, para um adolescente em conflito com a lei seus processos proximais podem ser experienciados e compreendidos assimilando a mensagem que o *crime compensa*, sob esse ponto de vista os processos proximais de competência podem envolver formas mais eficazes de realizar atos infracionais (Coscioni *et al.*, 2018), à medida que as relações estabelecidas nos ambientes em que transita e as intenções do próprio adolescente seja permanecer em conflito com a lei (Pessoa & Coimbra, 2020; Zamora, 2010). Portanto, para depreender o impacto dos processos proximais no desenvolvimento dos participantes, é relevante considerar elementos objetivos por meio de instrumentos quantitativos e caracterização dos atos infracionais, mas também é necessário discorrer sobre aspectos subjetivos, a partir do acesso a percepção dos próprios adolescentes sobre suas experiências.

A *Pessoa* desenvolvvente é dotada de um repertório individual de características biológicas, cognitivas, emocionais e comportamentais. Estas características biopsicossociais (temperamento, personalidade, raça/etnia, cor) e características adquiridas ao longo do tempo (sistema de crenças, relações interpessoais) influenciam nos processos proximais e seus efeitos desenvolvimentais nas pessoas e no ambiente imediato (Bronfenbrenner, 2011). Nessa perspectiva, as características da pessoa são entendidas como produtos e produtoras de desenvolvimento (Santos & Böing, 2018) e podem apresentar três características atuantes no desenvolvimento: de disposição, de recurso e de demanda.

As características de disposição referem-se a comportamentos que podem gerar ou inibir o desenvolvimento e tem a capacidade de movimentar e sustentar os processos

proximais. Em relação aos adolescentes em conflito com a lei, podem ser vistas em aspectos de motivação, impulsividade, agressividade, temperamento e dificuldade de autocontrole, características discutidas na literatura referente a esse público (Azeredo *et al.*, 2019; Galinari *et al.*, 2019; Zamora, 2010); a segunda característica diz sobre os recursos biopsicológicos do indivíduo e a sua capacidade de engajar-se nos processos proximais, isto é, envolve deficiências e peculiaridades genéticas, por fim as características da demanda referem-se a atributos inatos ou não que podem estimular ou desencorajar reações do ambiente social como idade, gênero, cor da pele e aparência física influenciam de forma mais direta nos processos proximais (Reis, 2016, Santos & Böing, 2018). Desse modo, o desenvolvimento desses adolescentes se relaciona com a estabilidade e mudança ocorridas nas características biológicas, psicológicas e sociais ao longo da vida e podem se apresentar como atributos que facilitam ou dificultam o engajamento nas relações (Santos & Böing, 2018).

O *Contexto*, refere-se a ambientes ecológicos que afetam o desenvolvimento, as quais a pessoa tem contato de forma imediata ou remota, este é estruturado em quatro níveis ambientais (Bronfenbrenner, 2011). O primeiro é o microssistema definido como ambiente imediato da pessoa desenvolvendo e onde ocorre os processos proximais, há no microssistema os padrões de atividades, papéis sociais e relações interpessoais experienciados face a face. Dentre os contextos de desenvolvimento, os estudos com adolescentes em conflito com a lei apontam microssistemas como a família, a escola, o grupo de pares e os centros socioeducativos (Dib *et al.*, 2012; Franco & Bazon, 2019; Galinari *et al.*, 2019; Pessoa & Coimbra, 2020; Santos & Böing, 2018) como ambientes relevantes na compreensão no desenvolvimento desses grupos. No contexto imediato, é relevante olhar para características estruturais, funcionais e simbólicas disponíveis no ambiente, além das propriedades das pessoas, quem os adolescentes se relacionam durante sua vida, visto que há uma interferência direta nos processos proximais experienciados pelos adolescentes. Logo, aspectos da relação

entre pais e filhos, técnicos e socioeducandos dentro do microssistema, podem exprimir processos específicos que afetam o comportamento de adolescentes em conflito com a lei.

Em um segundo nível ambiental, está o mesossistema, caracterizado por ser o conjunto de microssistemas em que a pessoa desenvolve transita, além de considerar as relações existentes entre eles (escola-trabalho, casa-trabalho, escola-casa). Dishion *et al.* (2018) ao analisarem o mesossistema família-amigos de adolescentes de 16 e 17 anos, concluíram que a combinação de conversas desviantes com o grupo de pares e trocas coercitivas com a família, deixavam os adolescentes mais propensos a comportamento violento e prática de ato infracional no fim da adolescência ou prática de crimes no início da vida adulta. Coelho e Dell’Aglia (2018) em um estudo sobre engajamento escolar, identificou a influência do suporte da família e de professores no comportamento e cognição de adolescentes do ensino médio.

Nesse sentido, cabe considerar gradativamente, os contextos ao qual a pessoa desenvolve passa a interagir, para adolescentes em conflito com a lei, esse processo envolve instituições jurídicas e centro socioeducativos, esses outros contextos ampliam as atividades, papéis e relações desenvolvidas e influenciam de forma interdependente outros contextos já existentes como a família, em outras palavras, a relação entre família e centro de proteção ao qual ele se encontra é considerado um mesossistema (Santos & Böing, 2018).

O exossistema, terceiro nível do *Contexto*, refere-se aos microssistemas que a pessoa desenvolve não frequenta, mas que influenciam no seu desenvolvimento, no caso dos adolescentes que praticaram ato infracional e cumprem medida socioeducativa de internação, a comunidade entorno da unidade socioeducativa, Conselhos Municipais, a Vara da Infância e da Juventude exemplificam esses ambientes (Santos & Böing, 2018). Coscioni *et al.* (2018) ao avaliar os projetos de vida de adolescentes que estavam cumprindo medida socioeducativa de internação, notaram que o planejamento do projeto sofria influências do Poder Judiciário,

visto que os adolescentes tendem a preparar o projeto com base no que o Juiz avalia como positivo, ademais nesse estudo é possível constatar elementos do exossistema interferindo nos processos proximais dos participantes junto com a equipe técnica das instituições socioeducativas.

Por fim, o macrosistema, um conjunto de crenças, cultura e subculturas que atravessam o desenvolvimento e criam um certo padrão de comportamento e relações existentes nos outros sistemas, para esse público, em específico, tem-se como exemplo a regulamentação de leis, a efetivação de políticas públicas e o valor social pejorativo do termo “menor” que norteiam o comportamento e o manejo no tratamento com esse público. Nesse aspecto o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2012) estabelecem as normas quanto a execução das medidas socioeducativas destinada a este grupo específico que devem ser seguidas pelos outros contextos citados. Portanto, apesar desse projeto de mestrado se proponha a estudar o microsistema, este não deve ser visto dissociado da complexa ecologia e das características dos adolescentes.

O *Tempo* que considera as dimensões múltiplas da temporalidade, é dividido em três perspectivas temporais que vai de pessoal a histórica (Coscioni *et al.*, 2018), sob um olhar pessoal temos o microtempo que seriam as continuidades e discontinuidades do processo proximal do tempo imediato, mesotempo refere-se a periodicidade de episódios ocorrendo simultaneamente, ou seja, concerne à frequência do estabelecimento dos processos proximais e, por último, em uma perspectiva histórica tem-se o macrotempo relacionado às mudanças ocorridas na sociedade e que impactam não somente a pessoa desenvolvendo, mas grandes grupos (Coscioni *et al.*, 2018). Nesse aspecto, os adolescentes que cometeram ato infracional podem apresentar, o tempo de convivência com seus familiares antes de estarem no centro socioeducativo e o tempo de convivência no período atual, além de estarem passando por um

período desenvolvimental específico que é adolescência, ademais cabe observar as estabilidades e instabilidades presentes na trajetória de vida destes, visto que mudanças inesperadas, como a inserção em um centro socioeducativo por um período de tempo, afeta as relações, papéis e atividades realizadas e por consequência o desenvolvimento.

Esses elementos constituintes do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, são divididos de forma didática para facilitar o seu entendimento, visto que apresentam características distintas entre eles e que afetam o desenvolvimento humano, no entanto, Bronfenbrenner (2011) afirma que há interconexões e inter-relações entre eles. De acordo com o PPCT, a pessoa com seus atributos está inserida em um ambiente imediato que possui também suas características, que, por sua vez, recebe e provoca influências no meso- e exossistemas, os quais em determinado período de tempo estão todos inseridos em um mesmo macrossistema. Sendo assim, o pesquisador deve olhar também para essas inter-relações mesmo que seu objeto de estudo seja um dos aspectos do modelo, isto é, por mais que o microssistema represente o primeiro nível contextual, ele também reflete as características dos demais níveis.

Dito isto, a família ocupa uma posição principal dentre os microssistemas, nos quais as interações diretas e experiências significativas ocorrem na trajetória de vida dos adolescentes (Senna & Dessen, 2012). Pesquisar o microssistema familiar é construir subsídios para a compreensão de um ambiente que merece cuidado e atenção política prioritária, para que possa exercer em sua totalidade as responsabilidades educativas, de segurança e distribuição de afeto que lhe é esperada e exigida. O microssistema se apresenta como contextos desenvolvimentais na vida desses adolescentes que pode elucidar o comportamento caracterizado pelo ato infracional praticado por esse público.

5 O microssistema familiar de adolescentes que cometeram ato infracional

No Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, o ambiente ecológico é compreendido como uma série de estruturas uma encaixada dentro da outra, sendo que, na parte mais interna desse conjunto de sistemas, encontra-se o ambiente imediato, nomeado como microssistema. Nas palavras de Urie Bronfenbrenner, o microssistema é um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento em um dado ambiente onde estabelece relações face a face com características físicas, sociais e simbólicas específicas que convidam, permitam ou inibam seu engajamento, sustentando atividades progressivamente mais complexas em um contexto imediato.

Cabe ressaltar, que o termo *experienciado*, presente na conceituação de microssistema e enfatizado pelo autor, atribui importância a forma como a pessoa percebe e significa as propriedades dispostas no ambiente, que possui não só características físicas, mas também simbólicas. Portanto, o microssistema refere-se a um ambiente imediato que afeta o desenvolvimento de forma mais direta, sob essa perspectiva a família constitui um dos diversos microssistemas que atravessam o desenvolvimento humano, sua relevância consiste em ser o primeiro ambiente no qual a criança participa ativamente. No entanto, a visão bioecológica do autor, incorpora elementos particulares do microssistema familiar que atuam no desenvolvimento de crianças e adolescentes, mas que sofre influências indiretas de outros sistemas ecológicos.

Nesse sentido, ao olhar para as famílias brasileiras, nota-se a presença de menos membros em sua constituição, dados do Observatório Nacional da Família (Brasil, 2021) indicam que a composição familiar de casais com filhos, mesmo que ainda predominante sofreu diminuição e que tal redução corresponde a um aumento de famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Na perspectiva bioecológica, o macrossistema se apresenta na alteração cultural da população sobre a composição familiar, e esta, por sua vez, é afetada,

principalmente por questões socioeconômicas e participação feminina em decisões políticas. Ademais, aspectos do exossistema como escolaridade dos pais e a presença das mulheres no mercado de trabalho tornam-se elementos a considerar em uma discussão sobre esse microsistema.

No que diz respeito aos arranjos familiares em relação a raça, mulheres negras como chefes de família são numericamente superiores a mulheres brancas na mesma condição, logo estão mais expostas a estresses, pobreza e dificuldades em equilibrar vida profissional e vida doméstica (Brasil, 2021). Cabe destacar que a exposição a essas situações podem influenciar dinâmicas existentes no microsistema familiar, ainda que seja preciso notar que a monoparentalidade concentrada na maternidade, por si só, não pode ser vista como risco no desenvolvimento do adolescente. Estudos (Benatti et al., 2021; Boccio & Beaver, 2017) apontam para a capacidade de adaptação e reestruturação da família em condições adversas, ou seja, no âmbito do microsistema familiar, está associada à presença de um sistema aberto com múltiplas formas de existir (Benatti et al., 2021), tendo as figuras parentais importância acentuada, mas não exclusiva nesse processo.

Compreende-se que o microsistema familiar possui funções básicas particulares de segurança, proteção, afeto, bem-estar e apoio para a criança (Cecconello *et al.*, 2003), no qual os pais e responsáveis exercem condutas para garantir bem estar físico e mental, manutenção de vínculos internos e a transmissão de valores, qualquer alteração nesse ambiente, a exemplo, inserção de novos membros no microsistema, perda de emprego, a própria mudança de *status* desenvolvimental como uma criança tornando-se adolescente, um filho cumprindo medida socioeducativa, entre outras alterações podem modificar as estratégias utilizadas a fim de cumprir tais demandas desse microsistema.

Por conseguinte, famílias de adolescentes em conflito com a lei vão apresentar características particulares na constituição e manejo do microsistema, no MBDH

Bronfenbrenner (1996) elenca três elementos fundamentais para uma investigação do microsistema, sendo estes: as atividades, os papéis sociais e as relações interpessoais. As *atividades* são comportamentos que o autor distingue como sendo 1) moleculares, que seriam mais pontuais e não são significativos nas manifestações do desenvolvimento, a exemplo: um sorriso ou batida na porta; e 2) molares, vista como a manifestação principal e mais imediata que aponta a ocorrência do desenvolvimento, Bronfenbrenner (1996) distingue essas atividades, pois afirma que nem todos os comportamentos exercem influência no desenvolvimento humano.

No microsistema familiar, as *atividades molares*, em geral, se apresentam nas estratégias de educar e desenvolver habilidades sociais nos filhos, visto que são marcadas por uma intencionalidade em realizá-la, estão inscritas no dia a dia dos membros da família e, conforme a criança e o adolescente cresce tornam-se progressivamente mais complexa e frequentes no microsistema. Quando se trata de adolescentes em conflito com a lei, a literatura (Predebon & Giongo, 2015; Nadir & Dell’Aglia, 2012) aponta que o microsistema familiar tem como características: dificuldades em manter disciplina, cuidado e monitoria, e relações conflituosas ou de distanciamento entre os membros da família. Predebon & Giongo (2015) em uma revisão sistemática sobre famílias de adolescentes que cometeram ato infracional encontraram dificuldades de comunicação e de pedir ajuda entre os adolescentes e seus responsáveis, além de relações permeadas por violência.

Outrossim, Nadir e Dell’Aglia (2012) em um estudo sobre a percepção de família dos adolescentes em conflito com a lei, identificaram uma conduta indiferente dos pais em relação aos filhos quando estes exerciam comportamentos antissociais (usar drogas, pichar muros), o que indica um não comprometimento no processo de educar ou desenvolver as habilidades sociais. As características apontadas nos estudos somado com as características da pessoa desenvolvedora, dificultam o estabelecimento de atividades frequentes e

progressivamente complexas, visto que, em um ambiente hostil e repulsivo com poucas condições para o processo de internalização de atividades molares capazes de produzir um desenvolvimento dito funcional, as atividades exercidas pelos pais tornam-se ineficazes.

As atividades molares, devem gerar crescimento psicológico e desenvolvimento que podem ser visualizados por meio das manifestações externas. Um exemplo de atividade molar, experienciados pelos adolescentes em conflito com a lei, são as atividades educacionais realizadas em centros socioeducativos ou em um Centro de Orientação Médico Psicopedagógico como é o caso da intervenção com um Grupo Multifamiliar realizada por Costa *et al.* (2011), as autoras ao executarem diversas atividades em cinco encontros com familiares e adolescentes em medida socioeducativa, proporcionaram reflexão, conscientização da violência praticada, ressignificação das experiências vividas e a elaboração de um projeto para o futuro, gerando crescimento psicológico e desenvolvimento no microsistema familiar de adolescentes ofensores sexuais, essas atividades se mantiveram durante um tempo, logo foi duradoura e contínua, progressivamente mais complexa e marcada por significados e intenção consciente para aprender.

O segundo elemento do microsistema, é o chamado *papel* ou *papel social* e corresponde a uma série de comportamentos e relações esperadas de uma pessoa que ocupa uma posição dentro da sociedade, portanto é atravessado por elementos do macrossistema, visto que esses papéis são definidos a nível de subcultura ou cultura (Bronfenbrenner, 1996). Na teoria bioecológica, a expectativa sobre determinados comportamentos é recíproca na medida em que a pessoa desenvolve também espera a forma como os outros devem se comportar em relação a ela e aos outros (Bronfenbrenner, 1996). Nesse aspecto, dentro de um microsistema familiar, encontram-se diversos papéis sociais que atravessam os comportamentos escolhidos e esperados pelos seus integrantes; em um nível macro, o Estatuto da Criança e do Adolescente atribui a família o papel de assegurar com absoluta

prioridade, a efetivação dos direitos dos adolescentes, logo se espera desse microsistema, mas principalmente dos pais e responsáveis dos adolescentes, a garantia dos direitos à vida, saúde, lazer, educação, cultura, profissionalização, alimentação, entre outros (Art. 4º, 1990), essas expectativas provenientes do meio macro, se manifestam nos microsistemas por meio dos comportamentos, pois ao serem demandadas tais responsabilidades dos pais, espera-se que estes detenham autoridade e controle sob seus filhos e que possam prover e garantir seus direitos.

Para Costa *et al.* (2012), o Grupo Multifamiliar reúne, qualitativamente, as percepções dos adolescentes que praticaram violência sexual em relação a eles mesmos e as percepções de suas mães em relação aos adolescentes. Embora o foco da pesquisa não envolvesse discussões de papéis sociais, é possível encontrar nos resultados como estes são compreendidos dentro do microsistema familiar desses adolescentes, se destacando o papel da mãe que por estar em um status social que se espera comportamentos que eduquem seus filhos, relatam nas entrevistas comportamentos parentais (controle, exigências quanto a estudo e serviços domésticos) que as coloquem como autoridade em relação ao filho que a obedece, mesmo que este tenha relatado na entrevista que nem sempre obedecia. Em outros termos, as mães apresentam para as pesquisadoras comportamentos esperados e socialmente validados para o papel social referente a uma mãe.

Por outro lado, quando as expectativas de papel não são supridas ou reconhecidas no microsistema, há uma alteração na estrutura familiar para que a família consiga atender certas demandas, a exemplo Nadir e Dell’Aglia (2012) observaram no relato dos adolescentes em conflito com lei, uma dificuldade dos pais em exercer o papel de suporte e apoio emocional, nessa situação o papel parental é atribuído para outros membros da família (irmãos) que passam a oferecer apoio e supervisão para os adolescentes, quem transfere a autoridade e poder de influência a esses outros membros. Com isso, mesmo que algumas

figuras parentais não cumpram as expectativas de papel, a existência de outros membros para o exercício da função parental pode atuar como fator protetivo (Nadir & Dell’Aglío, 2012).

O microssistema familiar além de funcionar como um ambiente em que papéis são desempenhados, também opera como um ambiente de transmissão, imposição e reforço de papéis naturalizados no macrosistema. Nessa perspectiva, Carvalho & Melo (2019) ao entrevistarem adolescentes e avaliar a percepção destes acerca dos papéis de gênero e família, notaram certos comportamentos e falas que funcionam para a manutenção dos papéis de gênero nesse ambiente, a exemplo divisão de serviços domésticos, concentrado no papel feminino; e tratamento distinto em relação a liberdade sexual, no qual os meninos são incentivados e as meninas são reprimidas.

Embora o gênero feminino seja aquele que sofre com frequência a desigualdade de gênero, os meninos também são atingidos pelo efeito negativo de um sistema patriarcal. Sobre esse assunto, Silva (2020) citando Bell Hooks afirma que o patriarcado é um sistema sociopolítico, no qual os homens são considerados *dominadores*, portanto cabe a eles comportamento carregado de agressividade e atividades sexual, “é necessário, então, que os homens sejam fortes, provedores, sexualmente ativos” (Silva , 2020 p. 28), sendo assim, um homem que performa características ditas femininas nesse sistema tende a sofrer consequências sociais que no microssistema familiar envolve repressões, julgamentos e controle.

O último elemento constituinte do microssistema diz respeito às *relações interpessoais* que ocorrem sempre que uma pessoa participa ou presta atenção nas atividades da pessoa desenvolvente, e dentro do microssistema familiar isso ocorre, logo após o nascimento da criança. Bronfenbrenner (1996) afirma que a unidade mais básica de análise do desenvolvimento, se encontra nas relações interpessoais e é chamada de *díade*, caracterizada por uma relação em que “duas pessoas prestam atenção na atividade uma da

outra ou delas participam” (p. 46), a díade estabelece reciprocidade (o que um faz influencia o outro e vice e versa), equilíbrio de poder (em que um é mais influente que o outro e oferece a oportunidade de aprender e lidar com as relações de poder) e afeto (podendo ser positivo e negativo), como fatores que influenciam as relações interpessoais e o desenvolvimento.

O adolescente em conflito com a lei possui relações diádicas com os profissionais dentro do centro socioeducativo, com outros adolescentes dispostos nos centros, mas também com um membro da família que o visita ou realiza ligações telefônicas, mantendo as relações interpessoais com seu microssistema familiar. Este microssistema, quando apresenta um nível de reciprocidade, sentimentos positivos e gradativa alteração do equilíbrio de poder em direção a pessoa desenvolvendo, nesse caso o adolescente, têm impactos no desenvolvimento e na aprendizagem (Santos & Böing, 2018).

À vista disso, as relações diádicas estabelecidas ao longo da vida desses sujeitos dentro do microssistema familiar podem apresentar os primeiros padrões de socialização que os adolescentes entraram em contato, nesse sentido a figura materna tem predominância nos estudos (Costa *et al.*, 2012; Toledo *et al.*, 2014), visto que os adolescentes apoiam nessa figura o papel educativo e as relações importantes mantidas no microssistema familiar. No entanto, apesar da *mãe* representar o cuidado, atenção e afeição nesse contexto, ainda há relatos de interações permeadas de violência e pouco interesse dos membros em relação aos filhos (Koch *et al.*, 2020; Nadir & Dell’Aglia, 2012; Predebon & Giongo, 2015; Xiong *et al.*, 2020). Contudo, o afastamento da família em caso de adolescentes que estão privados da liberdade, acarreta a resignificação dos vínculos formados, Coscioni *et al.* (2020) ao avaliar as relações interpessoais de adolescentes cumprindo medida socioeducativa, identificou valorização do contato com a família e apoio destes em meio às adversidades, esse dado é visto pelos pesquisadores como motivador para o rompimento da conduta infracional.

Nessa perspectiva, este trabalho, visa considerar a forma pelo qual os adolescentes

com histórico de ato infracional, experienciaram o microssistema familiar, na medida em que aspectos físicos e simbólicos foram ganhando significado subjetivo para esses indivíduos. A junção de elementos subjetivos (percepção dos adolescentes sobre seu microssistema) com objetivos (características do microssistema familiar) corrobora para uma discussão precisa sobre como esses adolescentes se desenvolveram dentro do seu microssistema familiar e que aspectos presentes nesse ambiente ganharam importância positiva ou negativa na trajetória de vida desses adolescentes.

Todavia, para além de identificar fatores influentes no microssistema familiar que podem estar associados ao comportamento de cometimento de ato infracional, é importante considerar a natureza e a qualidade das relações diádicas que se estabeleceram ao longo da vida desses adolescentes, uma das formas de interação existente entre pais e filhos é por meio do estilo parental presente nessas relações e a depender de sua característica pode ser apresentado como mais ou menos prejudicial para o desenvolvimento do adolescente.

6 Estilos parentais no microssistema familiar de adolescentes com histórico de ato infracional

As primeiras investigações em torno da natureza da interação entre pais e filhos e a implicação disso no desenvolvimento infantil, ocorreu por meio da sistematização realizada por Diana Baumrind (1966) acerca do estilo parental, a autora define esse constructo como um conjunto de práticas e atitudes parentais ocorrida dos pais em direção aos filhos e envolve comportamentos, valores, crenças dos pais somados com o temperamento da criança (Lawrenz *et al.*, 2020). De acordo com Baumrind (1966), há três modelos de estilos parentais: o permissivo, que envolve comportamentos não punitivo dos pais e aceitação dos desejos e impulsos dos filhos; o autoritário, caracterizado por práticas de controle do comportamento dos filhos na tentativa de moldar estes a um padrão absoluto aceito pelos

pais; e por último o autoritativo, neste os pais orientam racionalmente as atividades dos filhos e é onde há o incentivo a comunicação.

A partir dos estudos de Baumrind (1966), MacCoby e Martin (1983) conforme citado por Lawrenz *et al.* (2020) passam a considerar os estilos parentais sob duas dimensões, chamadas de responsividade e exigência, a primeira faz alusão a atitudes compreensivas dos pais, por meio do apoio e comunicação; e a exigência inclui atitudes para controlar o comportamento dos filhos (Lawrenz *et al.*, 2020). Então sem desconsiderar os três estilos propostos por Baumrind, porém apresentando a existência de um quarto estilo parental, os autores classificam cada um deles a partir das duas dimensões identificadas, no qual pais com alta responsividade e exigência, possuíam um estilo autoritativo; baixa responsividade e baixa exigência, correspondia a pais com estilo permissivo; baixa responsividade e alta exigência, pais autoritários; e por último, alta responsividade e baixa exigência, pais com o estilo parental indulgente (Lawrenz *et al.*, 2020).

No entanto, foi na década de 1990 que as práticas parentais começaram a realçar a importância de reconhecer esse aspecto também nos estilos parentais com o trabalho de Darling e Steinberg (1993) que fizeram uma revisão histórica sobre o tema. Os autores argumentaram que para compreender os estilos parentais, deve-se verificar três aspectos: 1) os objetivos dos pais nesse processo; 2) as práticas parentais exercidas por eles para os filhos alcançarem esses objetivos; e 3) o clima emocional onde ocorre o processo. Darling e Steinberg (1993) entendem o estilo parental como um modelo integrativo e trazem uma visão mais sistemática desse constructo, apontando vários fatores que podem afetar *como* o estilo parental se apresenta no contexto familiar, indo além de aspectos imediatos e considerando características referentes à cultura, classe social e composição familiar.

Desde então, a literatura de estilos parentais incorpora um olhar mais sistêmico e que

considera influências imediatas e remotas na sua constituição, a exemplo Cecconelo *et al.* (2003) em uma revisão de literatura discutem os estilos parentais em relação ao abuso físico a partir de indicadores *familiares e pessoais* como: a manutenção de poder e da ordem dos pais em relação aos filhos, transtornos mentais e a experiências pessoais dos pais quanto a sua família de origem; *indicadores sociais* do exossistema da criança como: desemprego, situação socioeconômica e baixa redes de apoio; e *indicadores contextuais*, encontradas no macrosistema como: as crenças, ideologias e valores sociais, esses aspectos apresentam o estilo parental como um constructo multifatorial e complexo.

Em nível nacional, uma contribuição expressiva relacionada a estilos e práticas parentais têm sido apresentada por Gomide (2005, 2014, 2021) uma psicóloga com formação e atuação direcionada a psicologia forense que tem se dedicado há algumas décadas no estudo de adolescentes em conflito com a lei e adolescentes com comportamentos antissociais, incluindo nas discussões a parentalidade e os estilos parentais. A autora compreende o estilo parental como um “conjunto de práticas educativas parentais ou atitudes parentais utilizadas pelos cuidadores com o objetivo de educar, socializar e controlar o comportamento dos filhos” (Gomide, 2014).

Sob essa perspectiva, um dos avanços apresentados por Gomide (2006) foi o desenvolvimento do Inventário de Estilos Parentais (IEP), elaborado pela autora a partir dos estudos de Patterson *et al* (1992) conforme citado por Gomide (2021). Neste trabalho, os autores propõem um modelo de desenvolvimento de comportamentos antissociais dispostos em quatro estágios, são estes: 1) O estágio inicial que ocorre no microsistema familiar, no período da infância, e inclui práticas educativas ineficazes, ambiente estressor e temperamento da criança e figuras parentais, esses fatores podem predispor comportamentos antissociais no futuro; 2) Em um segundo momento, é observado as relações sociais estabelecidas pela criança fora da casa, principalmente na escola, no qual se atenta para o

baixo desempenho acadêmico e rejeição de pares e professores; 3) Em decorrência dos estágios anteriores, Patterson *et al* (1992) em Gomide (2021) afirmam que o adolescente passa a buscar grupos de pares semelhantes à ele, nesse caso, se aproxima de grupos no qual seus participantes possuem comportamentos antissociais; 4) Por último, os autores afirmam que a consequência da exposição desse adolescente nos estágio anteriores gera a falta de habilidades sociais levando a crises pessoais e profissionais desenvolvendo assim comportamentos antissociais (Gomide, 2021; Nardi & Dell’Aglia, 2012).

Desse modo, Gomide no IEP tem o objetivo de identificar estilos e práticas educativas parentais que podem favorecer uso de álcool e drogas, contravenções e práticas de atos infracionais, o chamado comportamento antissocial, mas também é um instrumento que auxilia na identificação de estilos e práticas que desenvolvem comportamentos de partilha, empatia, honestidade, cuidado e atenção, nomeados como comportamentos prossociais, visto que não são prejudiciais para as crianças e adolescentes e demais pessoas que estas convivem (Gomide, 2021).

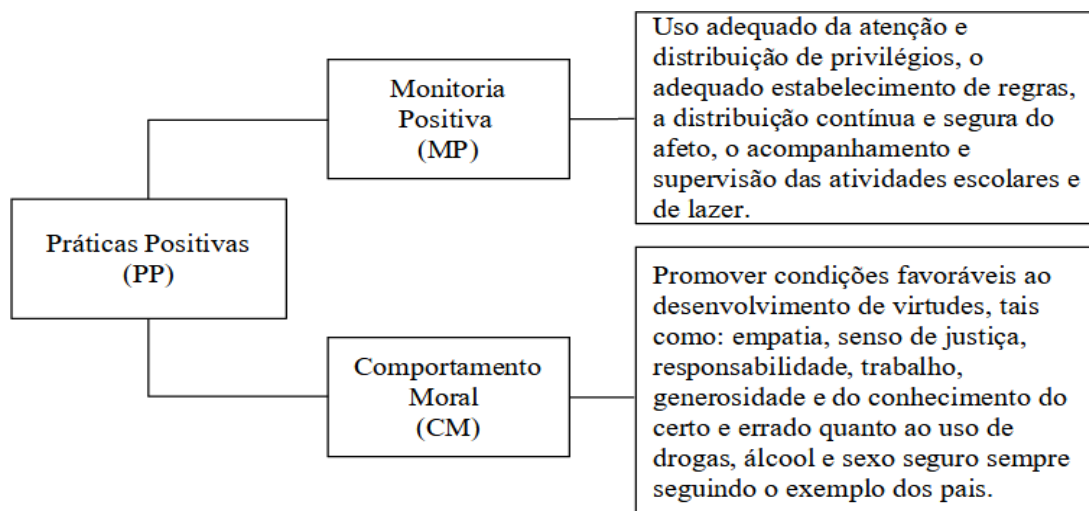
Para Gomide (2014, 2021), o estilo parental está intrinsecamente ligado às práticas parentais escolhidas pelos pais dos adolescentes, portanto o estilo parental é resultado da confluência de forças das práticas educativas. Nesse sentido, quando um estilo parental favorece comportamentos prossociais possui predominantemente práticas educativas positivas, por outro lado, o predomínio de práticas educativas negativas no estilo parental dos pais tende a desenvolver comportamentos antissociais nos filhos; a partir dessa premissa o IEP qualifica quatro tipos de estilos parentais, sendo estes ótimo, bom, regular e de risco.

Neste trabalho, assume-se, com base nessa perspectiva teórica, que as práticas educativas positivas correspondem a *monitoria positiva* e *comportamento moral*, e as práticas negativas referem-se a *negligência*, *punição inconsistente*, *monitoria negativa*, *disciplina*

relaxada e abuso físico. Nas Figuras 1 e 2 são apresentadas resumidamente suas definições conceituais e suas implicações para a pesquisa realizada.

Figura 1

Conceito das Práticas Educativas Positivas



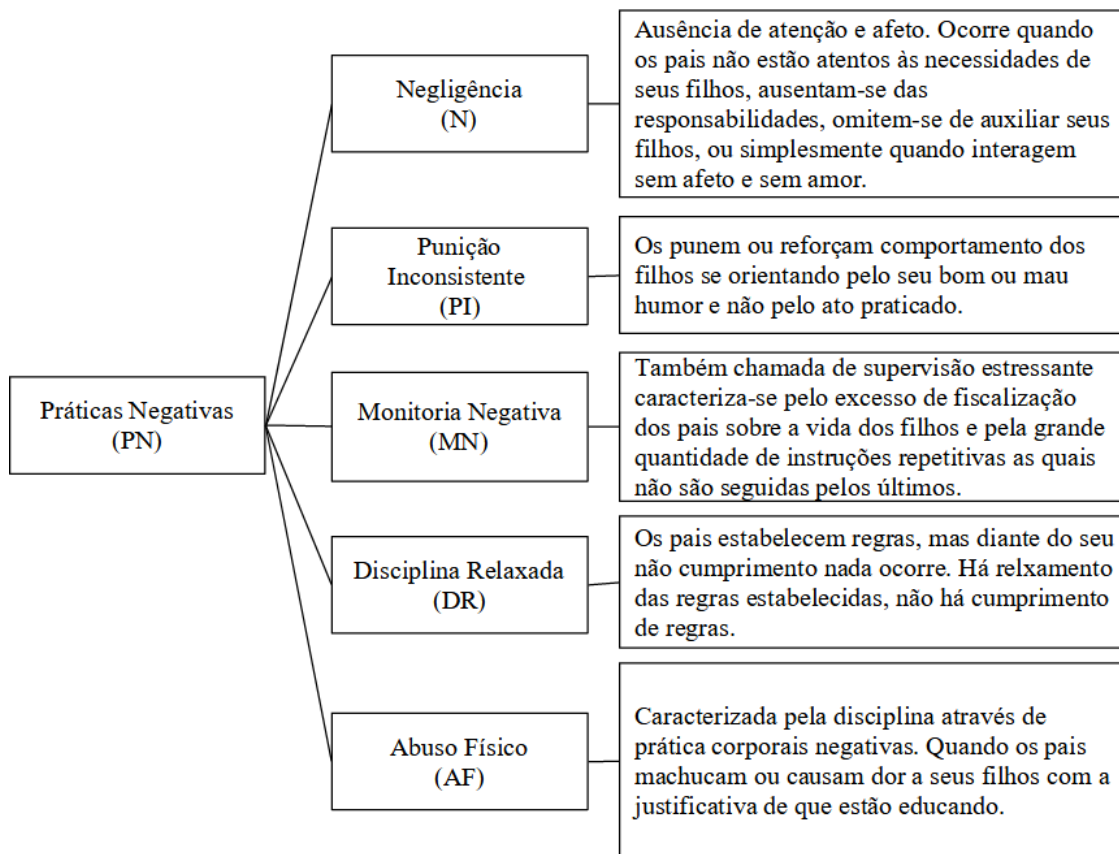
Nota. Conceitos retirados de Gomide (2014).

A presença predominante dessas duas práticas educativas no estilo parental exerce influência no comportamento dos adolescentes. A literatura aponta que práticas educativas positivas estão correlacionadas à saúde mental de adolescentes (Gomide *et al*, 2005; Sakuramoto *et al.*, 2014), e que estilos parentais com predomínio dessas práticas favorecem a expressão de sentimentos (Gomide *et al.*, 2005) e diminuem o risco de problemas em saúde mental como depressão (Sakuramoto *et al.*, 2014). Nota-se que a convivência em um microssistema familiar que permite comunicação e respeita a opinião dos filhos e demais membros familiares favorece comportamentos prossociais que podem ser repetidos pelos adolescentes em outros microssistemas e em suas relações interpessoais em outros ambientes. Nesse sentido, Toni e Hecaveí (2014) encontraram correlações positivas entre o rendimento acadêmico e o estilo parental materno, no qual adolescentes com médio e alto rendimento

tinham mães atentas e que acompanhavam com interesse as atividades escolares do filho, isto é, prevaleceu a monitoria positiva no estilo parental.

Quando se trata de adolescentes que cumprem medida socioeducativa, Toledo *et al.* (2014) em um estudo descritivo com uma amostra de 30 famílias de adolescentes que cumprem medida socioeducativa em internação e 30 famílias de adolescentes sem envolvimento com infrações, notaram ausência ou pouco predomínio da monitoria positiva e comportamento moral resultando em um estilo parental de risco no microssistema familiar desses adolescentes. Este dado pode explicar o comportamento infrator, visto que Prust e Gomide (2007) apontam que a presença do comportamento moral é vista como inibitória para o desenvolvimento de comportamentos antissociais.

Nessa perspectiva, a ausência dessas práticas contribui para baixa comunicação, pouco estabelecimento de limites e reduzida atenção e distribuição de afeto no microssistema familiar, o que corrobora para um estilo parental de risco. Assume-se que à medida que prevalecem cinco práticas educativas negativas aumenta a chance de os adolescentes desenvolverem comportamentos antissociais, tais como *Negligência, punição inconsistente, monitoria negativa, disciplina relaxada e abuso físico*, descritos na Figura 2.

Figura 2*Conceito das Práticas Educativas Negativas*

Nota. Conceitos retirados de Sampaio e Gomide (2007) e Gomide (2014)

Diferentemente das práticas educativas positivas, a presença e frequência dessas cinco práticas educativas podem afetar negativamente a saúde mental de crianças e adolescentes (Gomide *et al*, 2005; Sakuramoto *et al.*, 2014; Schaverem & Toni, 2019), com destaque para a negligência paterna e a disciplina relaxada materna que apresentaram-se correlacionadas significativamente à baixa autoestima de meninos e meninas (Schaverem & Toni, 2019). Essas duas práticas educativas são caracterizadas pelo pouco ou nenhum comprometimento das figuras parentais com os seus filhos, até mesmo no estabelecimento e cumprimento de regras, portanto a presença de práticas com valência negativa transmitem o desinteresse dos

pais em relação aos filhos e pode afetar a percepção das crianças em relação a seus valores e capacidades (Schaverem & Toni, 2019).

O abuso físico, em geral, aparece correlacionado com comportamentos externalizantes de crianças e adolescentes (Batista *et al.*, 2010; Olsen & Geronasso, 2022). Nessa perspectiva, a relação diádica estabelecida entre os pais e os filhos tem como característica a punição física no microssistema familiar corroborando com comportamentos antissociais em outros microssistemas como reflexo da violência sofrida em casa. Batista *et al.* (2010) ainda discutem a presença da monitoria negativa e punição inconsistente para o desenvolvimento de comportamentos antissociais em 12 crianças, no qual a monitoria negativa torna o microssistema familiar um ambiente hostil aumentando respostas agressivas enquanto a punição inconsistente pode confundir a percepção das crianças sobre as consequências de seus atos.

Em relação aos adolescentes que cometeram algum tipo de ato infracional, Toledo *et al.* (2014) identificaram em famílias com adolescentes que cumpriam medida socioeducativa, o predomínio de estilos parentais de risco (53,4%) em comparação com o grupo de famílias com adolescentes sem histórico de ato infracional (36,7%), identificando mais da metade das famílias que adotavam práticas educativas negativas em direção aos adolescentes em conflito com a lei. No entanto, a porcentagem relativamente alta do segundo grupo fez com que os autores chamassem atenção para outros fatores na perpetração do ato infracional, como a trajetória escolar. Silva *et al.* (2015), por outro lado, identificaram estilo parental regular (67%) em 33 adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade, contudo, como observado, nenhum adolescente avaliou o estilo parental como bom ou ótimo, isto é, no microssistema familiar predominavam práticas educativas negativas.

Ainda em Silva *et al.* (2015), a negligência e a monitoria negativa destacam-se, a primeira pela correlação positiva dessa prática com a autoestima, ou seja, adolescentes com

pais mais negligentes apresentavam mais baixa autoestima, este dado se assemelha ao de Schaverem e Toni (2019), já a monitoria negativa teve correlação positiva com o suporte social de amigos, demonstrando que quanto mais os pais tentavam ter controle dos filhos, mais eles percebiam os amigos como seu suporte social.

À vista disso, a presente dissertação tem interesse em investigar quais os tipos de estilos parentais se manifestam majoritariamente nas interações pais e filhos dos adolescentes que cometeram ato infracional. Sendo assim, este trabalho pretende focalizar a avaliação de adolescentes com comportamento de infração, assumindo que estes estão experienciando um período desenvolvimental complexo, marcado por um processo de preparação para a autonomia e mudanças intensas que exigem atenção, intervenção, proteção e condições específicas de responsabilização voltados para esse público. Além disso, considera-se que a presença de tais fatores neste período da vida afetaram a infância e também a adolescência. Tais fatores de risco influenciam o curso do desenvolvimento desses adolescentes e estão na base do cometimento do ato infracional ou mesmo para além deste.

Sendo assim, o estudo pretende constituir dois grupos de adolescentes e avaliar comparativamente os padrões de estilos parentais no microsistema dos seus participantes, seja os que cometeram ato infracional e aqueles sem histórico de conflito com a lei. Acredita-se que essas informações podem sustentar e promover discussões sobre as condições às quais seu desenvolvimento tornou-se possível.

7 Objetivos

7.1 Geral

Comparar os estilos parentais no microsistema familiar de dois grupos de adolescentes com e sem histórico de ato infracional.

7.2 Específicos

- Caracterizar os adolescentes e o microssistema familiar dos dois grupos: os que cometeram ato infracional e aqueles que não possuem histórico de conflito com a lei.
- Descrever semelhanças e diferenças entre estilos parentais e práticas parentais de cada grupo de adolescentes.
- Identificar atividades, relações e papéis emergentes no microssistema familiar dos adolescentes que cometeram ato infracional.

8 Método

A presente dissertação de mestrado utiliza-se de um método comparativo com o objetivo de investigar e identificar diferenças ou similaridades entre grupos (Gil, 2008), neste caso, participantes adolescentes que foram divididos em dois grupos: O primeiro grupo (G1) refere-se aos adolescentes que cometeram algum tipo de ato infracional e o grupo 2 (G2) formado por adolescentes que não estão no momento ou nem estiveram antes em conflito com a lei.

8.1 Delineamento da pesquisa

A pesquisa é de natureza empírica descritiva, para Gil (2008). Este tipo de investigação tem como objetivo a descrição de características de um determinado grupo, porém o autor também afirma que uma pesquisa descritiva pode estabelecer relações com variáveis dispostas pelo pesquisador e, ao fazer isso, tendem a se aproximar de pesquisas explicativas. Este estudo busca não somente a descrição e caracterização dos grupos de participantes, mas também pretende relacionar a tipificação de estilo parental com características dispostas no microssistema familiar dos participantes. Diante disso, adota uma abordagem quanti-qualitativa dos dados, visto que aplica o Inventário de Estilo Parental que

permite o cálculo do Índice de Estilo Parental (IEP) que tipifica as atitudes e os comportamentos que os pais possuíam para educar os filhos, mas reconhece nas fontes documentais e nas entrevistas semiestruturadas a caracterização dos participantes e de seus microssistemas familiares.

8.2 Contexto

Na composição do G1, a pesquisa foi realizada em quatro instituições responsáveis pelo atendimento e execução de medidas socioeducativas, todos os adolescentes são centros socioeducativos da Região Metropolitana de Belém (RMB), sendo que um é o Centro de Adolescentes em Semiliberdade (CAS) responsável por adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa em semiliberdade, e os outros três atendem adolescentes privados de liberdade, localizadas em Belém e Ananindeua. As unidades se diferenciam pela idade do adolescente que atende e todas estão vinculadas à Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA).

Em relação aos participantes que compõem o G2, isto é, adolescentes sem histórico de ato infracional, a pesquisa foi realizada em duas instituições, sendo a primeira a Associação Lar de Maria, que proporciona há 75 anos atendimento a crianças, adolescentes, idosos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Trata-se de uma associação sem fins lucrativos que desenvolve projetos voltados à música, dança, cursos técnicos, saúde e atividades culturais, e conta com parcerias institucionais da Prefeitura de Belém e da Fundação Cultural do Município de Belém.

A segunda instituição, na verdade, é um projeto integrado do Governo Estadual do Pará chamado “Usinas da Paz” ou “Usipaz” e configura-se em dez complexos localizados em bairros estratégicos da Região Metropolitana de Belém. Esses espaços disponibilizam mais de 80 serviços gratuitos, desde consultas médicas, consultoria jurídica, emissão de documentos

até capacitação profissional, educação básica, esporte e lazer. O objetivo das Usinas da Paz é principalmente a prevenção da violência e fortalecimento comunitário, atendendo crianças, adolescentes, adultos e idosos. A presente pesquisa foi realizada na UsiPaz Padre Bruno Sechi, localizada no Bengui, bairro de Belém. Ambas as instituições do G2, apresentam adolescentes que compartilham, em certa medida, semelhanças socioeconômicas e biopsicossociais com os adolescentes do G1.

8.3 Participantes

Participaram da pesquisa adolescentes da RMB que estavam ou não cumprindo medida socioeducativa. Os critérios de inclusão geral para todos os adolescentes participantes da pesquisa, correspondem a serem: 1) adolescentes, isto é, com idade 12 a 18 anos, conforme preconizado pelo ECA (1990); e 2) serem do sexo masculino.

As amostras dos adolescentes pesquisados foram organizadas em dois grupos distintos: G1 e G2. No primeiro grupo os adolescentes estavam cumprindo medida socioeducativa por prática de qualquer ato infracional, enquanto que, no segundo, estes não deveriam apresentar histórico de ato infracional. Como critério de exclusão comum à formação dos dois grupos, os adolescentes não participam da pesquisa quando apresentam diagnóstico psiquiátrico que atesta qualquer tipo de transtorno mental grave.

8.4 Ambiente da coleta

Para a realização da coleta dos dados, o GEAV se organizou em duas equipes de pesquisa, sendo uma responsável pela coleta nas unidades socioeducativas, e outra para entrevista em outras instituições. Ambas as equipes eram formadas por três a cinco pesquisadoras que se deslocavam aos locais destinados à coleta de dados.

O local de coleta do G1 incluía dois ambientes distintos em cada unidade socioeducativa pesquisada. Três pesquisadoras realizaram a coleta nas fontes documentais

por meio da leitura dos prontuários dos adolescentes. Durante a coleta, as pesquisadoras utilizaram a sala da equipe pedagógica, a sala da equipe técnica e a sala de atendimento. Todas essas salas possuíam mesas e cadeiras que permitiam às pesquisadoras a leitura do documento. As entrevistas eram conduzidas em salas privadas providenciadas pelas coordenadoras dos centros socioeducativos. Geralmente, essas salas eram as mesmas onde ocorriam atendimentos psicopedagógicos dos adolescentes e continham uma mesa e quatro cadeiras. Dentro da sala estavam presentes somente as pesquisadoras e o participante. Para garantir a segurança de todos, os centros socioeducativos disponibilizavam um técnico de segurança que permanecia do lado de fora e próximo à porta das salas até o fim da entrevista. O pedido para que esses técnicos ficassem fora da sala de entrevista partiu das próprias pesquisadoras, a fim de favorecer o estabelecimento do *rapport* e garantir o sigilo das informações. Ao adolescente, era informado sobre a pesquisa e seu objetivo, e a possibilidade de entrar em contato com sentimentos intensos que o mobilizassem durante a condução da entrevista. Nesse caso, ele tinha a opção de desistir da entrevista e solicitar um atendimento com uma das pesquisadoras psicólogas disponíveis. Apesar de não haver nenhuma desistência, notou-se que alguns adolescentes apresentaram comportamentos emotivos ao acessarem certas lembranças, nesses momentos as pesquisadoras os acolhiam e os lembravam que poderiam ser atendidos se preferissem.

Em relação ao ambiente de coleta do G2, as pesquisadoras entrevistaram exclusivamente adolescentes sem histórico de ato infracional. Apesar de a Associação Lar de Maria disponibilizar documentos com informações gerais dos adolescentes, notou-se que as informações eram insuficientes para preencher os dados biopsicossociais em comparação com os dados disponíveis do G1. Portanto, por decisão do grupo, as informações de caracterização do G2 foram retiradas exclusivamente das entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas em salas privadas, que foram disponibilizadas tanto pela

Associação Lar de Maria quanto pela UsiPaz, variando entre salas de aula e salas de atendimento.

8.5 Instrumentos e Materiais

Ressalta-se que o presente estudo se apoia em um projeto guarda-chuva intitulado “Jovens Ofensores Sexuais: Experiências Adversas na Infância e Distorções Cognitivas”. Este tipo de projeto caracteriza-se por conter várias pesquisas a fim de alcançar objetivos gerais e extensos de uma determinada temática, que se alinham ao objetivo geral da investigação proposta e simultaneamente respondem às questões particulares de cada pesquisa. No processo de coleta de dados do projeto, os instrumentos utilizados foram: Formulário de Caracterização Biopsicossocial do Autor e Vítima de Agressão Sexual (Anexo A), Entrevista Semiestruturada (Anexo B), Inventário de Estilos Parentais - IEP (Anexo C), Questionário Internacional de Experiências Adversas na Infância - EAI - QI, Questionário de Distorções Cognitivas - CD-Quest e Escala de Concepção da Masculinidade.

Contudo, para alcançar o objetivo da presente dissertação de mestrado, foram utilizados três dos cinco instrumentos aplicados com os adolescentes do G1 e dois instrumentos com os adolescentes do G2. Assim, o primeiro instrumento é usado para a extração de dados de fonte documental denominado *Formulário de Caracterização Biopsicossocial do Autor e Vítima de Agressão Sexual* (Anexo A), que foi adaptado de Reis (2016) pelas pesquisadoras do GEAV/LED. O presente formulário é utilizado para a coleta das informações contidas nos processos jurídicos e contém quatro eixos: I. Identificação do processo, II. Dados sociodemográficos, III. Dados processuais do adolescente que praticou o ato infracional e IV. Dados processuais da vítima. Este instrumento permite identificar as características biopsicossociais dos adolescentes e caracterizar o ato infracional praticado. Por ser um instrumento voltado para fontes documentais e para adolescentes que praticaram

atos infracionais, é o único utilizado somente com o G1, visto que, como informado anteriormente, os adolescentes frequentadores da Associação Lar de Maria e da Usina da Paz, não possuíam informações extensas nas instituições que justificasse o uso desse instrumento.

O segundo instrumento utilizado por ambos os grupos é o *Roteiro de Entrevista Semiestruturado* (Anexo B) elaborado pelas pesquisadoras do GEAV/LED considerando o público jovem e adolescente. Entrevistas pilotos foram iniciadas em 2019, e após uma pausa devido à pandemia nos anos 2020 e 2021, foi retomado o trabalho de campo e a organização do banco de dados em 2022. O instrumento é composto por sete blocos: I. Identificação do participante; II. Entrevista sobre os ciclos da vida; III. aspectos relacionados à saúde; IV. Sexualidade; V. Rede de apoio VI. Situações de violência e por último uma entrevista cognitiva. No entanto, a experiência das entrevistas pilotos permitiu tomar nota do tempo de duração da entrevista e a existência de perguntas comuns e semelhantes contidas nesse instrumento e nos demais, levou as pesquisadoras a elaborarem uma versão abreviada do instrumento: a decidirem manter as perguntas dos itens I e II e as da entrevista cognitiva (Anexo B)

Nesse sentido, a caracterização dos participantes do item I foi utilizado para caracterizar o G2 como uma forma de substituição da fonte documental que apenas o G1 continha, e as perguntas do item II com os relatos do ciclo de vida, foram os escolhidos para a realização das análises e identificação de vivências relacionadas ao microssistema familiar. O item II permite que os participantes relatem experiências ocorridas dentro do microssistema familiar, portanto, apresenta indivíduos, atividades e relações estabelecidas dentro desse microssistema.

O terceiro instrumento é o *Inventário de Estilos Parentais - IEP* (Anexo C) elaborado por Gomide (2006), o qual possui 42 questões referentes às setes práticas educativas:

Monitoria Positiva (MP), Comportamento Moral (CM), Negligência (N), Punição

Inconsistente (PI), Monitoria Negativa (MN), Disciplina Relaxada (DR) e Abuso Físico (AF), organizadas entre práticas positivas (as duas primeiras) e práticas negativas (as demais). É importante notar que cada prática educativa corresponde a 6 questões no IEP. O inventário possui três possibilidades de resposta para cada questão: *Sempre* quando a situação entre 10 episódios ocorre de 8 a 10 vezes; *Às vezes*, quando ocorre de 3 a 7 vezes e *Nunca*, quando a questão representa uma condição que em 10 episódios ocorre de 0 a 2 vezes.

O inventário tem formas, a depender de quem vai respondê-lo, podendo ser aplicado:

I. com os pais que respondem sobre as práticas educativas que adotam na criação dos filhos, chamado *Práticas educativas paternas e maternas* e II. quando o filho responde sobre as práticas educativas dos pais, nesse há duas versões disponibilizadas, a versão paterna chamada de *Práticas parentais paternas* e a versão materna chamada de *Práticas parentais maternas*. A diferença encontrada entre as versões é apenas quanto à variação do gênero, substituindo ele/ela e meu/minha, o conteúdo de cada questão não é alterado (Gomide, 2021).

Nesta pesquisa adotou-se a segunda forma de aplicação, visto que são os adolescentes que respondem sobre as práticas educativas dos pais ou responsáveis. Estudos de validação do instrumento no Brasil, apresentaram consistência interna razoável na versão materna com *alpha de Cronbach* variando de 0,44 (monitoria negativa) a 0,78 (abuso físico) e na paterna, em que o *alpha de Cronbach* que variou de 0,51 (disciplina relaxada) a 0,85 (abuso físico).

Preferencialmente, essa aplicação deve ser realizada duas vezes, na qual a primeira o adolescente responde sobre o seu pai, e na segunda, sobre a sua mãe. No entanto, alguns aspectos devem ser levados em consideração na aplicação do instrumento: primeiro é comum no microssistema familiar brasileiro encontrar apenas uma figura parental responsável pela educação e criação dos filhos (Brasil, 2021) e dentro do grupo de adolescentes com histórico de ato infracional, essa realidade é frequente (Dibs *et al.*, 2012; Toledo *et al.*, 2014); segundo, nem sempre a figura parental é a mãe ou o pai do adolescente, isto é, pode ser a avó, avô, tia,

tio entre outros; por último, as entrevistas realizadas com os adolescentes duram em média de 40-90 minutos, sendo assim a aplicação das duas versões estenderia esse tempo e tornaria cansativo tanto para as pesquisadoras quanto para o adolescente.

Dito isto, foi realizado uma modificação no instrumento (Anexo C) acrescentando “figura parental” no *caput* do IEP e os pronomes pessoais ele/ela acompanhados dos possessivos meu/minha, além disso, no caso do G1 o tempo frasal das questões foram adaptadas para frases no passado, visto que os participantes se encontram nos centros socioeducativos.

Nessa adaptação coube às pesquisadoras perguntarem ao adolescente qual figura parental se apresenta, em geral, como responsável pela educação, cuidado e segurança. Então, mesmo quando o participante possuía mais de uma figura parental no microssistema familiar, se optava por aquela que o adolescente elegeu como a mais influente no processo educativo. Por meio da aplicação do instrumento, obtém-se um valor de cada prática educativa, que pode variar de 0 a 12 pontos, a partir desse valor que o cálculo do Índice de Estilo Parental é possível, este varia de -60, quando há ausência de práticas positivas e total presença das práticas negativas, a +24 com ausência das práticas negativas e presença por completo das práticas positivas após o cálculo do índice, o resultado representa um percentual que vai de 1 a 99, a interpretação do resultado segue as orientações abaixo:

Figura 3

Interpretação dos Resultados do Inventário de Estilos Parentais

Percentuais do IEP	Interpretação dos resultados
De 80 a 90	Estilo parental ótimo, com presença marcante das práticas parentais positivas e ausência das práticas negativas.
De 55 a 75	Estilo parental bom, acima da média. Nestes casos aconselha-se a leitura de livros de orientação para pais que envolvam aprimoramento das práticas parentais.
De 30 a 50	Estilo parental regular, abaixo da média. Aconselha-se que os pais participem de grupos de capacitação para aprimoramento das práticas parentais.
De 1 a 25	Estilo parental de risco. Aconselha-se a participação em programas de intervenção terapêutica, em grupos ou individualmente, especialmente desenvolvidos para pais com dificuldades em práticas parentais e maus-tratos infantis. Esta intervenção deve focar as consequências do uso de práticas negativas para o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Nota. Interpretação retirada de Gomide (2021)

Os materiais utilizados foram em geral, lápis, borracha e pastas sanfonadas para organizar os instrumentos preenchidos, e em específico, para as entrevistas utiliza-se um gravador Sony, modelo ICD-PX240 que funciona a pilha e possui um filtro que reduz ruídos.

8.6 Procedimentos de coleta

Após a submissão do projeto de pesquisa guarda-chuva, as pesquisadoras encontravam-se em reuniões quinzenais para discussões teóricas e preparação prévia para a coleta. Nesses encontros foi realizado a adaptação do Formulário de Caracterização Biopsicossocial do Autor e Vítima de Agressão Sexual, para realizar a coleta dos processos jurídicos, além disso, a escolha dos instrumentos e o treinamento dos mesmos ocorreram nesse período. A depender do grupo de adolescentes, cuidados específicos foram necessários para que a coleta fosse realizada.

A coleta com o grupo de adolescentes que cometeu ato infracional, iniciou após autorização da FASEPA que permitiu pesquisa e o acesso das pesquisadoras nos centros

socioeducativos. O primeiro passo consistiu em visitas aos locais dispostos para coleta, nesse momento houve apresentação do grupo de pesquisa e da equipe de profissionais em cada local. Ao grupo de pesquisa coube relatar as pesquisas realizadas até o momento e tirar dúvidas referentes aos procedimentos que iriam ser realizados nos centros socioeducativos. Já a equipe de profissionais, informou sobre a rotina, atividades exercidas pelos adolescentes e pela própria equipe e dias possíveis para a coleta.

Nesses encontros, firmou-se um compromisso entre o grupo de pesquisa e a equipe de profissionais para que as coletas fossem realizadas e ajustadas à rotina institucional sem que prejudicasse os trabalhos desenvolvidos nos locais, ademais esse momento foi importante para os profissionais relatarem seus conhecimentos sobre os adolescentes que estavam cumprindo medida e as relações estabelecidas entre esses adolescentes e a equipe técnica, a fim de informar sobre características gerais dos possíveis participantes e o clima existente entre os profissionais e os socioeducandos. Após conversas com a equipe técnica, notou-se a possibilidade de um encontro com os próprios adolescentes para apresentação do grupo de pesquisa, o que levou a um próximo passo.

A apresentação do grupo de pesquisa para os adolescentes ocorreu por meio de reuniões marcadas com os adolescentes e as pesquisadoras, em diferentes dias, para que abrangesse todos os socioeducandos presentes. Esta medida foi necessária, visto que não era possível manter todos os adolescentes próximos, seja pela rotina que cada um possui nas unidades ou pela presença de relações conflituosas presentes entre os adolescentes. As reuniões eram compostas pela equipe de pesquisa do GEAV, a equipe técnica referente à segurança, bem como as profissionais e coordenadoras dos centros.

Esses encontros foram marcados pelo interesse dos adolescentes em conhecer os membros da equipe responsável pela pesquisa e saber que tipo de perguntas seriam realizadas nas entrevistas. Nessas ocasiões, as pesquisadoras davam exemplos de perguntas. Avaliou-se

como positiva a realização desses encontros, pois, sendo pessoas estranhas dentro do microsistema deles, os encontros ajudaram a estabelecer um *rapport* inicial.

Por fim, o último passo refere-se ao encontro marcado individualmente com cada adolescente para reapresentação da pesquisa e das pesquisadoras, além do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE (Anexo D) e a confirmação por parte do adolescente da sua disponibilidade para participar da pesquisa. Em caso afirmativo, era realizada a entrevista e a aplicação dos instrumentos da pesquisa. No que diz respeito ao IEP, a pesquisadora solicitava a escolha da figura parental e explicava que realizaria a leitura sobre situações que poderiam acontecer nunca, às vezes ou sempre entre ele e a figura parental. Observou-se ser esse procedimento da pesquisa de fácil compreensão por parte dos adolescentes e rápida identificação com a maioria das questões do inventário, o que proporcionou momentos de histórias familiares contadas pelos adolescentes.

Após a capacitação do GEAV e o início da coleta do G1, a equipe de pesquisadoras responsável pela coleta do G2 entrou em contato com as instituições por meio de um ofício. Reuniões foram realizadas para explicar o funcionamento da pesquisa e, após autorização das coordenadoras, tanto da Associação do Lar de Maria quanto da Usina da Paz, a equipe iniciou o processo de coleta no local.

Diferentemente do G1 que reunia adolescentes que estavam sob custódia do Estado, o G2 que incluía participantes sem histórico de ato infracional, demandava autorização dos responsáveis, além do consentimento do próprio adolescente. Foram aplicadas três estratégias para conseguir autorizações: 1) reunião com os responsáveis no local disponibilizado pelo Lar de Maria e Usina da Paz, onde as pesquisadoras explicam a pesquisa e solicitava a assinatura dos pais; 2) abordagem dos pais presentes na Usina da Paz realizando alguma atividade ou aguardando algum atendimento; e 3) disponibilização de um link que dava acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Anexo E), redigido e

viabilizado online por meio do Google Forms. As três estratégias permitiram acessar os pais e/ou responsável pelos adolescentes, obter o consentimento desses participantes, com a colaboração direta ou indireta de representantes das instituições envolvidas na pesquisa.

8.7 Procedimentos de análise

As duas fontes em que as informações foram retiradas, a lembrar: fonte documental e primária com as entrevistas no caso dos adolescentes que estavam cumprindo medida socioeducativa, e apenas fonte primária com os adolescentes que não tem histórico de ato infracional, possibilitaram três análises na presente dissertação de mestrado.

A *primeira análise* refere-se à caracterização biopsicossocial dos participantes, independente de grupo, características como idade, sexo, escolaridade, cor/etnia, religião, situação conjugal e tipificação de ato infracional, se o participante tiver histórico de ato infracional e a identificação da composição familiar dos participantes a partir das informações em relação a com quem eles coabitavam ou coabitam. Os dados foram alocados para uma planilha do *software Microsoft Excel* que constitui um banco de dados gerais sobre os adolescentes participantes da pesquisa, a planilha foi exportada para o programa *IBM SPSS Statistics 20*.

Nesse primeiro momento, o *SPSS* permitiu as análises descritivas dos participantes, indicando a frequência das características biopsicossociais e do microsistema familiar dos adolescentes, ademais, por meio do Teste da Razão de Verossimilhança ou Teste G identifica-se quais características pessoais e familiares podem estar associadas a cada grupo (G1e G2), o presente teste é uma alternativa para o Teste Qui-Quadrado.

A *segunda análise* foi realizada a partir dos Inventários de Estilo Parental respondido pelos participantes da pesquisa, a priori as respostas foram submetidas no *SPSS* no qual foi possível medir o coeficiente de consistência interna, por meio do *Alpha de Cronbach (α)*,

apesar das críticas recebidas é uma técnica popularmente utilizada para observar o nível de confiabilidade que determinado instrumento possui (Gomide, 2021), após os resultados de consistência interna do Estilo Parental e das Práticas Educativas Parentais, considera-se para análises aqueles que obtiveram valor acima de 0,50 apoiado pelas discussões de Gomide (2021). A partir do Teste de Kolmogorov-Smirnov ($p < 0,05$), certificou-se de que os dados da pesquisa são não-paramétricos, deste modo, como uma alternativa para identificar diferenças entre os dois grupos de adolescentes e as práticas educativas encontradas optou-se pelo *Teste de Mann-Whitney*, o que permitiu comparar os dois grupos.

A *terceira análise*, se utiliza do conteúdo textual referente às entrevistas com os adolescentes somente do G1, as entrevistas passaram por processo de transcrição no *software Microsoft Word* e foram submetidas para análises no *software Iramuteq*, este programa é gratuito e desenvolvido por Pierre Ratinaud, a qual se utiliza da interface de R para realizar análises de conteúdos textuais, por meio da criação do chamado *corpus textual* (Camargo & Justo, 2013), para tanto, o procedimento dessa terceira análise seguiu três etapas distintas, descritas abaixo.

Primeira Etapa - Leitura exploratória das entrevistas

A leitura exploratória permitiu a identificação dos trechos das entrevistas em que os adolescentes se referiram às experiências vividas no microssistema familiar. Essa identificação incluiu os itens I e II do roteiro de entrevista, mas por ser uma etapa exploratória não se limitou a estes, o que resultou em um volumoso *corpus textual*.

Segunda Etapa - Construção do corpus textual

O *corpus textual* é um conjunto de texto construído pelo pesquisador (Camargo & Justo, 2013) e faz parte da preparação dos conteúdos textuais selecionados na primeira etapa. Cada texto presente no *corpus* contém uma linha de comando que dispõe de variáveis importantes que identificam a quem pertence texto, na presente dissertação a linha de

comando tem as seguintes variáveis: participante, idade, tipo de ato infracional, figura parental e estilo parental. A construção do *corpus textual* requer do pesquisador conhecimento dos participantes da pesquisa, do contexto ao qual a entrevista foi realizada e domínio dos conteúdos textuais disponíveis, visto que consiste em uma etapa de seleção, exclusão e modificação de palavras sem que o conteúdo textual perca seu significado.

Um exemplo da construção do corpus textual é a retirada de vícios de linguagem, correção na ortografia das palavras e junção por *underline* de palavras, que fazem sentido em conjunto para o pesquisador e sua pesquisa, nesse caso, ato infracional que no *corpus* se escreve como “ato_infracional” para que o programa entenda essas palavras como uma só. O Iramuteq apesar de ser um programa estatístico, não desconsidera o papel predominante do pesquisador no processo da construção dos dados (Souza *et al.*, 2018). Nesse sentido, a etapa de produção do *corpus textual* é a mais importante etapa da pesquisa dentro do processo de análises de dados proposta pelo Iramuteq.

Terceira Etapa - Submissão do corpus textual no software Iramuteq

O *corpus textual*, localizado no Bloco de Notas, foi exportado para o programa do Iramuteq que permitiu análises simples, como número de palavras e frequência, e análise complexa do *corpus textual*, por meio do Método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), e permitiu associações mais consistentes, ao criar classes de segmentos de texto (ST), isto é, frases dos textos que demonstraram o quanto certas palavras pertenciam a um conjunto de palavras que contextualizam e representam discursos semelhantes e distintos dos adolescentes do G1.

8.8 Cuidados éticos

Para o levantamento de dados desta pesquisa foram solicitadas as devidas autorizações formais às instituições envolvidas neste estudo, que foram o Comitê de Ética do

Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará que concedeu parecer favorável nº 5.894.026 (Anexo F), as Instituições Jurídicas, que ocorreu por meio do termo de anuência da FASEPA para a sua realização dentro das instituições socioeducativas, a Associação Lar de Maria e a Usina da Paz ambas por meio de ofício solicitando autorização.

Os participantes da pesquisa foram informados sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa por meio do TALE, bem como a garantia do sigilo de suas informações pessoais.

9 Resultados e Discussão

9.1 Adolescentes com e sem histórico de ato infracional: Características biopsicossociais e composição do microssistema familiar

Primeiramente são apresentadas as informações acerca dos 85 adolescentes que participaram da pesquisa, sem discriminar em quais grupos cada um se encontra. Portanto, na Tabela 1 é possível identificar as características biopsicossociais e do microssistema familiar dos participantes.

Tabela 1*Características Biopsicossociais dos Participantes da Pesquisa*

(continua)

VARIÁVEL		FREQUÊNCIA (N)	FREQUÊNCIA (%)
Idade			
	12	2	2,4%
	13	6	7,1%
	14	12	14,1%
	15	17	20%
	16	15	17,6%
	17	24	28,2%
	18	9	10,6%
Cor			
	Branco	8	9,4%
	Pardo	54	63,5%
	Preto	15	17,6%
	SI*	8	9,4%
Religião			
	Católico	10	11,8%
	Espírita	1	1,2%
	Evangélico	32	37,6%
	Matrizes Africanas	3	3,5%
	Sem Religião	14	16,5%
	Outros	5	5,9%
	SI*	20	23,5%
Escolaridade			
	Ensino Fundamental Incompleto	56	65,9%
	Ensino Fundamental Completo	1	1,2%
	Ensino Médio Incompleto	23	27,1%
	Ensino Médio Completo	5	5,9%
Evasão Escolar			
	Sim	36	42,4%
	Não	45	52,9%
	SI*	4	4,7%
Situação Conjugal			
	Solteiro	48	56,5%
	União Estável	1	1,2%
	Namoro	15	17,6%
	SI*	21	24,7%

(continua)

VARIÁVEL		FREQUÊNCIA (N)	FREQUÊNCIA (%)
Possui Filhos			
	Sim	11	12,9%
	Não	64	75,3%
	SI*	10	11,8%
Mora com a mãe			
	Sim	60	70,6%
	Não	23	27,1%
	SI*	2	2,4%
Mora com o pai			
	Sim	29	34,1%
	Não	34	63,5%
	SI*	2	2,4%
Mora com irmãos			
	Sim	49	57,6%
	Não	34	40%
	SI*	2	2,4%
Mora com Avô			
	Sim	10	11,8%
	Não	73	85,9%
	SI*	2	2,4%
Mora com Avó			
	Sim	14	16,5%
	Não	69	81,2%
	SI*	2	2,4%
Mora com Primos			
	Sim	3	3,5%
	Não	80	94,1%
	SI*	2	2,4%
Mora com Tio/Tia			
	Sim	11	12,9%
	Não	72	84,7%
	SI*	2	2,4%
Mora com Padrasto/Madrasta			
	Sim	10	11,8%
	Não	73	85,9%
	SI*	2	2,4%
Mora com Namorada/Namorado			
	Sim	3	3,5%
	Não	80	94,1%
	SI*	2	2,4%

VARIÁVEL	FREQUÊNCIA (N)	FREQUÊNCIA (%)
Morar com Outras Pessoas		
Sim	7	3,5%
Não	76	94,1%
SI*	2	2,4%
Registro do nome do pai		
Sim	63	74,1%
Não	17	20%
SI*	5	5,9%
Conhece o pai		
Sim	65	76,5%
Não	10	11,8%
SI*	10	11,8%
Convive com o pai		
Sim	45	52,9%
Não	25	29,4%
SI*	15	17,6%

Nota. *SI = Sem Informação

De acordo com a Tabela 1, a idade com maior frequência foi de 17 anos, com média de 15,71 anos ($DP=1,557$), se identificavam da cor parda (63,5%), informaram ser evangélicos (37,6%), têm Ensino Fundamental Incompleto (65,9%) e não evadiram a escola (52,9%), os adolescentes são solteiros (56,5%) e não possuem filhos (75,3%), moram/moravam com a mãe (70,6%) e com os irmãos (57,6%), tem o registro do nome do pai (74,1%), conhecem o pai (76,5%) e convivem com ele (52,9%).

A priori, é possível identificar que os participantes em geral estão vivenciando um período da adolescência, marcado pelo comportamento sexual e busca por uma identidade, nesse sentido tendem a apresentar comportamentos mais adultos como planejar, raciocinar e realizar julgamentos (Papalia & Feldman, 2013; Souza Li *et al.*, 2019). Em geral, é um período em que o crescimento e a puberdade estão finalizados, logo o adolescente pode apresentar características menos infantis e mais maduras, fator este que pode conferir ao adolescente responsabilidades de caráter adulto. As demais características serão melhor desenvolvidas nas discussões subsequentes.

Após a descrição dos participantes, as variáveis pessoais e familiares expostas acima, foram categorizadas em dois grupos, o primeiro são os adolescentes que cometeram qualquer tipo de ato infracional (G1) que representa 55,3% e o segundo é referente aos adolescentes sem histórico de ato infracional (G2) representados por 44,7% dos participantes. Esse processo permitiu o cruzamento das informações obtidas e por meio do Teste G e o p-valor, foi possível encontrar características específicas pertencentes aos grupos. Os resultados estatisticamente significativos ($p < 0,05$) e as características proeminentes de cada variável podem ser vistos na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2

Distribuição das Características Pessoais e do Microssistema Familiar dos Grupos Com e Sem Histórico de Ato Infracional

Variáveis Pessoais	G1	G2	Teste G (p)
Idade - 16 anos	15,3%	2,4%	0,01
Escolaridade - Ensino Fundamental Incompleto	48,2%	17,6%	0,000
Evasão Escolar	38,8%	3,5%	0,0001
Variáveis do Microssistema familiar	G1	G2	Teste G (p)
Possuir Filhos	13,1%	-	0,002
Morar com outras pessoas	8,2%	-	0,0171
Sem registro do nome do pai	17,6%	2,4%	0,004

Em relação às variáveis pessoais, três foram significativamente associadas aos grupos: idade, escolaridade e evasão escolar. A diferença de idade entre os participantes ficou concentrada na característica de '16 anos', no qual os adolescentes do G1 concentram maior percentual (15,3%) de participantes com essa idade em comparação com o G2 (2,4%) que apresenta um público com maior diversidade nessa variável, essa diferença entre os grupos pode ser explicada pelas instituições acessadas no processo de coleta. Os adolescentes sem

histórico de ato infracional foram abordados em instituições municipais e governamentais que são abertas a um público de idades diversificadas, visto que ofertam cursos técnicos, aulas, prática de esportes, consultas médicas entre outras atividades que atraem adolescentes de várias idades. Em contrapartida, as instituições ao qual os adolescentes com histórico de ato infracional se encontravam, no caso os Centros Socioeducativos, têm acesso restrito ao público e organizam os adolescentes por faixa-etária, dito isso, a coleta com o G1 foi possível, majoritariamente, em instituições que atendiam a faixa-etária de 15 a 17 anos.

A escolaridade apresentou maior diferença significativa entre os grupos ($p=0,000$), nessa variável o Ensino Fundamental Incompleto - EFI é frequente no G1 e menos frequente no G2, indicando que os adolescentes em medida socioeducativa em geral possuem baixa escolaridade. A escola é apontada dentro da literatura (Bazon *et al.*, 2013; Coelho e Dell’Aglia, 2018; Machado *et al.*, 2021) como um contexto protetivo no desenvolvimento adolescente, visto que, uma vinculação positiva com esse microsistema, através de um bom relacionamento com os professores, engajamento em atividades, relações positivas com os pares podem prevenir o comportamento infrator (Machado *et al.*, 2021). No entanto, em um estudo qualitativo, Bazon *et al.* (2013) identificou no relato de adolescentes que praticaram ato infracional vivências negativas no ambiente escolar que ocorrem conforme as exigências impostas pela escola aumentam, nessa situação ao não corresponder a essas exigências, os vínculos positivos com os professores e o engajamento em atividades, tornam-se fragilizados.

Considerando a Educação Básica Brasileira, o Ensino Fundamental apresenta ao aluno atividades educativas mais complexas e aumento no conteúdo acadêmico, características que sozinhas exigem comprometimento do adolescente, somado a isso, a qualidade da relação entre professores e alunos com punições reiteradas, aumentam a possibilidade desse período se estender na vivência dos adolescentes, por meio de repetências

ou baixo desempenho escolar (Bazon *et al.*, 2013; Galinari *et al.*, 2019; Machado *et al.*, 2021).

Em conformidade com as discussões levantadas anteriormente, a variável “Evasão Escolar” não surpreende ao ser uma característica apresentada de forma distinta entre os grupos, no qual o G1 possui adolescentes que evadiram da escola em algum momento da vida, enquanto o G2 apresenta uma continuidade nos estudos. Essa informação não difere da literatura apresentada (Bazon *et al.*, 2013; Machado *et al.*, 2021) demonstrando, nas experiências dos adolescentes que cometeram ato infracional, um caminho de abandono escolar como alternativa para enfrentar crises e dificuldades nesse ambiente.

No entanto, é necessário contextualizar esses dados com os últimos cinco anos no Brasil, devido a Pandemia da COVID-19 as escolas adotaram outros métodos educativos que envolveram a reestruturação do currículo e a Educação à Distância na realidade brasileira, apesar do objetivo ter sido a não propagação do vírus e a diminuição de impactos na educação, a Pandemia e as modalidades educativas empregadas se apresentam como um evento estressor nas experiências desses adolescentes, além disso, a desigualdade socioeconômica, racial e étnica, foram potencializadas com a pandemia o que se apresenta em aumento significativo de abandono escolar em Regiões como Norte e Nordeste, de acordo com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (2023). Portanto, sem desconsiderar a literatura existente sobre o tema (Bazon *et al.*, 2013; Galinari *et al.*, 2019; Machado *et al.*, 2021), cabe ressaltar que os adolescentes desta pesquisa vivenciaram uma realidade distinta que somada a outras experiências comuns apontadas nos estudos, tornam-se potencializadoras do comportamento de risco. Nesse sentido, mesmo em situação pandêmica que atingiu toda a população brasileira, os adolescentes que cometeram ato infracional podem ter sido atingidos de forma distinta em comparação com os adolescentes do G2.

Todavia, a escola avaliada de forma isolada, não esclarece o comportamento infrator, e apesar da evasão escolar, das vivências e dos vínculos estabelecidos nesse microssistema, Coelho e Dell’Aglío (2018) chama a atenção para um trabalho conjunto entre professores, familiares e grupos de pares no processo de engajamento escolar dos adolescentes, sendo que a família foi vista como um preditor significativo para o engajamento comportamental e cognitivo (Coelho e Dell’Aglío, 2018). Essa relação ocorrida entre dois microssistemas é chamada de mesossistema no Modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano, no qual Bronfenbrenner (2011) considera a qualidade da relação entre dois microssistemas importante no desenvolvimento de crianças e adolescentes, a medida que entre eles há a participação das mesmas pessoas, comunicação entre os ambientes e o conhecimento de um microssistema sobre o outro, dessa forma, as características do microssistema familiar adicionam à discussão informações que podem delinear a forma e a direção que o desenvolvimento dos adolescentes ocorreram. Nesse sentido, as variáveis do microssistema familiar discriminantes ao comparar os dois grupos são: Possuir Filhos, Morar com outras pessoas, Sem registro do nome do Pai, sendo que as duas primeiras variáveis não foram encontradas em nenhum participante do G2 de adolescentes sem histórico de ato infracional.

A característica “Possuir Filhos” não é uma variável pesquisada com frequência nos estudos com adolescentes que praticaram ato infracional do sexo masculino, por outro lado, é uma variável discutida quando se refere a adolescentes do sexo feminino que praticaram ato infracional (Galinari *et al.*, 2019). Cabe a discussão que em uma sociedade patriarcal, a responsabilidade na criação de filhos ainda é frequentemente atribuída à figura feminina, logo o interesse dos estudos sobre as características de parentalidade no público adolescente infrator ainda está concentrado em pesquisas com meninas/mulheres. No entanto, as mudanças provocadas pelo nascimento do filho podem gerar alterações emocionais e

relacionais no adolescente, independente do sexo, e no seu microssistema familiar (Deus *et al.*, 2020; Galinari *et al.*, 2019).

Outrossim, Bronfenbrenner (2011) ao discutir papel social e expectativa de papel, considera que a inserção de um novo membro da família pode modificar as interações mantidas nesse microssistema, nessa direção um adolescente que torna-se pai evoca para o seu ambiente expectativas comportamentais associados a esse novo papel, no caso, o papel parental ou paterno, ademais a presença de uma nova criança pode modificar todo o microssistema e as pessoas inseridas nele, o autor chama atenção para a força mágica que as alterações de papéis têm na forma como as pessoas agem e são tratadas no seu ambiente.

Na adolescência, a paternidade pode se apresentar tanto em forma de angústia e estresse, quanto em sentimentos positivos e de orgulho, visto que as mudanças próprias desse período em conjunto com as expectativas geradas no entorno desse adolescente que é pai podem se apresentar como um evento estressor, mas também como incentivador de mudanças comportamentais (Deus *et al.*, 2020; Galinari *et al.*, 2019). Nota-se que Galinari *et al.* (2019) também identificaram a presença dessa variável no grupo de adolescentes em conflito com a lei e discutiu como o acontecimento de ter filhos na adolescência pode funcionar como uma fonte de estresse para adolescentes do sexo masculino, visto que exige habilidades e capacidades para assumir responsabilidades parentais. Deus *et al.* (2020) ao entrevistar adolescentes pais que não tinham conduta de ato infracional, destacaram o apoio familiar nesse processo de transição ecológica da adolescência para responsabilidades da vida adulta como fator importante para lidar com as dificuldades da paternidade. Nessa dissertação, essa característica é discriminada ao G1, indicando-a como uma experiência presente no microssistema familiar desse grupo, logo merece atenção nas discussões referentes ao público de adolescentes socioeducandos.

Ainda sobre variáveis restritas ao G1, encontra-se o “Morar com outras pessoas”, essa categoria engloba 8,2% dos adolescentes que cometeram ato infracional apontando que estes não estavam coabitando com ninguém da família convencional (mãe, pai e irmãos) ou família complementar (avô/avó, tio/tia, primos, companheira) antes do cumprimento da medida socioeducativa. Na literatura sobre o microssistema familiar de adolescentes em conflito com a lei nota-se características específicas frequentes no contexto familiar desse público, a exemplo: mudanças na estrutura familiar (Boccio & Beaver, 2017; Koch *et al.*, 2020), conflitos familiares, violência intrafamiliar, distanciamento entre os membros (Dib *et al.*, 2012; Koch *e al.*, 2020; Predebon & Giongo, 2015 Nardi & Dell’Aglia, 2012), exposição a pobreza e dificuldades financeiras (Dib *et al.*, 2012; Galinari *et al.*, 2019; Pessoa & Coimbra, 2020).

Compreendendo que tais características podem se apresentar como situações custosas de experienciar durante a adolescência e com objetivo de não presenciar tais situações, a hipótese que essa dissertação assume é que os adolescentes do G1 entendem como uma alternativa morar com outras pessoas que podem dispor de um ambiente positivo e menos estressante. Contudo, este dado deve ser melhor investigado, visto que a exposição a eventos estressores não está vinculada somente ao microssistema familiar e é relevante considerar a complexidade das relações estabelecidas nesse ambiente, pois ele também é apontado como protetivo para esses adolescentes (Galinari *et al.*, 2019). À vista disso, salienta-se que a não estigmatização e culpabilização das famílias que têm adolescentes cumprindo medida socioeducativa sugere que a prática de ato infracional não se restringe a uma característica, mas na verdade refere-se a um conjunto de fatores de risco atuando sobre o adolescente.

Por fim, a ausência do registro paterno na certidão de nascimento é presente nos dois grupos, esse dado revela uma realidade nacional, de acordo com o Portal de Transparência de Registro Civil, em 2023 em comparação com o ano anterior houve um aumento de 5% de

nascidos sem o registro do nome do pai, porém a distinção entre os grupos indica o G1 como aquele que possui essa característica estatisticamente significativa, essa ausência não pode ser entendida de modo direto como ausência da figura paterna no convívio dos adolescentes.

Corrêa (2019) evidencia que o registro paterno funciona como um instrumento na garantia de direitos fundamentais de crianças e adolescentes como pensão alimentícia e participação na herança, isto é, o não registro pode prejudicar a manutenção dos direitos desses adolescentes.

Todavia, Rodrigues (2019) discute alguns entraves vivenciados pelas mães dos socioeducandos no processo de garantir esses direitos, a exemplo: dificuldade de encontrar o endereço do genitor, ameaças recebidas para retirar a pensão alimentícia e intimações que podem ocorrer não somente pelo ex-companheiro mas também por traficantes da área incomodados pela presença de oficiais de justiça, sob essa realidade, é comum as mães e demais membros da família desses adolescentes optarem por não reconhecer a legalidade da figura paterna.

A literatura em relação aos adolescentes em conflito com a lei indica a monoparentalidade, centralizada na figura materna, como um aspecto comum nesse microssistema (Almeida, 2022; Boccio & Beaver, 2017; Dib *et al.*, 2012; Costa *et al.*, 2012; Rodrigues, 2019; Toledo *et al.*, 2014). Nesse sentido, a monoparentalidade materna está exposta a vários fatores de risco, uma vez que a mulher chefe de família passa por estresses financeiros devido a renda baixa (Almeida, 2022), trabalho fora de casa em conjunto com os afazeres domésticos e a responsabilidade em educar os filhos (Almeida, 2022; Rodrigues, 2019). Nardi e Dell'Aglio (2012) ao estudarem a percepção dos adolescentes em conflito com a lei acerca da família, encontram um relacionamento difícil com a figura paterna, permeada com baixo afeto e confiança. Essa dissertação, acredita na necessidade em investir em pesquisas sobre a relação controversa entre os pais e os adolescentes com prática de ato

infracional para melhor compreensão da influência da figura paterna no microssistema familiar e no comportamento infrator.

Apesar disso, entende-se que o envolvimento de um adolescente no cometimento de ato infracional é um comportamento que se constrói a partir do cruzamento de relações e microssistemas dispostos nas experiências de vida do adolescente, portanto nesse primeiro momento foi possível notar dois microssistemas (escolar e familiar) operando no desenvolvimento dos adolescentes, no qual a baixa escolaridade, eventos estressores e vínculos enfraquecidos observados, significativamente no G1, podem elucidar o comportamento infrator.

9.2 Estilos parentais de adolescentes com e sem histórico de ato infracional.

Apesar do Inventário de Estilo Parental - IEP ser um instrumento validado e que apresentou consistência interna razoável, realizou-se um novo teste de precisão para esse grupo de participantes, uma vez que o próprio instrumento sugere uma aplicação que considere tanto a figura materna quanto a figura paterna, na impossibilidade dessas aplicações escolher apenas uma figura parental para análises concisas. No entanto, nessa dissertação optou-se por manter todos os instrumentos respondidos, independente da figura parental escolhida pelo adolescente. Tal procedimento apoia-se na realidade das famílias brasileiras, as características do microssistema familiar de adolescentes que cometeram ato infracional e o baixo quantitativo de participantes, o que não permite uma divisão por figuras parentais.

Dito isto, o IEP, aplicado com os adolescentes, apresentou uma consistência interna geral de $\alpha = 0,71$, conforme o Alpha de Cronbach obtido em estudo anterior de Gomide (2021). Esta medida apoia-se em uma consistência interna acima de 0,50, o que sugere que os itens do instrumento estão correlacionados entre si e com o resultado do Estilo Parental

avaliado por ele. Portanto, os resultados alcançados em relação a este construto foram mantidos nesta dissertação. Além disso, foi realizada a análise da confiabilidade das respostas, dividindo os itens representativos de cada prática educativa. Na Tabela 3 abaixo, encontra-se o α de Cronbach obtido.

Tabela 3

Consistência Interna do Inventário de Estilos Parentais a Depender da Prática Educativa

Prática Educativa	α de Cronbach
Monitoria Positiva	0.72*
Comportamento Moral	0.72*
Punição Inconsistente	0.53*
Negligência	0.71*
Disciplina Relaxada	0.44
Monitoria Negativa	0.53*
Abuso Físico	0.72*

Nota. *Consistência interna razoável considerando α acima de 0,50

Considerando as características específicas dos participantes dessa pesquisa e o α acima de 0,50, informa-se que apenas a Disciplina Relaxada apresentou baixa consistência interna, as demais práticas passam a ser consideradas para análises dos grupos nessa dissertação.

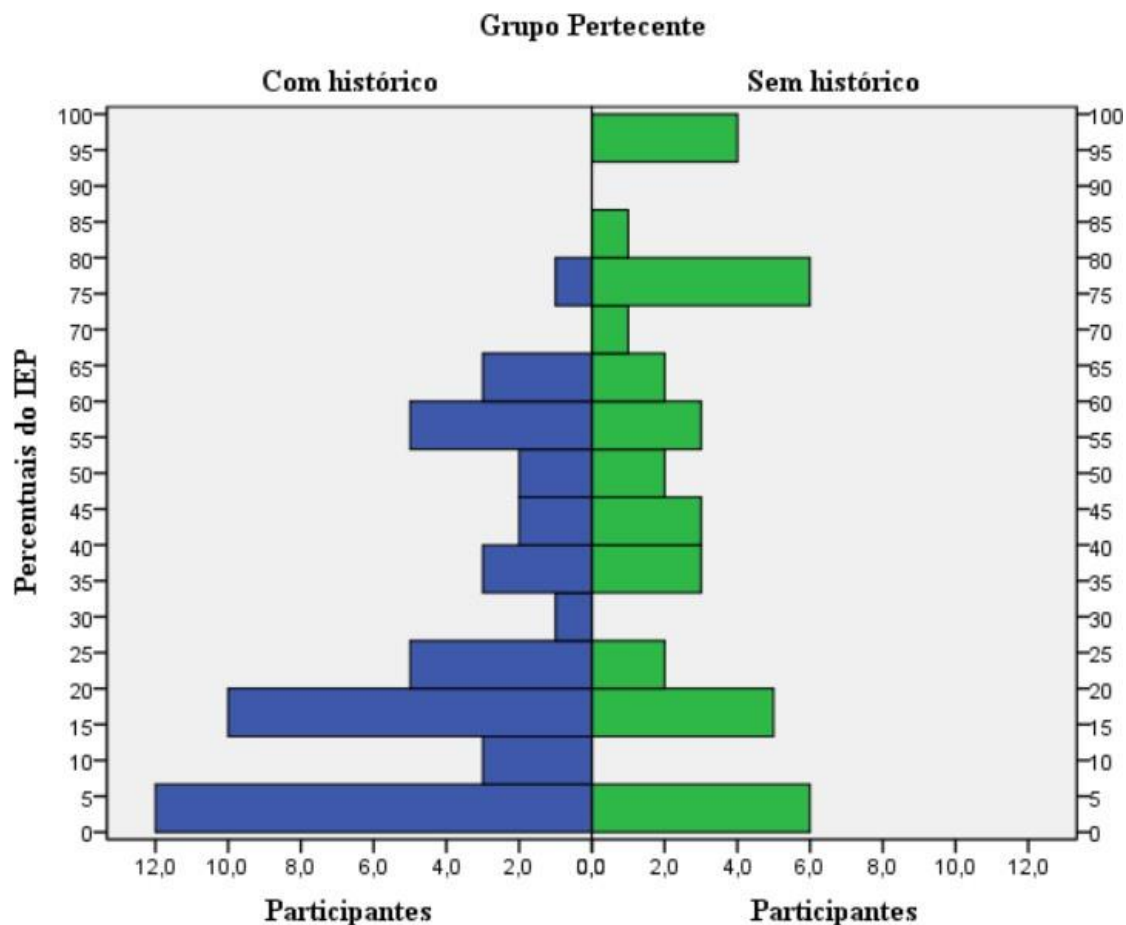
Em relação ao Estilo Parental, os 85 participantes apresentaram um Estilo Parental considerado de Risco (50,6%) e elegeram a figura materna em sua maioria (64,7%) no momento da aplicação. Ao realizar a separação dos grupos, o G1 com adolescentes que praticaram ato infracional apresentam Estilo Parental de Risco (N=30), Bom (N=9) e Regular (N=8), enquanto que o G2 com adolescentes sem histórico de ato infracional apresentam Estilo Parental de Risco (N=13), Bom (N=9), Regular (N=8) e Estilo Parental Ótimo (N=8). No entanto, apesar dos grupos apresentarem certa semelhança na distribuição de

participantes, a exemplo: o mesmo número de participantes categorizados em Regular e Bom, os percentuais de cada grupo apontam para uma diferença significativa.

Abaixo o Gráfico 1 apresenta a distribuição dos participantes considerando os percentuais em cada grupo.

Gráfico 1

Distribuição dos Participantes de Cada Grupo Considerando o Percentual do Estilo Parental



Nota. Estilo Parental de Risco (1 a 25); Regular (30 a 50), Bom (55 a 75) e Ótimo (80 a 99)

Considerando os dados percentuais, e partir do *teste Mann-Whitney*, foram encontradas diferenças significativas ($p=0,03$) ao comparar as médias encontradas por grupo: o G1 apresenta uma média percentual de 35,85%, com um estilo parental concentrado em Regular, já o G2 apresenta uma média percentual de 51,84% e o um estilo parental descrito como Bom. A diferenciação nos grupos pode ser notada ao avaliar o gráfico 1, visto que o G1

apresenta uma concentração na base da pirâmide, isto é, os adolescentes com histórico de ato infracional em geral apresentam um estilo parental que concentra práticas educativas negativas, com uma concentração alta de participantes (63,82%) no estilo parental de risco, enquanto que o G2 é mais diversificado e é o único grupo que apresenta o Estilo Parental Ótimo.

A média percentual baixa e a concentração de adolescentes com estilo parental regular e de risco no G1, expressa a predominância de práticas educativas negativas (punição inconsistente, negligência, monitoria negativa e abuso físico) nesse grupo, a literatura tem apontado que um estilo parental de risco ou abaixo da média no microssistema familiar, pode favorecer a aquisição de comportamentos agressivos por parte de crianças e adolescentes (Batista *et al.*, 2010; Olsen & Geronasso, 2022, Toledo *et al.*, 2014). Portanto, é um indicador de uma interação pais/responsáveis e filhos permeada por práticas que favorecem a manutenção e aquisição de comportamentos antissociais, este dado se assemelha a estudos com o público de adolescentes que cometeram ato infracional (Jochem *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2015; Toledo *et al.*, 2014).

Ressalta-se que o Estilo Parental Ótimo se encontra apenas no G2 (N=8), indicador de que há uma presença marcante de práticas educativas positivas, essa informação coincide com o estudo de Silva *et al.* (2015), no qual dentre 33 adolescentes participantes da pesquisa que cumpriam medida socioeducativa nenhum apresentou esse tipo de estilo parental. Logo, a ausência de práticas positivas ou a pouca presença delas pode ser um fator imperativo na perpetração de ato infracional. Para Gomide (2021), devido à ausência ou baixa frequência de práticas positivas, aconselha-se a participação de programas interventivos com enfoque em educar os pais quanto às consequências do uso de práticas educativas negativas.

Em contrapartida, o G2 apresenta uma média elevada em comparação com o outro grupo e uma maior diversidade no percentual, indicando a coexistência de variadas práticas

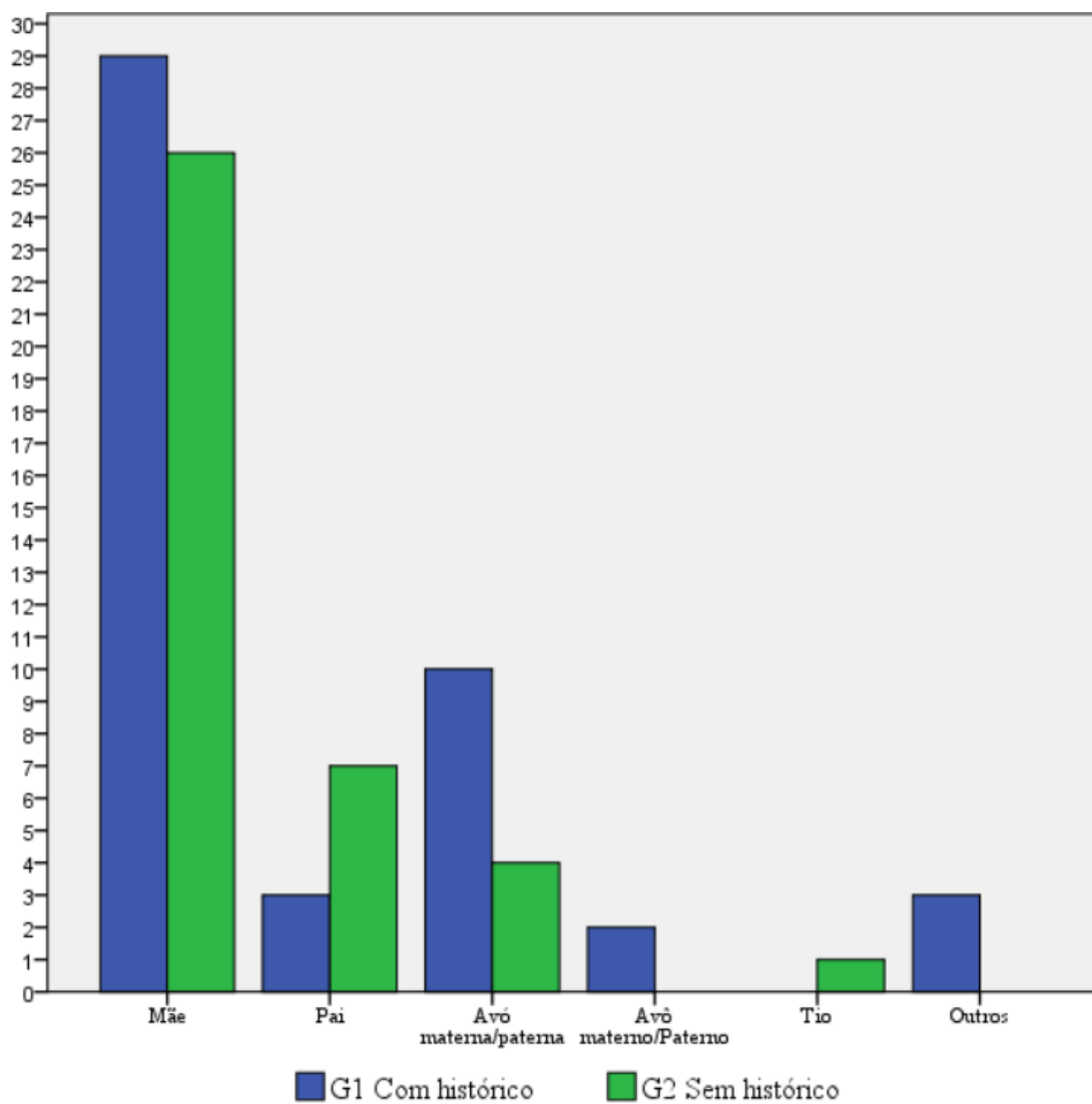
educativas. Gomide (2021) afirma que um estilo parental é composto pela confluência da força das práticas, portanto um estilo parental bom pode apresentar práticas educativas negativas, no entanto elas não se sobrepõem a presença das práticas ditas positivas (monitoria positiva e comportamento moral). Sob essa perspectiva, estudos (Carvalho & Gomide, 2005, Prust & Gomide, 2007) demonstram que um estilo parental em que há o predomínio dessas práticas funcionam como formadores de comportamento pró-social nos filhos e diminuem a possibilidade da execução de comportamento infrator.

Contudo, chama a atenção o fato do Estilo Parental de Risco ser frequente no grupo de adolescentes sem histórico de ato infracional, com 34,21% (N=13). De modo semelhante, Toledo *et al.*, (2014) encontraram famílias com adolescentes sem histórico de ato infracional apresentando essa tipificação de estilo. Os autores discorrem sobre a necessidade de pensar em outros fatores que podem funcionar como protetivos no microsistema familiar, ou seja, fatores que não corroboram para a execução de comportamento infrator, a exemplo: estrutura familiar, relação entre a escola e a família, relação paterna, dentre outros que foram discutidos nesta dissertação.

Em ambos os grupos, a figura materna foi predominantemente associada pelos adolescentes como a figura responsável pela educação e cuidado dos adolescentes, no Gráfico 2 é possível observar a frequência das figuras parentais que foram definidas pelos adolescentes a depender do grupo que ele pertence.

Gráfico 2

Frequência das Figuras Parentais Eleitas nos Grupos Com e Sem Histórico de Ato Infracional



A concentração da figura materna nos cuidados sob a perspectiva dos adolescentes, pode ser explicada pela imagem social que essa figura tem quando se refere ao microsistema familiar. Em geral, mães são vistas como pessoas insubstituíveis que sofrem e não desistem sob nenhuma hipótese do cuidado e proteção de seus filhos, nesse sentido,

nota-se uma centralidade desta figura, mas também da figura feminina (mãe e avó), principalmente no grupo de adolescentes em conflito com a lei (Jochem *et al.*, 2020; Rodrigues, 2019; Toledo *et al.* 2014).

Em relação à figura paterna, o G2 apresenta uma concentração maior (N=7) em comparação com o G1 (N=3). Este dado coincide com as discussões já realizadas nesta dissertação, pelas quais observou-se que o microssistema familiar do G1 pode apresentar ausência dessa figura parental e presença de outras pessoas que configuram como cuidadoras desses adolescentes, o que pode explicar a presença de outras figuras vistas como responsáveis por eles (N=3). Sendo assim, cabe pensar na importância de estudar a dicotomia presença/ausência paterna e suas reverberações no comportamento adolescente, em especial, adolescentes em conflito com a lei, evidenciando a necessária identificação dos fatores imbricados na análise.

Quanto às práticas educativas adotadas, foi possível encontrar diferenças significativas entre os grupos, a partir das médias percentuais, no qual quatro práticas se sobressaíram, são elas: Monitoria Positiva, Comportamento Moral, Monitoria Negativa e Abuso Físico, sendo que as duas primeiras referentes a práticas positivas são presentes no grupo de adolescentes sem histórico de ato infracional enquanto que as duas práticas negativas predominam no G1. Essas e as outras práticas podem ser analisadas na Tabela 4 abaixo:

Tabela 4*Comparação dos Grupos de Adolescentes e as Práticas Educativas Adotadas*

Práticas Educativas	Média		Mann-Whitney (p)
	G1	G2	
Monitoria Positiva	37,76	49,49	0,028*
Comportamento Moral	37,71	49,54	0,027*
Punição Inconsistente	40,81	45,71	0,358
Negligência	43,29	42,64	0,904
Disciplina Relaxada	47,23	37,76	0,075
Monitoria Negativa	48,94	35,66	0,013*
Abuso Físico	50,11	34,21	0,003*

Nota. *Diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$)

A Tabela 4 traz a Monitoria Positiva e o Comportamento Moral como atuantes no microsistema familiar dos adolescentes do G2, ambas as práticas apresentam *p valor* semelhantes, portanto pode-se inferir que a presença dessas práticas como representativas desse grupo significa a baixa presença de MP e CM no grupo de adolescentes que cumprem medida socioeducativa, nesse sentido, podem ser vistas como práticas protetivas para a inibição do comportamento infrator, este dado corrobora com a literatura (Carvalho & Gomide, 2005; Prust & Gomide, 2007, Toni & Hecavei, 2014), a presença dessas práticas envolve interesse mútuo e disponibilidade das figuras parentais em relação aos adolescentes.

Outrossim, Santos e Böing (2018) enfatizam a importância da reciprocidade em uma díade e o quanto o *feedback* mútuo entre duas pessoas, nesse caso, pais e filhos, torna-se motivador no engajamento de atividades conjuntas, portanto a supervisão parental, acompanhamento da rotina do filho, preocupação quanto a seu lazer e tarefas escolares,

transmissão de valores e presença de modelos parentais positivos no microssistema familiar constrói um ambiente afetivo e confiável para o adolescente se desenvolver.

Por outro lado, o grupo de adolescentes que praticaram ato infracional distingue do G2 em relação às práticas educativas negativas; o primeiro é a Monitoria Negativa associada ao G1, estudos já encontraram no microssistema familiar de adolescentes que cumprem medida socioeducativa, baixa supervisão parental, negligência e disciplina relaxada (Nardi & Dell’Aglia, 2012; Ryan *et al.*, 2013; Silva *et al.*, 2015). No entanto, recentemente, Galinari *et al.* (2019) identificou como fator associado à prática de ato infracional a “supervisão parental” e nas discussões referentes a este dado, reconhecem que a supervisão caracterizada como monitoria e controle exacerbado dos pais em direção ao adolescente pode se apresentar como fator de risco para o comportamento infrator, adicionalmente, estudos internacionais (Perez-Gramaje *et al.*, 2019; Xiong *et al.*, 2020) têm encontrado associações significativas entre um estilo parental autoritário, que apresenta características semelhantes a Monitoria Negativa, e o comportamento infrator, os dados são condizentes com os estudos nacionais de Olsen e Geronasso (2022) e Batista *et al.* (2010) que ao avaliarem comportamentos externalizantes em crianças encontram a supervisão estressante e a monitoria negativa como fatores que podem desencadear comportamentos agressivos.

A Monitoria Negativa, caracterizada pelo excesso de fiscalização da vida dos filhos e instruções repetitivas direcionadas a ele, podem criar um ambiente hostil para o adolescente. Deve-se considerar que a adolescência é marcada pela busca da identidade, autonomia e independência do microssistema familiar, portanto, naturalmente esse período é marcado por um progressivo afastamento desse ambiente, logo uma interação marcada por constantes cobranças e supervisões estressantes, entre os pais e os filhos adolescentes, pode acelerar esse processo e deixar os adolescentes expostos a outros microssistemas sem uma supervisão parental adequada, tal fato é observado no estudo de Silva *et al.* (2015) que nota associação

entre a monitoria negativa e a busca em suporte e apoio em grupos de pares fora do ambiente familiar.

O Abuso Físico é veementemente associado a comportamentos externalizantes e antissociais de crianças e adolescentes (Carvalho & Gomide, 2005; Cecconello *et al.*, 2003; Batista *et al.*, 2010; Nardi & Dell’Aglío, 2012; Olsen & Geronasso, 2022) e é caracterizado pelo uso da força física como forma de educar os filhos (Gomide, 2021), o uso de punições corporais excessivas para garantir obediência e controle sobre os adolescentes, apresenta um microssistema familiar com baixas estratégias parentais para lidar com conflitos entre pais e filhos. Considerando que a família é o primeiro ambiente no qual o adolescente acessa e participa de forma ativa com padrões de interação (Cecconello *et al.*, 2003), as interações quando são permeadas por violência, mesmo com o objetivo de disciplinar os adolescentes pode apresentar um modelo de comportamento agressivo a ser adotado em demais interações e em outros microssistemas (Batista *et al.*, 2010; Carvalho & Gomide, 2005; Olsen & Geronasso, 2022).

A funcionalidade de uma díade, dentro de um microssistema familiar, perpassa pelo equilíbrio de poder que gradualmente se modifica em direção aos adolescentes, a fim de consolidar seu desenvolvimento e maturidade, no entanto a presença tanto do Abuso Físico quanto da Monitoria Negativa, apresenta um desequilíbrio de poder entre os pais e os adolescentes, uma vez que, as figuras parentais utilizam seu poder de influência e posição hierárquica no microssistema familiar de forma autoritária e violenta, onde não se cria espaços para uma relação afetiva e recíproca entre pais e filhos. Nesse cenário, os padrões de relações experienciados pelos adolescentes que praticaram ato infracional foram marcados por práticas que não os consideravam de forma ativa no processo de seu desenvolvimento, mas, pelo contrário, os demandavam para o cumprimento de regras e controle comportamental. O oposto disso resultava na violência física, sendo esses padrões

interacionais a base construtora do desenvolvimento desses adolescentes. Neste sentido, as duas práticas podem ser apontadas como práticas que instigam o comportamento infrator.

Por fim, um dado surpreendente observado na Tabela 4 diz respeito à semelhança entre as médias dos dois grupos de adolescentes em relação a Negligência (G1= 43,29 e G2 = 42,24) o *p valor* ($p=0,904$) não significativo, indicando uma presença similar dessa prática educativa em ambos os grupos. A Negligência é caracterizada pela ausência de atenção e afeto e omissão por parte dos pais e responsáveis em se responsabilizar pelos filhos (Gomide, 2014), essa prática pode ser confundida com um desejo natural dos pais em criar condições de independência dos filhos, sob essa perspectiva e considerando a idade média de 15,71 anos ($DP=1,557$) dos adolescentes desta pesquisa, é possível que a presença dessa prática em ambos os grupos possa representar uma crença parental de que os adolescentes dessa idade em diante, não precisem de tanto cuidado e atenção. Ressalta-se que essa discussão precisa ser melhor investigada, visto que a negligência pode ser atravessada por diversos fatores que não necessariamente se encontram no microssistema familiar, a exemplo o nível socioeconômico.

Dito isto, para uma compreensão completa dos dados discutidos acima, esta dissertação de mestrado incorpora nos resultados os relatos dos adolescentes que cometeram ato infracional em relação a sua família. Discorrer sobre composição do microssistema familiar e de estilos parentais de adolescentes deve incorporar o olhar subjetivo do adolescente nos processos aos quais ele foi atravessado.

9.3 Microssistema familiar de adolescentes que cometeram ato infracional.

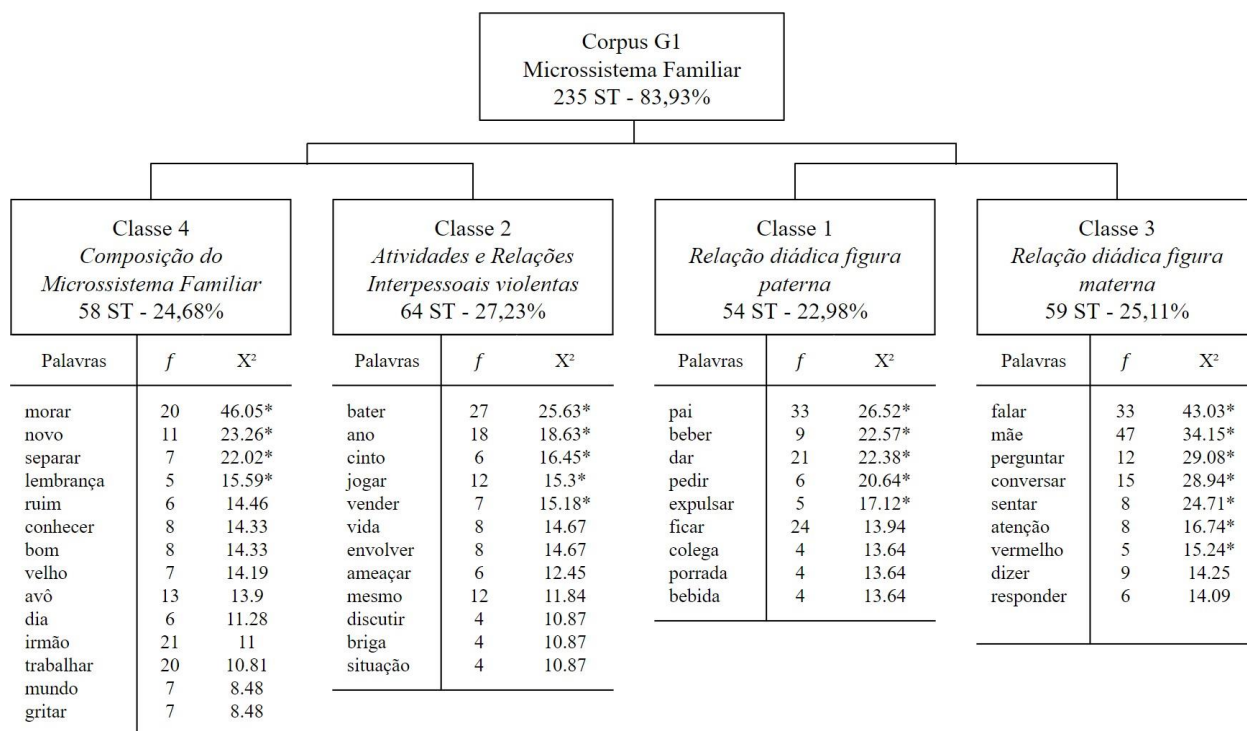
Para a análise qualitativa dos dados, o *corpus textual* submetido ao *software* Iramuteq contém relatos referente ao microssistema familiar de 11 adolescentes do G1 que cometeram algum tipo de ato infracional, os adolescentes têm idade média de 16,5 anos, esses

adolescentes praticaram ato infracional de Roubo Majorado (N=5), Ofensa Sexual (N=3), Homicídio (N=2) e Furto (N=1), em relação ao estilo parental de cada, os adolescentes apresentaram Estilo Parental de Risco (N=5), Bom (N=4) e Regular (N=2), por fim sete adolescentes indicaram a “mãe” como figura parental principal.

A análise da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) envolveu 235 segmentos de texto - ST (83,93%) do total disponível para análises. Inicialmente, o programa dividiu o *corpus* em dois *subcorpus*, o primeiro formado pela Classe 4 - Composição do Microsistema Familiar e pela Classe 2 - Atividades e Relações Interpessoais Violentas que explora o microsistema familiar e as interações ocorridas nesse ambiente. O segundo *subcorpus*, é composto pela Classe 1 - Relação Diádica Figura Paterna e Classe 3 - Relação Diádica Figura Materna, que indicam as relações estabelecidas com duas figuras parentais desses adolescentes, como exposto na figura abaixo:

Figura 4

Dendograma Gerado pelo Software Iramuteq ao Analisar os Segmentos de Texto Sobre o Microsistema Familiar do G1



Nota. * $p < 0,0001$ no teste Qui-Quadrado pela Classificação Hierárquica Descendente do Software Iramuteq

O agrupamento de palavras realizadas pelo programa permite identificar a existência de um discurso comum entre os adolescentes, visto que ao relatarem determinadas situações que vivenciaram nesse microssistema, a forma que se expressaram foram semelhantes em relação a experiências comuns. Ademais, o programa também indica o quanto um agrupamento de palavras é contextualmente próximo a outros agrupamentos, logo observam-se classes com conteúdo textual interligada de forma indireta ou direta a outras, indireta quando a ramificação é cruzada por outras ramificações, a exemplo da Classe 4 com a Classe 1, e direta quando não há interferência na ramificação entre as classes, é o que acontece com a Classe 4 e Classe 2.

Posto isso, a Classe 4 - Composição do Microssistema Familiar representa 24,68% do total de segmentos de texto analisados, as palavras pertencentes a essa classe são: morar, novo, separar e lembrança, o conteúdo textual dessa classe nos apresenta o arranjo familiar dos adolescentes quando eles coabitavam com a família.

Tabela 5

Segmentos de Texto Alusivos a Classe 4 Composição do Microssistema Familiar

Participante	Estilo Parental	Ato Infracional	Segmento de Texto
P1	Regular	Roubo	Tava morando com a minha mãe. Era eu, minha mãe, meu pai e meu irmão mais velho. Sou o mais novo, caçula. Ela (mãe) trabalhava no hospital e o meu pai ele... ele é policial. Sempre quando eu saio eles não tão em casa. Tão trabalhando. Aí... eles só tão em casa final de semana... e de noite quando chegam do trabalho... (Sobre outro irmão citado) Só que ele não mora mais com a gente. Hoje ele está preso, está lá no caldeirão. Ele chegou a morar uma vez, mas só que... aí... ele teve um filho, aí

			foi que ele se mudou, morou com a mulher dele e o filho dele.
P2	De Risco	Roubo	Fui criado pelo meu pai. Morava com meus avós. Eram pais do meu pai e meu irmão, que tava com ele, mais novo. Mais caçula. Depois de um tempo a minha mãe se separou do papai e eu comecei a ficar morando na casa da minha avó. Meus pais são separados agora, eu tinha uns 10 anos, por aí. Eu acho, nem me lembro.
P3	De Risco	Roubo	Por parte de pai eu tenho uma (irmã) que eu nem conheço, e um irmão, aí eu tenho uma irmã que eu não conheço, num tem? Aí por parte de mãe eu tenho uma irmãzinha pequena, mas não morava comigo. Ai eu conhecia só dois que era o mais novo e minha irmã mais véa, aí a do meio que era mais véa que eu, nunca conheci, não. Não, com minha irmã, que meu pai separou e só teve eu e minha irmã que é filha de outro pai. Aí eu sou filho desse pai e filho dela, tendeu?
P4	Regular	Homicídio	Minha infância foi marcada por muitas coisas negativas. Porque o ambiente em que eu vivia, eu tinha, eu tenho dois tios, na verdade, a minha tia faleceu e eu tenho um que tá preso. Morava eu, o marido da minha avó que ele não é meu vô, era só marido mermo, e outro dois primo, meu primo e minha prima. Até os quatorze anos, que depois disso aí eu comecei a sair da casa da minha avó. Lembrança boa é que eu conseguia dinheiro e dessa forma eu conseguia tentar preencher o vazio que eu sentia dentro de mim, indo pra praia pro parque uma pizzaria uma sorveteria com pessoas que eu gostava.
P6	De Risco	Furto	Morava eu, minha mãe e meus dois irmão. Sou mais velho não, tem outros mais velhos (por)que minha mãe tem quatorze. Meu pai sumiu aí.. deu nem o endereço não.

P8	Bom	Roubo	Morava com a minha mãe, com a minha irmã e com o meu padrasto. Quando eu tava até 4 anos, eu morei com meu avô. Não conheci meu pai, ele morreu, foi de tiro que ele morreu. Mas eu fui muito apegado com a minha mãe. Todo mundo (na família), eu acho que gostavam de mim. Porque, a minha tia, só pelo fato de eu não ter pai, a minha tia eu acho... me via tipo como um sobrinho especial. Gostavam que eu fosse pra casa delas, faziam a comida que eu gostava...
P9	Bom	Ofensa Sexual	A minha mãe se separou do meu pai, aí eles voltaram já aí eu fiquei muito ruim... aí marcou assim. Quando a gente passa umas e outras coisas na vida... aí umas e outras coisas boas, e umas e outras coisas ruim cara... aí esquece. Porque eu gosto muito da minha mãe e do meu pai, e eles também gostam muito de mim assim, eu sei, aí tipo assim pra eles se separar, né, o cara fica ruim, não sabe pra que lado vai, se ficar cá mãe, se fica com pai, mas quando ela se separou assim eu fiquei com a minha mãe.

A Classe 4 apresenta informações sobre o microssistema familiar dos adolescentes, com dados sobre o momento em que os participantes falam desse ambiente e com quem conviveram. É possível notar nos relatos a prevalência da figura feminina pela presença da mãe, avós e tias nesse microssistema (P1, P2, P4, P6, P8 e P9), os segmentos de textos que compõem essa classe, trazendo também alguma instabilidade a esse contexto, como a perda de uma das figuras ou separação dos pais, o que ocasiona a reorganização do microssistema familiar, e em alguns casos, mudança do ambiente físico. Tais eventos podem dificultar o estabelecimento de uma díade fortalecida, como propôs Bronfenbrenner (2011), ao conferir importância ao fortalecimento de vínculo a partir de um relacionamento interpessoal, por meio da presença estável e engajamento de atividades entre duas pessoas por um longo período, o

que serve como modelo para o estabelecimento de outras díades ao longo da vida dos adolescentes.

Destaca-se que Boccio e Beaver (2017) ao estudarem as influências da estrutura familiar no comportamento delinquente na adolescência, apontam que a presença de ambos os pais no microssistema familiar serve como fator inibitório de comportamentos em conflito com a lei, afirmam também que o divórcio parental exerce pouca influência a longo prazo desse tipo de comportamento. Em relação aos rearranjos e mudanças constantes no microssistema familiar, como a presença de padrastos, os autores encontraram significativa associação com o comportamento infrator. Esse dado revela que, apesar da separação dos pais ser um evento estressor para o adolescente, ele tende a lidar melhor com essa situação conforme o tempo passa. Porém a presença de um novo membro nesse microssistema, ou até mesmo mudanças de ambientes físicos, podem alterar os papéis sociais já estabelecidos e criar outras expectativas comportamentais no adolescente.

Nesse sentido, as impermanências das figuras parentais nesse microssistema familiar podem acarretar na fragilidade dos vínculos entre os adolescentes e as figuras de autoridade, a literatura com essa população tem apontado para uma dinâmica familiar rompida e instável (Dib *et al.*, 2012; Nadir & Dell’Aglio, 2012; Pessoa & Coimbra, 2020; Toledo *et al.*, 2014) o que pode corroborar para um adolescente vulnerável ao estabelecimento de outras díades fora do ambiente familiar.

O participante um (P1) e o participante nove (P9) relataram uma configuração familiar composta por mãe, pai e irmãos, no entanto o primeiro informa que apesar da presença de ambas as figuras, o trabalho deles os distanciava durante a semana.

Bronfenbrenner (2011) afirma que a possibilidade dos pais e responsáveis de desempenharem de forma efetiva aquilo que se espera deles, depende das exigências dos papéis, do estresse e de apoios encontrados em outros ambientes, em outras palavras os membros da família não

estão isolados da sociedade e podem ser afetados por outros microssistemas capazes de prejudicar a efetivação do papel, como o trabalho dos pais, a ausência de apoio da comunidade ou outros familiares, assistência dos centros socioeducativos e até mesmo a relação destes com o filho.

Após o programa agrupar o momento em que eles apresentam a família e algumas lembranças relacionadas ao convívio com esses membros, a Classe 2 - Atividades e Relações Interpessoais Violentas interligada diretamente a anterior, agrupa diversas vivências marcadas por violência nesse ambiente. Essa classe é responsável por agrupar o maior segmento de texto referente ao relato dos adolescentes, sendo 27,23% e destaca as palavras: bater, ano, cinto, jogar e vender que em conjunto com outros descritores como: envolver e ameaçar, expõe um ambiente violento e de risco para o desenvolvimento dos adolescentes.

Tabela 6

Segmentos de Texto Alusivos a Classe 2 Atividades e Relações Interpessoais Violentas

Participante	Estilo Parental	Ato Infracional	Segmento de Texto
P2	De Risco	Roubo	A minha tia que comprava comida pros meus avós sabe? Aí tudo jogavam na cara, tudo que eles davam, eles jogavam na cara, entendeu? As vezes não deixavam eu dormir, me perturbavam e tal. Aí aquilo foi crescendo mais ódio no meu coração, entendeu? Aí tipo assim pô, foi crescendo o ódio e eu fui, tá ligado?, me envolvendo assim na vida do crime pra... sabe, pra descontar minha raiva.
P3	De Risco	Roubo	(Sobre brigas e gritos nesse ambiente) Já aconteceu com minha vó, com meu vô, com meus tio, já aconteceu de gritar e xingar. Só brigava mesmo, mas xingar assim, não. Meu avô me ameaçou pra fora de casa uma vez, porque ele criava um

			passarinho e eu derrubei, caiu e quebrou, o passarinho fugiu, só foi essa vez.
P4	Regular	Homicídio	Eu cresci vendo ele(tio) vendendo droga, assim. Sendo preso, entendeu? Fazendo coisas que não são legais. E, ao passar do tempo, eu fui, né, me espelhando neles (tio e tia). Eu fui, eu fui me espelhando neles. Aí pra mim, eu achava certo fazer o que eles faziam. Aí, eu fui me envolvendo com essas coisas desde pequeno. Comecei a fazer coisas que eu nem imaginava que eu ia fazer, e eu fiz. Foi meus tios. E também minha mãe. Minha mãe, passava um tempo eu vi minha própria mãe vendendo droga, entendeu? Apesar de eu não morar na mesma casa que ela, eu morava na casa da minha avó, mas eu via ela vendendo droga.
P5	De Risco	Homicídio	Ela (mãe) tentava me deixar de castigo, mas nada que ela fizesse tinha mais jeito. Eu nem ia, nem obedecia, não obedecia não. Ela só achava que eu tava era drogado mesmo. Ela me batia muito ela.
P7	Bom	Roubo	Minha família não tem nada a ver com os meu caso, sabe? Só que eu, só eu! Minha família nunca foi ameaçada não, mas eu já fui por milícia, sabe? Já tive um tio que era dessa vida , aí ele morreu, sabe? A culpa foi minha mermo, de eu, de eu querer me envolver com as pessoa errada que eu queria sabe, a culpa foi minha, não boto a culpa na minha família.
P9	Bom	Ofensa Sexual	A minha mãe não me bateu com cinto não, ela já me bateu quando eu era menor, mas era cipó mesmo. Tinha medo de apanhar dela... mas quando eu era mais novo, agora, como eu sei que ela já não bate, não tem jeito dela me bater. Mas ela não me bate não, eu lembro que dos 12 pra cima, ela

			começou a não me bater não, só conversar
P11	Bom	Ofensa Sexual	Só minha mãe que me batia, com a mão, com objeto, de vez em quando só, quando eu fazia uma coisa muito errada. A minha mãe me avisava que eu saia e andava com má companhia.

O programa agrupou na Classe 1 e na Classe 2 os relatos sobre as relações interpessoais experienciadas neste microssistema e as atividades praticadas por eles em conjunto com os membros da família. Inicialmente, em sua maioria, as interações estabelecidas pelos participantes foram permeadas por conflitos e punições, desde físicas até de exclusão do adolescente a convivência com a família.

Os conflitos relatados pelos participantes ocorrem de forma direta, quando há divergência entre ele e um membro da família e também de forma indireta, no caso de ele está presenciando um conflito no seu microssistema. Ademais, o não cumprimento de certas regras estabelecidas pela família pode ocasionar em punições físicas e ameaças, o que demonstra um microssistema familiar com baixo conhecimento em outras formas de educar e lidar com transgressões, de todo modo, esse dado não diverge da literatura sobre o tema (Nunes *et al.*, 2013; Pacheco & Hutz, 2009, Toledo *et al.*, 2014), no qual apontam para o abuso físico como prática recorrente no microssistema familiar de adolescentes em conflito com a lei.

A presença de um membro infrator no caso do participante sete (P7) e participante um (P1) ou exposição e a participação em atividades ilícitas na presença da mãe ou dos tios que apareceu no relato do participante quatro (P4), podem apresentar uma permissividade e encorajamento do microssistema familiar sobre práticas infracionais por parte do adolescente. A literatura (Nardi & Dell’Aglio, 2012; Zappe *et al.* 2018), aponta para a presença de

membros familiares que apresentam comportamentos antissociais que podem favorecer a prática de ato infracional. Nessa perspectiva, o microssistema familiar passa a transmitir a mensagem de que o mundo do crime é promissor e ambiente favorável para desenvolver os vínculos entre os membros, logo esse microssistema percebe como *competência* as habilidades sociais de venda e de envolvimento com a criminalidade. Coscioni *et al.* (2018) informa que o estudo dos processos proximais deve considerar o contexto ao qual ele ocorre, mas principalmente a percepção por parte do adolescente diante dessa realidade, logo entender que é importante “*se espelhar neles*” e “*certo o que eles fazem*” apresenta as formas adotadas pelo adolescente para desenvolver competências pertinentes nesse microssistema.

Apesar da Classe 1 - Relação Diádica Figura Paterna e a Classe 2 - Relação Diádica Figura Materna, estarem interligadas indiretamente as outras classes, essas duas figuras não podem ser vistas como ausentes ou distantes dos episódios citados até o momento, no entanto, classes específicas para essas duas figuras significa que ao narrar eventos experienciados com o pai e com a mãe, os adolescentes apontam para percepções particulares na interação com cada uma.

Nesse sentido, a Classe 1 reteve 22,98% dos segmentos de textos disponíveis para análise, as palavras proeminentes nessa classe são: pai, beber, dar, pedir e expulsar e expressa situações em que o adolescente percebe o pai como figura de autoridade e responsável pela disciplina e controle de certos comportamentos.

Tabela 7

Segmentos de Texto Alusivos a Classe 1 Relações Diádicas Figura Paterna

Participante	Estilo Parental	Ato Infracional	Segmento de Texto
P1	Regular	Roubo	Minha mãe e meu pai não deixavam eu beber aí meu tio me dava, “toma esse

			vinho com açuca” ele misturava vinho com açuca. Ai ele me dava e fica tipo um suco. Ai eu tumava.
P2	De Risco	Roubo	Antigamente ele batia. Batia, de pau, com uns outros bagulho. Quando às vez tipo, quando eu era moleque e tal, ele via que eu não queria prestar e tal, ele me dava porrada, me botava na corrente, me dava de... de pau e tal. Essas coisas. Olha, meu pai... meu pai sempre sabia que eu era uma praga na escola que eu vivia expulso. Vivia perdendo aula e tal, e meu pai só queria saber que eu tirasse nota alta.
P8	Bom	Roubo	Tranquila (relação com o padrasto). meu pai era um safado, ele se metia e tinha duas mulhé. Ai... uma não queria casar.
P10	De Risco	Ofensa Sexual	(Sobre o adolescente começar a beber) o papai falava pra mim parar porque esse negócio não ia dar futuro pra mim, porque cachaça e bebida só tem um caminho que é o do inferno, um monte de coisa. Ai eu falava pra ele “O senhor também foi assim, o senhor teve os seus momentos agora eu que vou viver o meu, porque eu lembro que o senhor bebia, batia no povo, chegava porre, brigava com todo mundo, o senhor apanhava dos outros, agora deixa eu viver o meu.”, aí ele ficava calado. Quando ele vinha pra mim e me jogava contra parede, era eu que jogava ele contra parede. Era muito constante, ele chegava querendo brigar lá na casa, meu irmão mais velho cresceu vendo isso daí, ele querendo bater na mamãe.

A Classe 1 possui o menor conteúdo textual e isso pode ser explicado por alguns fatores: 1) a ausência do pai no microssistema familiar na maioria dos participantes, seja por separação dos pais, pouca convivência ou morte (P2, P3 e P8) ou pelo desconhecimento dessa figura, visto que desde que nasceram o pai não estava presente (P4, P5, P6 e P7) ou 2) mesmo

com a presença do pai nesse microssistema familiar (P1, P9, P10 e P11), os adolescentes optam por relatar vivências com outros membros da família, principalmente a mãe.

No entanto, ao exporem as vivências com a figura paterna, nota-se uma relação diádica vista com certa autoridade, em que o pai é o sujeito que permite ou não o uso de bebida alcoólica e é aquele atento a notas escolares. Ambas as situações, fora de contexto, podem ser vistas como benéficas no desenvolvimento, no entanto, para o Bronfenbrenner (1996), uma díade bem estabelecida e que promova desenvolvimento envolve: reciprocidade, equilíbrio de poder e relação afetiva, sob essa perspectiva, a relação diádica paterna relatada pelos participantes, em geral, foram percebidas como ausentes ou com uma presença pouco afetiva e sem equilíbrio de poder, no qual o pai podia se apresentar como uma figura de autoridade sem abertura ao diálogo que exige e demanda dos filhos certos comportamentos e resultados. Em especial, o participante dez (P10) apresenta um desequilíbrio de poder, no qual ele se coloca superior diante do pai, ao não permitir que o pai determine seus comportamentos, e como argumento usa a própria história pregressa da figura paterna.

Os relatos são representativos com os dados já discutidos nesta dissertação, visto que a Monitoria Negativa e Abuso Físico são práticas discriminadas no grupo de adolescentes que cumprem medida socioeducativa, ressalta-se também que a baixa presença de Comportamento Moral é retratada nesses relatos, uma vez que, mesmo expondo uma preocupação dos pais com o uso de álcool, não foi mencionado pelos adolescentes um momento em que houve uma conversa sobre o consumo de bebida alcoólica (P1 e P10), além disso os pais não são percebidos como modelos a serem seguidos (P10).

Por sua vez, a Classe 3 - Relações Diádicas Figura Materna expõe uma relação permeada por mais afeto, esta classe equivale a 25,11% dos segmentos de textos e representa a segunda classe com maior conteúdo textual, as palavras em destaque são: falar, mãe, perguntar, conversar, sentar e atenção.

Tabela 8*Segmentos de Texto Alusivos a Classe 3 Relações Diádicas Figura Materna*

Participante	Estilo Parental	Ato Infracional	Segmento de Texto
P1	Regular	Roubo	Tava só eu e a mamãe. (Ele falou para a mãe) “Ainda bem que o meu pai não tá aqui” ele era rígido comigo. Minha mãe percebeu como eu tava, ela viu: Tu tá estranho meu filho, ta pensativo. o que foi que aconteceu?. Ai foi que eu disse: Aconteceu uma coisa ai muito escrota [...] Égua mãe, to com medo de dizer para senhora. Ai ela me diz “não fica com medo, eu sou tua amiga”, ela falou pra mim. Ai eu disse para mamãe “A K* ta grávida”. Ai ela falou “não acredito”. Ai ela me deu uns conselhos: tu tem que mudar a tua mentalidade, falou e falou umas coisas, que eu tinha que trabalhar, se formar.
P4**	Regular	Homicídio	Ela perguntava o que é que eu tinha feito, o que que eu tinha...pra onde eu tinha andado quando eu saía da escola.
P5	De Risco	Homicídio	Todos os dois (mãe e padrasto) eram bem prestativos assim, mas desde criança eu não queria saber de nada, não queria nada, ela nem sabia quando era que eu roubava, quando eu não roubava.
P7	Bom	Roubo	Sempre quando eu entrava com dinheiro eu falava que eu trabalhava, sabe? Que eu lavava carro, alguma coisa eu inventava, mas ela me batia sim, me batia mais. Me batia de chinelo, mas era muito difícil, minha mãe gostava mais de conversar comigo. Ela me dava atenção. Ela dava, ela dava mais atenção pra mim de que pro meus outro irmão. Meus irmão ficam com muita raiva.
P8	Bom	Roubo	Por causa que ela trabalhava, mas sempre foi a mesma atenção. “Olha vou

			te bater se tu fizer de novo isso daí!” aí não batia.
			Ela sempre falava... e na maioria das vezes, ela tava certa. Ela só falava que era pra mim prestar atenção nas amizades.
P9	Bom	Ofensa Sexual	Eu lembro que dos 12 pra cima, ela começou a não me bater, só conversar e tudo certo. Ela se deitava na rede comigo começava a falar comigo. Quando estava aborrecido ela deitava na rede comigo e ficava conversando “calma, meu filho, calma”
P10	De Risco	Ofensa Sexual	Ela fazia minha comida favorita... porque eu pegava no pé dela e ela sentava comigo, mas às vezes eu tava tão brabo com ela, com os meus problemas, que eu pegava trancava a porta do meu quarto e ficava só eu lá.

Nota.

*Nome censurado para garantir o sigilo

**O participante 4 chama a avó de “mãe” e considera ela a sua figura materna, pois não conheceu a mãe.

A Classe 3 concentra relatos referentes à relação diádica com a figura materna dos participantes, por ser a figura parental escolhida com mais frequência (N=7) por eles para responder o IEP, é compreensível que os adolescentes tenham dedicado uma parte da entrevista para contar histórias sobre essa relação, portanto esse dado pode estar enviesado. No entanto, a centralidade da figura materna e feminina foi discutida e pontuada nessa dissertação e na literatura em que se apoia (Almeida, 2022; Boccio & Beaver, 2017; Costa *et al.*, 2012; Dib *et al.*, 2012; Rodrigues, 2019; Toledo *et al.*, 2014), desse modo não é algo que foge da realidade desses adolescentes.

Nesse sentido, os relatos apresentam a mãe como uma figura interessada no filho, principalmente quando eles apresentaram mudança de humor ou algum problema pessoal (P1, P4, P7, P9 e P10), diante dessa constatação os adolescentes expõem que as mães preferiam sentar, deitar (na rede) e conversar com eles a fim de compreendê-los, resolver os

problemas ou acalmá-los, tais medidas são frequentes na prática de Monitoria Positiva que envolve atenção e cuidado em direção aos filhos, no entanto as narrativas também apresentam um baixo conhecimento na rotina dos adolescentes (P5, P7 e P8) seja por conta do trabalho das mães ou da omissão dessas informações por parte dos filhos, de todo modo, apesar de apresentarem uma parte da Monitoria Positiva, nota-se que em geral as mães dos adolescentes nem sempre conseguem acompanhar ou supervisionar as atividades dos filhos. Ademais, a punição física ou ameaça de punição física praticada pela mãe é presente principalmente durante a infância desses adolescentes (P7, P8 e P9).

Cabe discutir que as relatos positivos em relação à figura materna pode ser influenciado por dois fatores, o primeiro reside na imagem social de cuidado e atenção que se tem dessa figura no microssistema familiar que pode gerar memórias positivas da mãe, o segundo seria o fato da internação dos adolescentes produzir uma valorização do microssistema familiar (Coscioni *et al.*, 2020) e como a mãe é a figura central no acompanhamento dos adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa (Rodrigues, 2019), elas tornam-se referência de apoio e suporte em meio às adversidades.

Contudo mesmo quando as mães apresentam práticas positivas em alguns momentos de vida dos adolescentes, considera-se nessa equação frequência e intensidade dessas práticas, o microssistema familiar ao qual essa mãe realiza tais práticas, somado com as interação estabelecidas com os outros membros da família e a qualidade dessas interações, ainda é preciso olhar os outros microssistema subjacentes a esse (escola, trabalho dos pais), além das características dos adolescentes, tais informações tornam-se relevantes para constituir um delineamento acurado no estudo da prática de ato infracional.

10 Considerações Finais

A presente dissertação teve como principal objetivo comparar os estilos parentais no microsistema familiar de dois grupos de adolescentes com e sem histórico de ato infracional, a fim de encontrar possíveis associações entre determinadas características pessoais, do microsistema familiar e dos estilos parentais com o comportamento infrator. Considera-se que este objetivo foi alcançado, visto que a pesquisa tornou possível a identificação de variáveis com associações estatisticamente significativas no grupo formado por adolescentes que cumpriam medida socioeducativa por ato infracional cometido (escolaridade, evasão escolar, possuir filhos, morar com outras pessoas e registro do nome do pai).

Ademais, foi possível identificar no relato de uma parte dos adolescentes em conflito com a lei a forma como certas interações ocorriam dentro do microsistema familiar e como tais eventos eram percebidos pelos adolescentes. Do mesmo modo, a partir dos trechos das entrevistas, emergiram figuras parentais relevantes no processo de desenvolvimento desses adolescentes e como cada figura é entendida dentro do microsistema familiar pelos participantes.

Norteadas pelo Modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano, algumas considerações foram realizadas: os dados apresentados conseguem expor indicadores dentro do microsistema familiar que podem elucidar o comportamento infrator, e tais características conversam com a literatura sobre o tema (Almeida, 2022; Boccio & Beaver, 2017; Costa *et al.*, 2012; Deus *et al.*, 2020; Dib *et al.*, 2012; Galinari *et al.*, 2019; Rodrigues, 2019; Toledo *et al.*, 2014). Contudo, destaca-se nesta dissertação que a característica “Morar Com Outras Pessoas” esteve restrita aos adolescentes em conflito com a lei. Entende-se que essa variável possa não ter sido encontrada em estudos anteriores e, por isso, não foi relatada na literatura consultada, pois requer um pressuposto que a sustente, sem o cuidado devido, pode resultar

em uma visão pejorativa desse grupo, no entanto, a ausência desses participantes no seu microssistema familiar de origem deve ser investigado.

De fato, é necessário cautela na discussão dos dados, visto que não se pretende nesta dissertação induzir a pensamentos depreciativos em relação ao microssistema familiar desses adolescentes. No entanto estudos relacionados às características desse contexto (Boccio & Beaver, 2017; Dib *et al.*, 2012; Galinari *et al.*, 2019; Koch *e al.*, 2020; Nardi & Dell’Aglia, 2012; Pessoa & Coimbra, 2020; Predebon & Giongo, 2015) apontam para situações estressantes que podem favorecer a saída do adolescente desse ambiente, ademais cabe investigações futuras para um aprofundamento desse dado, visto que a família também é protetiva para esse público (Galinari *et al.*, 2019).

Além disso, apesar do microssistema familiar ser o foco da presente dissertação, é necessário reiterar que este contexto sofre influências de outros sistemas ecológicos e vice e versa, nesse sentido a baixa escolaridade e o abandono escolar são frequentes na literatura (Bazon *et al.*, 2013; Machado *et al.*, 2021) sobre adolescentes em conflito com a lei, no entanto apesar da identificação de tais variáveis ainda há pouca discussão sobre a relação dela com o microssistema familiar. Entende-se que ambos os sistemas ecológicos atuam diretamente no comportamento adolescente sob diferentes aspectos, logo o funcionamento conjunto desses microssistemas e as relações estabelecidas entre eles (mesossistema) merecem atenção nos estudos com esse público, e no caso dos adolescentes participantes desta pesquisa, a pandemia da COVID-19 é vista como variável com influência, na medida em que atingiu tanto a família quanto o ambiente escolar, o fato dela atravessar e fundir, em certos aspectos, esses microssistemas pode ser um fator que potencializa fatores protetivos e de risco oriundos de ambos os ambientes. Portanto, estudos do mesossistema (a exemplo, família-escola) desses adolescentes podem ser um caminho promissor na compreensão do comportamento infrator.

Em relação aos estilos e práticas parentais, os dados expostos nesta pesquisa não diferem das informações discutidas pela literatura nacional (Batista *et al*, 2010; Carvalho & Gomide, 2005; Olsen & Geronasso, 2022). No entanto, a surpresa da pesquisa foi a Negligência não ser proeminente em nenhum dos grupos, mas ao mesmo tempo, ter uma média alta nos dois, o que confere a essa prática presença no microssistema familiar em ambos os grupos, a hipótese discutida nesta dissertação considera a idade dos participantes da pesquisa, visto que a maioria encontram-se em um período da adolescência que busca pela autonomia e independência do microssistema familiar, isto pode ser entendido nesse microssistema como diminuição, sem medidas, de cuidado e atenção com esse público, mesmo que o desejo dos pais seja o de influenciar a autonomia. Sugere-se maiores investigações específicas com essa prática a fim de identificar fatores que podem atravessar a sua manutenção e permanência.

Ademais, estudos mistos com dados quantitativos que incorporam dados qualitativos, nesse caso, a percepção do adolescente sobre o microssistema familiar, enriquecem a discussão visto que após identificar as variáveis significativas tanto no microssistema familiar e nos estilos parentais, foi possível discutir a forma como tais características são percebidas pelos adolescentes, neste momento destaco a paternidade como um ponto sensível tanto no dado quantitativo quanto qualitativo. No quantitativo, duas características receberam destaque: a paternidade precoce dos adolescentes em medida socioeducativa e a ausência de registro paterno na certidão de nascimento deles, no dado qualitativo, apesar do baixo conteúdo textual essa figura ganhou uma classe própria que apresentou a forma como ela é percebida pelos adolescentes. Portanto, nota-se certa urgência em dar destaque para esse constructo quando se fala de adolescentes em conflito com a lei do sexo masculino. A concentração de estudos com adolescentes que praticaram ato infracional do sexo feminino e a maternidade (Galinari *et al.*, 2019), desconsidera as angústias, medos, inseguranças,

motivações e responsabilidade da paternidade sob o olhar dos adolescentes que praticaram ato infracional do sexo masculino.

Ainda sobre essa temática, a pesquisa destacou o cuidado parental concentrado na figura feminina e a monoparentalidade materna como aspectos frequentes na vida das famílias brasileiras e, em especial, do microssistema familiar dos adolescentes em conflito com a lei. É necessário insistir que a parentalidade é uma prática que independe de gênero, portanto cabe a homens e mulheres a educação de crianças e adolescentes. Porém, a sobrecarga social e experiencial vivida pela figura feminina pode ser confundida com responsabilização restrita a mães e avós na conformação de um determinado perfil de parentalidade (supostamente negativo) que pode ser associado à prática de ato infracional desses adolescentes. Reitera-se que o comportamento infrator e condutas antissociais devem ser vistas como fenômenos sociais e como tal requerem um olhar complexo e dinâmico. Logo, a monoparentalidade não pode ser vista alheia a outros fenômenos, visto que a própria capacidade da família de reorganização em sua nova dinâmica depende de outros fatores, como presença de rede de apoio (Benatti et al., 2021; Boccio & Beaver, 2017), nesse sentido a família não se encontra em separado de uma teia de sistemas que parte do micro até o macrosistema.

Entre as limitações que podem ser associadas à realização desta pesquisa, elencam-se três: 1) pontua-se o baixo número de participantes para as discussões do dado quantitativo em ambos os grupos, portanto as discussões trazidas nesta pesquisa se atém aos níveis comparativos e descritivos, sem ser possível propor generalizá-los; 2) a ausência de uma segunda aplicação do Inventário de Estilo Parental - IEP, considerando uma outra figura parental responsável pelos adolescentes, tal dado poderia apresentar uma consistência precisa da confluência das práticas parentais exercidas no microssistema familiar dos participantes e; 3) o viés de memória no caso dos adolescentes que estavam cumprindo medida

socioeducativa, por não terem presença regular e contínua no microssistema familiar relatado, e também pelo posto disso, devido à nítida valorização desse contexto em razão da sua permanência em centros de internação e com privação de liberdade (Coscioni *et al.*, 2020), esses participantes podem apresentar memórias que não condizem com o que vivenciaram antes com sua família de origem.

Assim, ao considerar a relevância da atuação familiar no desenvolvimento adolescente, em especial no desenvolvimento do adolescente que cometeu ato infracional, espera-se que essa pesquisa possa elucidar caminhos de intervenções possíveis em direção ao adolescente infrator, mas também incluindo membros do microssistema familiar dele. A importância da figura materna e a controvérsia atuação da figura paterna podem ser caminhos protetivos no processo de reintegração social desse adolescente, à medida que os vínculos com essas figuras parentais são considerados nos programas interventivos, a discussão sobre as consequências de práticas negativas adotadas e o benefício de outras formas de educar nesse microssistema pode se apresentar como um dos aspectos que auxiliará nas relações estabelecidas no meio familiar que permita relações diádicas permeada por afeto, equilíbrio de poder e reciprocidade.

No entanto, cabe ressaltar que o microssistema familiar isolado não sustenta todas as mudanças necessárias para a reintegração social desse adolescente, outros fatores como condição socioeconômico, escolaridade, garantia de emprego e renda, a cultura, o valor social pejorativo do termo ‘menor’ e as invisibilidades que isso acarreta, podem dificultar a saída desse adolescente da prática do ato infracional.

Referências

- Albuquerque, A. N. dos S.; Pitangui, A. C. R.; Rodrigues, P. M. G & Araújo, R. C. de. (2017). Prevalência da gravidez de repetição rápida e fatores associados em adolescentes de Caruaru, Pernambuco. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.* 17(2).
<https://doi.org/10.1590/1806-93042017000200008>.
- Almeida, Y. S. de. (2022). *Socioeducação e relações familiares: Monoparentalidade, vulnerabilidade e gênero*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília - UnB].
- Azeredo, A.; Moreira, D.; Figueiredo, P. & Barbosa, F. (2019). Delinquent Behavior: Systematic Review of Genetic and Environmental Risk Factors. *Clinical Child and Family Psychology Review*. 22 (p. 502–526).
<https://doi.org/10.1007/s10567-019-00298-w>
- Batista, E. C.; Oliveira, B. A. & Pires, S. L. (2010). A influência da família na aquisição de modelos agressivos pelas crianças. *Revista FAROL*, 12(9).
- Baumrind, D.(1966) Effects of Authoritative Parental Control on Child Behavior. *Child Development*, 37(4). <https://doi.org/10.2307/1126611>
- Bazon, M. R.; Silva, J. L. da. & Ferrari, R. M. (2013). Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei. *Educ. Rev.* [online], 29(02). ISSN 0102-4698.
- Boccio, C. M. & Beaver, K. M. (2017). The Influence of Family Structure on Delinquent Behavior. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 10(5).
<https://doi.org/10.1177/1541204017727836>
- Bossa, D. F. & Guerra, A. M. C. (2023). Adolescência e ato infracional: por que os adolescentes se submetem à criminalidade?. *Psicologia USP*. 34.
<http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564e200188>

Blankenstein, N. E.; Schreuders, E.; Peper, J.S.; Crone, E.A. & van Duijvenvoorde, A.C.K. (2018). Individual differences in risk-taking tendencies modulate the neural processing of risky and ambiguous decision-making in adolescence. *NeuroImage*. 10.1016/j.neuroimage.2018.01.085.

Brasil. (2022). Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

<https://forumseguranca.org.br/anuario-edicao-especial-2022/>

Brasil. (1990). Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

Brasil (2020). Levantamento Anual do Sistema de Atendimento Socioeducativo.

[https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/SINASE EIXO04.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/SINASE_EIXO04.pdf)

Brasil, Ministério dos Direitos Humanos (MDH). (2019). Levantamento anual SINASE 2017. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos.

Brasil, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (2021). Observatório Nacional da Família: Fatos e Números. *Arranjos Familiares*. Brasília.

Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Artmed Editora.

Cabral, S. H. & Sousa, S. M. G. (2004). O histórico processo de exclusão/inclusão dos adolescentes autores de ato infracional no Brasil. *Psicologia em Revista*, 10(15).

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/198>

Carvalho, J. B. & Melo, M. C. (2019). A família e os papéis de gênero na adolescência. *Psicologia & Sociedade*, 31. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31168505>.

Carvalho, M. C. N. de & Gomide, P. I. C. (2005). Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de Psicologia*, 22(3).

<https://doi.org/10.1590/S0103-166X2005000300005>

Cecconelo, A. M.; Antoni, C. & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8.

<https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000300007>.

Coelho, C. C. de A. & Dell’Aglío, D. D. (2018). Engajamento escolar: Efeito do suporte dos pais, professores e pares na adolescência. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(3). <https://doi.org/10.1590/2175-35392018038539>

Corrêa, R. M. S. (2019). Paternidade responsável começa pelo registro: a discussão da promoção da filiação e paternidade em Maceió, Alagoas. Em: *Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais*. pp. 91-116.

Coscioni, V.; Nascimento, D. B. do; Rosa, E. M. & Koller, S. H. (2018). Pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano: uma pesquisa com adolescentes em medida socioeducativa. *Psicologia USP*, 29(3).

<http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420170115>.

Costa, L. F.; Junqueira, E. L.; Meneses, F. F. F., Stroher, L. M. C., & Moura, M. G. de. (2012). Construindo conhecimento sobre o adolescente que cometeu ofensa sexual.

Contextos Clínicos, 5(2), <https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2012.52.05>

Costa, L. F.; Ribeiro, A.; Junqueira, E. L.; Meneses, F. F. F. & Stroher, L. M. C. (2011). Grupo multifamiliar com adolescentes ofensores sexuais. *Cad. Psico. Soc. Trab.*, 16(2).

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172013000200007&lng=pt&tlng=pt.

Darling, N. & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*. 113(3). <https://doi.org/10.1037/0033-2909.113.3.487>

- Deus, M. D. de.; Costa, E. F. L. da; Souto, D. da C.; Jager, M. E. & Dias, A. C. G. (2020). A Experiência do Pai Adolescente no Primeiro Ano de Vida da Criança. *Pensando Famílias [online]*, 24(1). ISSN 1679-494X.
- Dib, M. A.; Bazon, M. R. & Silva, J. L. da. (2012). Família e conduta infracional da adolescência: Revisão sistemática da literatura. *Perspectivas em Psicologia*. 16(1). <https://seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/27553>
- Dietz, G., Santos, C. G. dos, Hildebrandt, L. M., & Leite, M. T. (2011). As relações interpessoais e o consumo de drogas por adolescentes. *SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool E Drogas (Edição Em Português)*, 7(2), 85-91. <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.v7i2p85-91>.
- Dishion, T. J.; Mun, C. J.; Ha, T. & Tein, J. Y. (2018). Observed Family and Friendship Dynamics in Adolescence: a Latent Profile Approach to Identifying "Mesosystem" Adaptation for Intervention Tailoring. *Prev Sci*. <https://doi.org/10.1007/s11121-018-0927-0>.
- Faria, A. P. S & Ponciano, E. L. T. (2018). Conquistas e fracassos: os pais como base segura para a experiência emocional na adolescência. *Pensando Famílias*. 22(1). http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2018000100008&lng=pt&tlng=pt.
- Fonteberry, J. D. (2013). Puberty and adolescent sexuality. *Hormones and Behavior*. 64(2). 280-287. 10.1016/j.yhbeh.2013.03.007.
- Francisco, C. de F.; Silva, C. H. F. da; Rocha, M. H. da S.; Afonso, R. de M. & Dellazzana-Zanon, L. L. (2019). Comportamento de risco na adolescência: uma revisão sistemática da literatura nacional. *Cadernos de Educação*. 18(36). <https://doi.org/10.15603/1679-8104/ce.v18n36p43-71>.

- Franco, M. G. de O. & Bazon, M. R. (2019). Percurso e experiência escolar de adolescentes em conflito com a lei: Trajetórias possíveis. *Educação em Revista*, 35. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698183939>
- Fundação Abrinq. (2022). Cenário da infância e adolescência no Brasil.
- Galinari, L. S., Vicari, I. D. A., & Bazon, M. R. (2019). Fatores associados ao cometimento de atos infracionais na adolescência. *Psico*, 50(4).
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Editora Atlas.
- Gomide, P. I. C. (2021). *Inventário de estilos parentais - IEP: Fundamentação Teórica, fundamentações, instruções de aplicação, apuração e interpretação*. 4ªed. Juruá Editora.
- Gomide, P. I. C. (2014). *Inventário de estilos parentais: Modelo teórico - Manual de aplicação, apuração e interpretação*. Editora Vozes.
- Gomide, P. I. C.; Salvo, C. G. de; Pinheiro, D. P. N. & Sabbag, G. M. (2005). Correlação entre práticas educativas, depressão, estresse e habilidades sociais. *Psico-USF*, 10(2). <https://doi.org/10.1590/S1413-82712005000200008>
- Instituto de Estudos Socioeconômicos. (2023). *Abandono no ensino médio brasileiro entre 2019 e 2021*.
- Jochem, A. P.; Cofferi, T. P. & Nazar, T. C. G. (2020). Práticas Educativas Parentais e Habilidades Sociais em Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa. *PsicoFAE: Plur. em S. Mental*, 9(2). Recuperado de <https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/302>
- Kann, L.; McManus, T.; Harris, W. A.; Shanklin, S. L.; Flint, K. H.; Queen, B.; Lowry, R.; Chyen, D.; Whittle, L.; Thornton, J.; Lim, C.; Bradford, D.; Yamakawa, Y.; Leon, M.; Brener, N. & Ethier, K. A (2018). Youth Risk Behavior Surveillance — United States, 2017. *MMWR Surveill Summ*. 67(8). 10.15585/mmwr.ss6708a1.

Koch, C.; Schaefer, J. R.; Schneider, M. C. & Mosmann, C. P. (2020). Coparentalidade e Conflito Pais-Filhos em Adolescentes Envolvidos em Práticas Restaurativas.

Psico-USF, 25(2). <https://doi.org/10.1590/1413-82712020250212>.

Krominski, V. de J.; Lopes, R. R. & Fonseca, D. C. (2020). A normatização do conceito criança e adolescente numa perspectiva histórico-cultural. *Cadernos da Psicologia*, 14(30).

Lawrenz, P.; Zeni, L. C.; Foschiera, L. N. & Habigzang, L. F. (2020). Estilos, Práticas ou Habilidades Parentais: Como Diferenciá-los?. *Rev. bras. ter. cogn.*, 16(1).

<http://dx.doi.org/10.5935/1808-5687.20200002>

Lourenço, B. & Queiroz, L. B. (2010). Crescimento e desenvolvimento puberal na adolescência. *Revista de Medicina*. 89(2).

<https://doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v89i2p70-75>

Machado, J. C.; Zappe, J. G. & Dias, A. C. G. (2021). Trajetórias Escolares de Adolescentes em Conflito com a Lei: Revisão da Literatura. *Psicologia em Pesquisa*, 15(3). <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2021.v15.26487>

Magalhães, J. R. F.; Gomes, N. P.; Mota, R. S.; Santos, R. M. dos; Pereira, A. & Oliveira, J. F. (2018). Repercussões da violência intrafamiliar: história oral de adolescentes. *Revista Brasileira de Enfermagem*. 73(1).

<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0228>

Mendo-Lázaro, S.; León-del-Barco, B.; Polo-del-Río, M. I.; Yuste-Tosina, R. & López-Ramos, V. M. (2019). The Role of Parental Acceptance–Rejection in Emotional Instability During Adolescence. *Int. J. Environ. Res. Public Health*. 16. 10.3390/ijerph16071194.

Moraes, B. R. de & Weinmann, A. de O. (2020). Notas sobre a história da adolescência. *Estilos da Clínica*. 25(2). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v25i2p280-296>

Mota, C. P. & Oliveira, I. (2020). Efeito do Suporte Social e Personalidade no Bem-Estar Psicológico em Adolescentes de Diferentes Contextos Relacionais. 36. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3641>.

Nardi, F. L. & Dell'Aglío, D. D. (2012). Adolescentes em Conflito com a Lei: Percepções sobre a Família. *Psicologia Teoria & Pesquisa*, 28(2). <https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000200006>

Nardi, F. L.; Jahn, G. M. & Dell'Aglío, D. D. (2014). Perfil de adolescentes em privação de liberdade: eventos estressores, uso de drogas e expectativas de futuro. *Psicologia em Revista*, 20(1). <https://dx.doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9523.2014v20n1p116>

Olsen, N. & Geronasso, M. C. H. (2022). Estilos parentais e crianças com problemas de comportamento externalizante na escola. *Revista Psicologia em Foco*, 14(2). <https://revistas.fw.uri.br/index.php/psicologiaemfoco/article/view/3402>.

Organização Mundial da Saúde. (2016). *Growing up unequal: gender and socioeconomic differences in young people's health and well-being*.

Pacheco, J. T. B. & Hutz, C. S. (2009). Variáveis Familiares Predictoras do Comportamento Anti-Social em Adolescentes Autores de Atos Infracionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(2). <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000200009>

Papalia, D. E. & Feldman, R. D. (2013). Desenvolvimento físico e cognitivo na adolescência. In. Papalia, D. E. & Feldman, R. D. (Org.), *Desenvolvimento Humano* (pp. 384-449). ArtMed.

Pattwell, S. S., Lee, F. S. & Casey, B. J. (2013). Fear learning and memory across adolescent development. *Hormones and Behavior*. 64(2). 10.1016/j.yhbeh.2013.01.016

- Perez-Gramaje, A. F.; Garcia, O. F.; Reyes, M.; Serra, M. & Garcia, F. (2019). Parenting Styles and Aggressive Adolescents: Relationships with Self-esteem and Personal Maladjustment. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 12(1). <https://doi.org/10.5093/ejpalc2020a1>
- Pessoa, A. S. G & Coimbra, R. M. (2020). Fatores de Risco no Contexto de Adolescentes Envolvidos no Tráfico de Drogas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(1). <https://doi.org/10.12957/epp.2020.50793>
- Peterson, B. E.; Lee, D.; Henninger, A. M. & Cubellis, M. A. (2016). Social Bonds, Juvenile Delinquency, and Korean Adolescents: Intra- and InterIndividual Implications of Hirschi's Social Bonds Theory Using Panel Data. *Crime & Delinquency*. 27(1). 10.1177/0011128714542505
- Predebon, J. & Giongo, C. (2015). A Família com Filhos Adolescentes em Conflito com a Lei: Contribuições de Pesquisas Brasileiras. *Pensando Famílias [online]*, 19(1). ISSN 1679-494X
- Prust, L. W. & Gomide, P. I. C. (2007) Relação entre comportamento moral dos pais e dos filhos adolescentes. *Estudos de Psicologia*, 24(1).
- Reis, D.C. (2016). *Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes: Características Biopsicossociais e Trajetórias de vida*. [Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará].
- Rodrigues, K. F. de. F. B. (2019). Socioeducação e famílias: uma breve análise sobre as famílias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. *Revista Socioeducação*, 2(2).
- Ryan, J. P.; Williams, A. B. & Courtney, M. E. (2013). Adolescent Neglect, Juvenile Delinquency and the Risk of Recidivism. *J Youth Adolescence*, 42(3). 10.1007/s10964-013-9906-8

- Sachser, N.; Hennessy, M. B. & Kaiser, S. (2018). The adaptive shaping of social behavioural phenotypes during adolescence. *Biology Letters*. 14.
<https://doi.org/10.1098/rsbl.2018.0536>
- Sakuramoto, S. M.; Squassoni, C. E. & Matsukura, T. S. (2014). Apoio social, estilo parental e a saúde mental de crianças e adolescente. *O mundo da saúde*, 38(2). DOI: 10.15343/0104-7809.20143802169178.
- Santos, M. C. dos. & Böing, E. (2018). Modelo bioecológico do desenvolvimento humano na intervenção psicossocial com adolescentes em conflito com a lei. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 27(61). <http://dx.doi.org/10.21452/2594-43632018v27n61a06>
- Sartório, A. T. & Rosa, E. M. (2010). Novos paradigmas e velhos discursos: analisando processos de adolescentes em conflito com a lei. *Serv. Soc. Soc.*, (103).
<https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000300008>
- Schavarem, L. do N. & Toni, C. G. de S. (2019). A Relação entre as Práticas Educativas Parentais e a Autoestima da Criança. *Pensando Famílias*, 23(2).
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000200012&lng=pt&tlng=pt.
- Schimmer, G.; Souza, M. & Carlesso, J. P. P. (2021). Os impactos do abuso de cannabis na adolescência. *Disciplinarum Scientia*. 22(3).
<https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumS/article/view/3873>.
- Senna, S. R. C M. & Dessen, M. A. (2012). Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 28(1).
<https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722012000100013>
- Silva, A. M. B. da; Silva, M. L. D. da & Enumo, S. R. F. (2017). Relações entre o hormônio cortisol e comportamentos de adolescentes: Uma revisão sistemática.

Psicologia Revista, 26(2), 337–362.

<https://doi.org/10.23925/2594-3871.2017v26i2p.337-362>.

Silva, M. D. P. e.; Matsukura, T. S.; Cid, M. F. B. & Minatel, M. M. (2015). *Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.*, 25(2).

Siria, S.; Echeburúa, E. & Amor, P. J. (2020). Characteristics and risk factors in juvenile sexual offenders. *Psicothema*, 32(3). 10.7334/psicothema2019.349

Souza Li, L. F. R.; Andrade, E. P. & Villalba, J. P. (2019). Manual técnico para o cuidado à saúde do adolescente na atenção básica (1st ed.).

<http://ipads.org.br/cidadaniajovem/wp-content/uploads/2020/08/MANUAL-TÉCNICO-SAÚDE-ADOLESCENTE-DIGITAL.pdf>.

Souza, M. A. R. de; Wall, M. L.; Thuler, A. C. de M. C.; Lowen, I. M. V. & Peres, A. M. (2018). O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas

qualitativas. *Rev. Esc. Enferm*, 52. <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2017015003353>

Toledo, E. O.; Amaral, J. B. do; França, C. N. & Juliano, Y. (2014). Perfil de famílias de adolescentes em conflito com a lei atendidas nos núcleos de medida socioeducativa. *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, 10.

Toni, C. G. de S. & Hecaveí, V. A. (2014). Relações entre práticas educativas parentais e rendimento acadêmico em crianças. *Psico-USF*, 19(3).

<https://doi.org/10.1590/1413-82712014019003013>.

United Nations Children's Fund. (2014). The state of the world's children 2014 in numbers: Every child counts.

Xiong, R.; De Li, S. & Xia, Y. (2020). A Longitudinal Study of Authoritative Parenting, Juvenile Delinquency and Crime Victimization among Chinese Adolescents. *Int J Environ Res Public Health*, 17(4). 10.3390/ijerph17041405

Zamora, C. S. (2010). Análisis de caso: factores que influyeron una adolescente en la

comisión del acto homicida. *Revista Costarricense de Psicología*, 29(44).

Zappe, J. G.; Alves, C. F. & Dell Aglio, D. D. (2018). Comportamentos de risco na adolescência: revisão sistemática de estudos empíricos. *Psicologia em Revista*, 24(1)..

<https://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n1p79-100>

ANEXOS

ANEXO A - Formulário Adaptado para Caracterização Biopsicossocial do Autor e da Vítima de Agressão Sexual

Formulário Adaptado para Caracterização Biopsicossocial do Autor e da Vítima de Agressão Sexual

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Nº do formulário _____	Data da coleta: ____/____/____
Nº do Processo _____	Cargo/graduação do Aplicador: _____ Cidade: _____
Data da autuação: ____/____/____	
Data da ocorrência da primeira agressão sexual: ____/____/____ ☐ SI	
Data do B.O.: ____/____/____ ☐ SI	

2. DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

AGRESSOR (A)		VÍTIMA (V)	
Data de nascimento ____/____/____	Idade do crime/ato infracional sexual: _____ ☐ SI	Data de nascimento ____/____/____	Idade que sofreu a agressão sexual: _____ ☐ SI
Faixa etária ☐ Criança (1) (0 – 11 anos) ☐ Adolescente (2) (12 – 17 anos) ☐ Jovem (3) (18 – 29 anos) ☐ Adulto (4) (30 – 59 anos) ☐ Idoso (5) (≥ 60)	☐ SI	Faixa etária ☐ Criança (1) (0 – 11 anos) ☐ Adolescente (2) (12 – 17 anos) ☐ Jovem (3) (18 – 29 anos) ☐ Adulto (4) (30 – 59 anos) ☐ Idoso (5) (≥ 60)	☐ SI
Sexo ☐ Feminino (1) ☐ Masculino (2)	☐ SI	Sexo ☐ Feminino (1) ☐ Masculino (2)	☐ SI
Orientação Sexual ☐ Heterossexual (1) ☐ Homossexual (2) ☐ Bissexual (3) ☐ Transsexual (4) ☐ Outros (20) ☐ N.A. (50).	☐ SI	Orientação Sexual ☐ Heterossexual (1) ☐ Homossexual (2) ☐ Bissexual (3) ☐ Transsexual (4) ☐ Outros (20) ☐ N.A. (50)	☐ SI
Cor/Etnia ☐ Amarela (1) ☐ Branca (2) ☐ Parda (3) ☐ Preta (4) ☐ Indígena (5)	☐ SI	Cor/Etnia ☐ Amarela (1) ☐ Branca (2) ☐ Parda (3) ☐ Preta (4) ☐ Indígena (5)	☐ SI
Religião ☐ Católica (1) ☐ Espírita (2) ☐ Evangélica (3) ☐ Religiões de Matriz Africanas (4) ☐ Sem Religião (5) ☐ Outras (20)/ Qual? _____	☐ SI	Religião ☐ Católica (1) ☐ Espírita (2) ☐ Evangélica (3) ☐ Religiões de Matriz Africanas (4) ☐ Sem Religião (5) ☐ Outras (20)/ Qual? _____	☐ SI
Situa. Conjugal ☐ Casado (1) ☐ Divorciado (2) ☐ Separado (3) ☐ Solteiro (4) ☐ União Estável (5) ☐ Viúvo (6) ☐ Namoro (7) ☐ Noivado (8) ☐ N.A. (50).	☐ SI	Situa. Conjugal ☐ Casado (1) ☐ Divorciado (2) ☐ Separado (3) ☐ Solteiro (4) ☐ União Estável (5) ☐ Viúvo (6) ☐ Namoro (7) ☐ Noivado (8) ☐ N.A. (50)	☐ SI
Possui filhos ☐ Sim (1) Quantos? _____ ☐ Não (2) ☐ N.A. (50)	☐ SI	Possui filhos ☐ Sim (1) Quantos? _____ ☐ Não (2) ☐ N.A. (50)	☐ SI
Idade que teve o primeiro filho ☐ N.A. (50)	☐ SI	Idade que teve o primeiro filho ☐ N.A. (50)	☐ SI
		Está gestante atualmente? ☐ Sim (1) Quantos meses? ____ ☐ Não (2) ☐ N.A. (50)	☐ SI
Mora com ☐ Mãe (1) ☐ Pai (2) ☐ Irmão(s) (3) Quantos? ____ ☐ Avô (4) ☐ Avó (5) ☐ Primo (a) (6) ☐ Tio (a) (7) ☐ Outros (20). Quais? _____	☐ SI	Mora com ☐ Mãe (1) ☐ Pai (2) ☐ Irmão(s) (3) Quantos? ____ ☐ Avô (4) ☐ Avó (5) ☐ Primo (a) (6) ☐ Tio (a) (7) ☐ Outros	☐ SI

				(20). Quais? _____		
Relação paterna do agressor	Registro nome do pai: ☐ Sim (1) ☐ Não (2) Orfandade: ☐ Sim (1) ☐ Não (2) Conheceu o pai? ☐ Sim (1) ☐ Não (2) Se sim, convive com o pai? ☐ Sim (1) ☐ Não (2)				☐ SI	
Bairro onde mora		☐ SI	Bairro onde mora		☐ SI	
Onde nasceu	Cidade	☐ SI	Onde nasceu	Cidade	☐ SI	
Onde mora	Cidade	☐ SI	Onde mora	Cidade	☐ SI	
Zona	☐ Urbana (1) ☐ Rural (2) ☐ Ribeirinho (3)		Zona	☐ Urbana (1) ☐ Rural (2) ☐ Ribeirinho (3)		
Idade quando cometeu a 1ª agressão sexual	☐ SI		Idade quando sofreu o 1º abuso sexual	☐ SI		
Escolaridade	☐ Nunca estudou (1) ☐ Creche (2) ☐ Pré-escola (3) ☐ E.F.I. (4)/ Ano/Série _____ ☐ E.F.C (5) ☐ E.M.I. (6)/ Ano/Série _____ ☐ E.M.C. (7) ☐ E. S. I. (8)/Curso: _____ ☐ E.S.C. (9)/Curso: _____		☐ SI	Escolaridade	☐ Nunca estudou (1) ☐ Creche (2) ☐ Pré-escola (3) ☐ E.F.I. (4)/ Ano/série _____ ☐ E.F.C (5) ☐ E.M.I. (6)/Ano/série _____ ☐ E.M.C. (7) ☐ E. S. I. (8)/Curso: _____ ☐ E.S.C. (9)/Curso: _____	☐ S
Evasão escolar	☐ Sim (1) ☐ Não (2) ☐ N.A. (50). Ano/série que evadiu: Motivo da evasão:		☐ SI	Evasão escolar	☐ Sim (1) ☐ Não (2) ☐ N.A. (50) Ano/série que evadiu? Motivo da evasão:	☐ SI

Com vínculo de Parentesco	☐ Mãe (1) ☐ Pai (2) ☐ Irmão (3) ☐ Avô (4) ☐ Avódrasto (5) ☐ Primo (a) (6) ☐ Tio (a) (7) ☐ Padrasto/Madrasta (8) ☐ Cunhada (o) (9) ☐ Cônjuge (10) ☐ Ex-cônjuge (11) ☐ N.A. (50) ☐ Outros (20) _____	☐ SI	Com vínculo de Parentesco	☐ Filho (a) (1) ☐ Neto (a) (2) ☐ Primo (a) (3) ☐ Sobrinho (a) (4) ☐ Enteadado (a) (5) ☐ Cunhado (a) (6) ☐ Irmão (a) (7) ☐ Conjuge (8) ☐ Ex-conjuge (9) ☐ N.A. (50) ☐ Outros (20) _____	☐ SI
Sem vínculo de parentesco	☐ Amiga (o) (1) ☐ Babá (2) ☐ Desconhecida (o) (3) ☐ Conhecido (4) ☐ Vizinha (o) (5) ☐ Colega da escola (6) ☐ Namorada (o) (7) ☐ Professor (a) (8) ☐ Líder religioso (9) ☐ Ex-namorado (10) ☐ N.A. (50) ☐ Outros (20): Qual? _____	☐ SI	Sem vínculo de parentesco	☐ Aluna (o) (1) ☐ Amiga (o) (2) ☐ Colega da escola (3) ☐ Desconhecida (o) (4) ☐ Conhecido (a) (5) ☐ Namorado (a) (6) ☐ Ex-Namorado (a) (7) ☐ Vizinho (a) (8) ☐ Ex-conjuge (9) ☐ N.A. (50) ☐ Outros (20): Qual? _____	☐ SI
Saúde	☐ Condições Médicas Graves (1): Qual? _____ ☐ Deficiência: ☐ físico-motora (2) ☐ auditiva (3) ☐ visual (4) ☐ Intelectual (5) ☐ Laudo Transtorno Mental (6): Qual? _____ ☐ Laudo Síndrome Cerebral Orgânica (7): Qual? _____ ☐ Transtorno Parafílico/Pedofílico (8) ☐ Outros (20): _____	☐ SI	Saúde	☐ Condições Médicas Graves (1): Qual? _____ ☐ Deficiência: ☐ físico-motora (2) ☐ auditiva (3) ☐ visual (4) ☐ Intelectual (5) ☐ Laudo Transtorno Mental (6): Qual? _____ ☐ Laudo Síndrome Cerebral Orgânica (7): Qual? _____ ☐ Outros (20): _____	☐ SI
Ocupação		☐ SI	Ocupação		☐ SI
Condição	☐ Autônomo (1) ☐ Beneficiário/Pensionista (2) ☐ Estudante (3) ☐ Estagiário (4) ☐ Empregado (5) ☐ Desempregado (6) ☐ Trabalho eventual (7) ☐ Do lar (8) ☐ N.A. (50)	☐ SI	Condição	☐ Autônomo (1) ☐ Beneficiário/Pensionista (2) ☐ Estudante (3) ☐ Estagiário (4) ☐ Empregado (5) ☐ Desempregado (6) ☐ Trabalho eventual (7) ☐ Do lar (8) ☐ N.A. (50)	☐ SI

3. DADOS PROCESSUAIS

AUTOR DE AGRESSOR (A) SEXUAL					
Bairro onde aconteceu o ato		☐ Zona Urbana (1) ☐ Zona Rural (2) Qual zona rural? _____ (ramal, aldeia, sítio, praia).	☐ SI	☐ Período Diurno (2) ☐ Período Noturno (1)	☐ SI
Tipo de local onde aconteceu o ato:	☐ Público/privado (1) ☐ Público (2) ☐ Privado (3) ☐ Ciberespaço (4) ☐ Outros (20) _____				☐ SI

No espaço privado	☐ Residência da vítima (1) ☐ Residência do Autor (2) ☐ Residência da vítima/autor (3) ☐ Residência de terceiros/Onde? _____ (4) ☐ Outros/Onde? _____ (20) ☐ N.A. (50)	☐ SI	No espaço público	☐ Rio/Mata (1) ☐ Estabelecimento comercial/lazer (2) ☐ Via pública/terreno baldio (3) ☐ Motel (4) ☐ Escola (5) ☐ Outros (20)/Onde? _____ ☐ N.A. (50)	☐ SI
Agressão sexual:	☐ Intrafamiliar (1) ☐ Extrafamiliar (2)				☐ SI
Confessou:	☐ Sim (1) ☐ Não (2)				☐ SI
Se sim qual foram os Motivos:					☐ SI
Frequência da agressão					☐ SI
Meio/Forma de Agressão	☐ Força corporal (1) ☐ Enforcamento (2) ☐ Obj. Contundente/Perfurante-cortante Substância ou objeto quente (3) ☐ Envenenamento-Intoxicação (4) ☐ Arma de Fogo (5) ☐ Ameaça (6) ☐ Outros (20) Quais? _____ ☐ N.A. (50)				☐ SI
Onde foi realizado o BOP	Delegacia: _____ ☐ N.A. (50)				☐ SI
Tipificação do Ato	☐ Estupro (2013/1) (1) ☐ Estupro de Vulnerável (217-A) (2) ☐ Estupro Coletivo (3) ☐ Assédio (2016-A) (4) ☐ Pornografia Infantil (art. 240) (5) ☐ Assédio Via Internet (6) ☐ Exploração Sexual (7) ☐ Outros (20) Qual? _____				☐ SI
Sentença pelo ato infracional (adolescente)	☐ Advertência (1) ☐ Obrigação de reparar o dano (2) ☐ Prestação de serviços à comunidade (3) ☐ Liberdade assistida (4) ☐ Inserção em regime de semiliberdade (5) ☐ Internação em estabelecimento educacional (6) ☐ Internação em 45 dias/remissão (7) ☐ Absolvido (8)				☐ SI
Julgamento (jovem ou adulto)	☐ Liminar (1) ☐ Julgamento de 1º grau / Qual encaminhamento/medidas: _____ (2) ☐ Julgamento de 2º grau/ Qual encaminhamento/medidas: _____ (3) ☐ Julgamento de 3º grau/ Qual encaminhamento/medidas: _____ (4) ☐ Em andamento (5) ☐ Processo Arquivado (6) ☐ N.A. (50)				☐ SI
Quantos processos e condenações anteriores	☐ Nenhuma (1) _____ ☐ 01 Quais? _____ ☐ 02 Quais? _____ ☐ 03 Quais? _____ ☐ 04 Quais? _____	☐ SI ☐ N.A. (50)	Quantos processos e condenações posteriores	☐ Nenhuma (1) _____ ☐ 01 Quais? _____ ☐ 02 Quais? _____ ☐ 03 Quais? _____ ☐ 04 Quais? _____	☐ SI ☐ N.A. (50)
Situação processual do autor					☐ SI

Tempo de abertura de processo	☐ N.A. (50)	☐ SI
Aplicação da setença definitiva	Data: ____/____/____ ☐ N.A. (50)	☐ SI
Fatores de risco para cometer a Agressão sexual	☐ Trastorno mental (1) ☐ Transtorno comportamental (2) ☐ Comportamento agressivo (3) ☐ Ciúme patológico (4) ☐ Ideação homicida (5) ☐ Ideação suicida (6) ☐ Tentativa de suicídio (7) ☐ Baixa autoestima (8) ☐ Dificuldades na escola (9) ☐ Namoro/intercursossexual precoce (10) ☐ Vulnerabilidade Socioeconômica (11) ☐ Uso abusivo de álcool e outras drogas (12) ☐ Consumo de Pornografia (13) ☐ Práticas parentais negativas (14) ☐ Inserção de um novo membro na família (padrasto/madrasta/outros) (15) ☐ Responsabilização por menor de idade (16) ☐ Situação de rua (17) ☐ Histórico de institucionalização (18) ☐ Histórico infracional/criminal/comportamento delinquente (19) ☐ Outros (20) Quais? _____	☐ SI
Experiências Adversas na Infância	☐ Abuso físico (1) ☐ Abuso Emocional (2) ☐ Abuso Sexual (3) ☐ Consumo de álcool/drogas por familiares no lar (4) ☐ Encarceramento de membro da família (5) ☐ Membro da família com doença mental/psicológica/ comportamento suicida (6) ☐ Presenciar violência doméstica no lar (7) ☐ Um ou nenhum progenitor/divórcio/separação dos pais (8) ☐ Negligência Emocional (9) ☐ Negligência Física (10) ☐ Violência moral ou bullying (11) ☐ Violência comunitária (presenciar situações de violência na comunidade) (12) ☐ Violência coletiva (crime organizado, repressão, tortura) (13)	☐ SI

4. DADOS PROCESSUAIS

VÍTIMA	☐ SI	
Houve mais de uma vítima:	☐ Sim (1) ☐ Não (2) ☐ N.A. (50)	☐ SI
Caso a resposta seja "sim", a outra vítima era da mesma família?	☐ Sim (1) ☐ Não (2) ☐ N.A. (50) ☐ SI A outra vítima tinha parentesco com o agressor? ☐ Sim (1) ☐ Não (2) ☐ N.A. (50) Quantas e Quem eram? _____	☐ SI
Quem fez a denúncia	☐ Mãe (1) ☐ Vítima (2) ☐ Pai (3) ☐ Outros parentes (4): Qual? _____ ☐ Instituição (5): Qual? _____	☐ SI
Os primeiros encaminhamentos adotados	☐ Ao Conselho Tutelar (1) ☐ À Polícia (5) ☐ Ao CREAS (2) ☐ Ao CRAS (6) ☐ À Escola (3) ☐ Ao hospital ou unidade pública de saúde (7) ☐ PROPAZ (4) ☐ IML (8) ☐ Outras (20) : Quais? _____	☐ SI
Procedimentos realizados	☐ Profilaxia IST (1) ☐ Coleta de secreção vaginal (6)	☐ SI

	☐ Profilaxia HIV (2) ☐ Contracepção de Emergência (7) ☐ Profilaxia Hepatite B (3) ☐ Aborto previsto em lei (8) ☐ Coleta de sangue (4) ☐ Exame Sexológico (9) ☐ Coleta de sêmen (5) ☐ Outros (20) Quais? _____ ☐ N.A. (50)	
Agressão sexual foi comprovada?	☐ Sim (1) ☐ Não (2) ☐ N.A. (50) ☐ SI Houve confirmação pelo IML? ☐ Sim (1) ☐ Não (2) ☐ N.A. (50)	☐ SI
A principal forma de comprovação	☐ Avaliação Psicológica (1) ☐ Relato da mãe (7) ☐ Depoimento da vítima (2) ☐ Imagens/vídeos (8) ☐ Depoimento de outros familiares (3) ☐ Depoimento do autor da agressão (9) ☐ Exames ginecológicos (4) ☐ Relato de terceiros (10) ☐ Exame de corpo e delito (5) ☐ Outras (20) Quais? _____ ☐ Laudos do IML (6) ☐ N.A. (50)	☐ SI
Se não houve comprovação, por quê?	☐ Não havia informação suficiente (1) ☐ Não fez exame sexológico (2) ☐ Não houve penetração (3) ☐ Vítima não confirmou (4) ☐ N.A. (50)	☐ SI
Indícios que contribuíram para que a ocorrência não fosse confirmada	☐ Ausência de Exame Médico ou provas materiais (1) ☐ Depoimento do agressor (2) ☐ Depoimento da mãe da vítima (3) ☐ Depoimento da Vítima (4) ☐ Laudos do IML (5) ☐ Processo em andamento (6) ☐ Outras (20) Quais? _____ ☐ N.A. (50)	☐ SI
Tipos de violência sofrida pela vítima, além da agressão sexual	☐ Abandono (1) ☐ Violência física (5) ☐ Negligência familiar (2) ☐ Violência Patrimonial (6) ☐ Violência psicológica (3) ☐ Trabalho Infantil (7) ☐ Violência Institucional (4) ☐ Outros (20) Quais? _____ ☐ N.A. (50)	☐ SI
Severidade e gravidade da agressão sexual	☐ Agressão sexual com uso da força e/ou outro tipo de coerção severa (Handson) (1) ☐ Agressão sexual com "menos" severos como exibicionismo e abuso verbal (Handsoff) (2) ☐ Com contato físico sem uso da força, com sedução (3)	☐ SI
Atos de agressão sexual contra a vítima	☐ Assédio (1) ☐ Tirar as roupas da vítima (6) ☐ Esfregar-se na vítima ou passar a mão no corpo (2) ☐ Sexo vaginal (7) ☐ Exibicionismo da genitália do autor (3) ☐ Sexo anal (8) ☐ Masturbação da vítima pelo agressor e vice-versa (4) ☐ Sexo oral (9) ☐ Obrigação de assistir relações sexuais de terceiros (5) ☐ Outras (20) Quais? _____	☐ SI
A vítima reagiu ao ato	☐ Sim (1) ☐ Não (2) ☐ N.A. (50) ☐ S.I. A vítima reagiu após o ato ☐ Sim (1) ☐ Não (2) ☐ N.A. (50)	☐ SI

Tipo de reação no ato	☐ Chorar (1) ☐ Consentir (2) ☐ Empurrar (3) ☐ Fugir (4) ☐ Gritar (5) ☐ Se negar (6) ☐ Outras (20) _____ Quais?: _____ ☐ N.A. (50)	☐ SI	Tipo de reação após o ato	☐ Contar para familiares (1) ☐ Contar para terceiros (2) (amigas, professora, líder religioso, namorado) ☐ Procurar entidades oficiais (3) ☐ Outro (20) _____ ☐ N.A. (50)	☐ SI
As principais condições físicas e psicológicas após a situação de agressão sexual	☐ Agressividade comportativa (1) ☐ Comportamentos delinquentes (infrações ou delitos) (2) ☐ Dificuldade na escola (3) ☐ Falta de Limite (4)	☐ Manifestações emocionais (5) ☐ Problemas relacionados à sexualidade (6) ☐ Gravidez (7) ☐ Lesão física (8) ☐ Sintomatologia Psicológica (9) _____ ☐ Tentativas de Suicídio (10)	☐ Inibição afetiva e Social (introversão ou isolamento) (11) ☐ Morte (12) ☐ Comportamento Hipersexualizado (13) ☐ Passou a usar drogas (14) ☐ Outras (20) Quais? _____	☐ SI	
Fatores de risco para sofrer a agressão sexual	☐ Transtorno mental (1) ☐ Transtorno comportamental (2) ☐ Deficiência física e/ou intelectual (3) ☐ Ideação suicida (4) ☐ Tentativa de suicídio (5) ☐ Baixa autoestima (6) ☐ Dificuldades na escola (7) ☐ Namoro / Intercurso sexual precoce (8) ☐ Doença grave ou lesões sérias (9) ☐ Vulnerabilidade Socioeconômica (10)	☐ Uso abusivo de álcool e outras drogas (11) ☐ Baixas habilidades sociais (12) ☐ Práticas parentais negativas (13) ☐ Permanência da criança sob a responsabilidade de terceiros (14) ☐ Inserção de um novo membro na família (padrasto/madrasta/outros) (15) ☐ Situação de rua (16) ☐ Histórico de institucionalização (17) ☐ Outros (20). Quais? _____	☐ SI		
Experiências Adversas na Infância	☐ Abuso físico (1) ☐ Abuso Emocional (2) ☐ Abuso Sexual (3) ☐ Consumo de álcool/drogas por familiares no lar (4) ☐ Encarceramento de membro da família (5) ☐ Membro da família com doença mental/psicológica/ comportamento suicida (6) ☐ Presenciar violência doméstica no lar (7)	☐ Um ou nenhum progenitor/divórcio/separação dos pais (8) ☐ Negligência Emocional (9) ☐ Negligência Física (10) ☐ Violência moral ou bullying (11) ☐ Violência comunitária (presenciar situações de violência na comunidade) (12) ☐ Violência coletiva (crime organizado, repressão, tortura) (13)	☐ SI		

ANEXO B - Roteiro de Entrevista Semiestruturada

I – IDENTIFICAÇÃO		
Município (Comarca):	Local da entrevista:	Nº encontros:
Entrevistado (Participante):		
Entrevistador:	Data: ___/___/___	Início: ___h___min. Término: ___h___min.
Data de nascimento:	Faixa Etária: () Criança (0 – 11 anos) () Adolescente (12 – 17 anos) () Jovem (18 – 29 anos) () Adulto (30 – 59 anos) () Idoso (≥ 60)	
Sexo: () Feminino () Masculino		
Orientação Sexual: () Heterossexual () Homossexual () Bissexual () Transsexual () Outros		
Cor/etnia: () Amarela () Branca () Parda () Preta () Indígena		
Religião: () Católica () Espírita () Evangélica () Religiões de Matriz Africanas () Sem Religião () Outra. Qual? _____		
Situação Conjugal: () Casado () Divorciado () Separado () Solteiro () União Estável () Viúvo () Namoro () Noivado		
Possui Filhos: () Sim () Não Quantos?: _____		
Escolaridade: Série: _____	Nível: _____	Completo () Incompleto ()
Ocupação (Profissão):		
Mora com: () Mãe () Pai () Irmão(s): Quantos? _____ () Avô () Avó () Primo(a) () Tio(a) () Outros. Quais? _____		
Foi criado pelos pais biológico na infância?	Se não, indicar por quem foi criado:	
Bairro onde mora?	Onde nasceu:	
Tempo de cumprimento da Medida Sócioeducativa (MSE):		

II - ENTREVISTAS SOBRE OS CICLOS DE VIDA
1. Infância: Relações (explorar esta fase do ciclo vital)
Fale-me sobre sua Infância .
Que lembranças você tem de sua Infância ? (Explorar lembranças boas/ruins).
Fale-me de sua família. (Explorar relações com irmãos, primos, outras crianças que viviam na mesma casa).
Como era ser uma Criança nesta família?
Como você acha que sua mãe/pai o descreveriam?
Que lembranças você tem de sua Infância na sua família?
Conte-me sobre um episódio bom.
Conte-me sobre um episódio ruim (se não mencionar vitimização na infância por abuso sexual perguntar se passou por alguma experiência relacionada ao fato)
Fale-me de sua escola. (Explorar relações com colegas, professores, atividades no recreio, desempenho escolar)
Você tinha amigos (as) na escola? Fale-me sobre eles...
Como você acha que sua professora o descreveria à época?
Que lembranças você tem de sua Infância na sua escola? Conte-me sobre um episódio bom. Conte-me sobre um episódio ruim.
Fale-me de seus amigos fora da escola.
Quem eram estes amigos (as)? Fale-me sobre eles.
Que lembranças você tem de sua Infância no seu bairro? Conte-me sobre um episódio bom. Conte-me sobre um episódio ruim. Do que você mais gostava de brincar? Por quê? Como ocupava seu tempo?

2. Adolescência: Relações (explorar esta fase do ciclo vital)
Fale-me de você, como um Adolescente .
Como é sua família?
Como é ser um Adolescente nesta família?
Quem são com as quais convivia?
Como é sua relação com elas? (Explorar relações com irmãos, primos, outras crianças que viviam na mesma casa, durante a Adolescência) Como ocupava seu tempo?
Conte-me sobre um acontecimento bom e um ruim em sua adolescência. Como você acha que sua mãe/pai o descrevem na Adolescência ?
Que lembranças você tem de sua Adolescência na sua família? Conte-me sobre um episódio bom.
Conte-me sobre um episódio ruim (se não mencionar vitimização na infância por abuso sexual perguntar se passou por alguma experiência relacionada ao fato)
Fale-me de sua escola. (Explorar relações com colegas, professores, atividades no recreio, desempenho escolar) Você tinha amigos (as) na escola? Fale-me sobre eles.
Como você acha que sua professora o descreveria?
Que lembranças você tem de sua Adolescência na sua escola? Conte-me sobre um episódio bom. Conte-me sobre um episódio ruim. Fale-me de seus amigos fora da escola.
Quem eram estes amigos (as)? Fale-me sobre eles.
Que lembranças você tem de sua Adolescência no seu bairro? Conte-me sobre um episódio bom. Conte-me sobre um episódio ruim.
Do que você mais gostava de brincar? Por quê? Como ocupava seu tempo?
Fale-me dos seus relacionamentos amoroso na sua Adolescência .

III – SAÚDE		
Nasceu de parto normal?		
Teve alguma complicação no parto?	Se sim, indique qual:	
Nasceu com alguma deficiência	Se sim, indique qual:	
Sofreu agressão física?	Se sim, com que idade:	
Sofreu agressão verbal?	Se sim, com que idade:	
Sofreu agressão sexual?	Se sim, com que idade:	
Teve alguma doença mental/psicológica ou dos nervos?	Se sim, indique qual:	
Teve alguma doença sexualmente transmissível?	Se sim, com que idade e qual o tipo?	Que idade
Como você acha que contraiu esta doença?		
Você se envolveu alguma vez em briga?	Se sim, com que idade:	Em que local?
Tentou suicídio alguma vez?	Se sim, indique qual idade:	Porquê?
Considerando a sua experiência pessoal, responda às questões abaixo:		
Tipos	Já experimentou ao menos uma vez na vida?	Que idade você tinha quando usou pela 1ª vez?
Bebida alcoólica		
Cigarro comum		
Maconha		
Cola, solventes, <i>thinner</i> , lança-perfume, acetona		
Cocaína		
<i>Crack</i>		
<i>Ecstasy</i>		
Remédio para emagrecer sem receita médica		
Anabolizante		
Remédio para “ficar doidão”		
Chá para “ficar doidão”		
Outra		
Frequência que isso acontecia		

IV – SEXUALIDADE		
O que é sexualidade para você?		
Quem foi a primeira pessoa a falar sobre sexualidade com você?	Que idade você tinha?	
E nas outras vezes, com quem você falou sobre sexualidade?	Que idade você tinha?	
Que idade você tinha quando teve acesso a revistas e/ou filmes pornográficos?	Como você tinha acesso?	
Com que idade começou a namorar?	Com quem?	
Com que idade você teve sua primeira relação sexual?		
Com quem foi a sua primeira relação sexual?		
Quantos parceiros sexuais você teve até hoje?		
Quantos eram do sexo masculino?		
Quantos eram do sexo feminino?		
Na sua infância, você foi abordado por alguém para manter relação sexual?	Se sim, que idade você tinha:	
Quem lhe convidou?		
Na sua adolescência você foi abordado por alguém para manter relação sexual?	Se sim, que idade você tinha:	
Quem lhe convidou?		
Manteve relação sexual em troca de dinheiro, favor ou vantagem?	Se sim, que idade você tinha?	Com quem?
Você recebeu alguma vez orientação sobre violência ou agressão sexual (o que é, como se prevenir, etc)?	Se sim, que idade você tinha?	
Quem falou com você sobre violência ou agressão sexual?		

V – REDE DE APOIO		
Você tinha amigos na infância?	Qual idade do seu amigo?	
Você tinha amigos na adolescência?	Qual idade do seu amigo?	
Você tinha amigos na juventude?	Qual idade do seu amigo?	
Você tem amigos hoje?	Qual idade do seu amigo?	
Se não, qual o motivo?		
Durante a sua infância participava de algum grupo ou associação?	Se sim, que idade tinha?	E qual grupo?
Durante a sua adolescência participava de algum grupo ou associação?	Se sim, que idade tinha?	E qual grupo?
Durante a sua juventude participava de algum grupo ou associação?	Se sim, que idade tinha?	E qual grupo?
Você trabalhava na sua infância?	Se sim, que idade tinha?	Qual tipo de trabalho
Você trabalhava na sua adolescência?	Se sim, que idade tinha?	Qual tipo de trabalho
Você trabalhava na sua juventude?	Se sim, que idade tinha?	Qual tipo de trabalho
Tinha alguma profissão, antes de ser preso?	Se sim, qual?	

Foi demitido alguma vez?	
Teve problemas com descumprimento da lei?	Qual foi o motivo?
No período em que o processo foi instaurado e o cumprimento da sentença você recebeu ajuda de quem?	

VI-VIOLENCIA		
Tipos	Com que frequência esta situação acontecia	Indique quem fez isto com mais frequência
Ameaça ou humilhação		
Soco ou surra		
Agressão com objeto (madeira, cinto, cigarro, etc.)		
Mexeu no meu corpo contra a minha vontade		
Relação sexual forçada		

ENTREVISTA COGNITIVA

1. Se uma criança se sente atraída por um adolescente eles podem manter relação sexual? Exemplifique
2. Se um adolescente se sente atraído por uma criança eles podem manter relação sexual? Exemplifique
3. Se um adulto se sente atraído por uma criança eles podem manter relação sexual? Exemplifique
4. Se um adulto se sente atraído por um adolescente eles podem manter relação sexual? Exemplifique
5. O que você acha que é uma agressão? Exemplifique
6. O que você acha que é uma agressão sexual? Exemplifique
7. O que leva uma pessoa a agredir sexualmente uma criança ou um adolescente?
8. Você foi julgado para o cumprimento de uma medida socioeducativa por agressão sexual contra criança e adolescente o que você tem a dizer sobre isso?
9. Você conhecia a criança/adolescente? Fale como ela/ele era (Descreva-a/o, explorando aspectos como aparência, atitudes, percepção de inteligência e maturidade, deficiência, etc.). Quantos anos ela/ele tinha?
10. Qual o seu relacionamento com ela/ele?
11. A criança/adolescente o atraía?
12. Acha que a criança/adolescente o provocou?
13. Costuma a pensar nele/a?
14. Você acha que a MSE aplicada foi justa? Qual o sentimento de estar cumprindo essa medida?
15. Se você pudesse voltar no passado, o que faria diferente?
16. Pensando em sua história de vida, você acha que existe algo que influenciou o que lhe acontece no momento atual?
17. O que você acha que acontecerá depois que cumprir a medida?
18. Julga se possível voltar a ter o mesmo comportamento após o cumprimento da medida?
19. Você está recebendo algum atendimento aqui (Dizer o nome da Unidade de Atendimento Socioeducativo) Qual o tipo? Você acha que esse atendimento satisfaz as suas necessidades? Qual o atendimento que você gostaria de receber?
20. O que você achou desta entrevista? Quer acrescentar alguma informação?

ANEXO C - Inventário de Estilos Parentais (IEP) modificado pela pesquisadora

Inventário de Estilos Parentais (IEP) *Práticas educativas*

Paula Inez Cunha Gomide

O objetivo deste instrumento é estudar a maneira utilizada pelos pais na educação de seus filhos. Não existem respostas certas ou erradas. Responda cada questão com sinceridade e tranquilidade. Suas informações serão sigilosas. Escolha, entre as alternativas a seguir, aquelas que mais refletem a forma como sua *mãe ou pai* o(a) educa.

Identificação

Nome: _____ Idade: _____
Escolaridade: _____ Sexo: () M () F *Figura parental:* _____

Responda a tabela a seguir fazendo um X no quadrinho que melhor indica a frequência com que sua *MÃE ou PAI* ou responsável age nas situações relacionadas; mesmo que a situação descrita nunca tenha ocorrido, responda considerando o possível comportamento de sua mãe naquelas circunstâncias.

Utilize a legenda de acordo com o seguinte critério:

NUNCA: Se, considerando 10 episódios, ela agiu daquela forma entre 0 a 2 vezes.

ÀS VEZES: Se, considerando 10 episódios, ela agiu daquela forma entre 3 a 7 vezes.

SEMPRE: Se, considerando 10 episódios, ela agiu daquela forma 8 a 10 vezes.

	Entre 10 episódios		
	8 a 10	3 a 7	0 a 2
	Sempre	Às vezes	Nunca
1. Quando saía contava a ele/ela espontaneamente onde eu ia.			
2. Ele/ela me ensinava a devolver objetos ou dinheiro que não me pertenciam.			
3. Quando fazia algo errado, a punição de meu/minha pai/mãe era mais severa dependendo de seu humor.			
4. O trabalho de meu/minha pai/mãe atrapalhava a sua atenção comigo.			
5. Ele/ela ameaçava que ia me bater ou castigar e depois nada acontecia.			
6. Ele/ela criticava qualquer coisa que eu fazia, como o quarto estar desarrumado ou estar com os cabelos despenteados.			
7. Ele/ela me batia com cinta ou outros objetos.			
8. Ele/ela perguntava como foi meu dia na escola e me ouvia atentamente.			

Entre 10 episódios

	8 a 10	3 a 7	0 a 2
	Sempre	Às vezes	Nunca
9. Se eu colasse na prova, ele/ela me explicava que é melhor tirar nota baixa do que enganar a professora ou a mim mesmo.			
10. Quando ele/ela estava alegre, não se importava com as coisas erradas que eu fazia.			
11. Sentia dificuldades em contar meus problemas para ele/ela, pois vivia ocupado/ocupada.			
12. Quando ele/ela me castigava, pedia para sair do castigo, e, após muita insistência, ele deixava.			
13. Quando saía, ele/ela telefonava me procurando muitas vezes.			
14. Tinha muito medo de apanhar dele/dela.			
15. Quando estava triste e aborrecido, ele/ela se interessava em me ajudar a resolver o problema.			
16. Quando estragava alguma coisa de alguém, ele/ela me ensinava a contar o que fiz e pedir desculpas.			
17. Ele/ela me castigava quando estava nervoso/nervosa; assim que passava a raiva, pedia desculpas.			
18. Ficava sozinho em casa a maior parte do tempo.			
19. Durante uma briga, eu xingava ou gritava com ele/ela e, então, ele/ela me deixava em paz.			
20. Ele/ela controlava com quem falava ou saía.			
21. Ficava machucado quando ele/ela me batia.			
22. Mesmo quando estava ocupado/ocupada ou viajando, me telefonava para saber como eu estava.			
23. Ele/ela me aconselhava a ler livros, revistas ou ver programas de TV que mostravam os efeitos negativos do uso de drogas.			
24. Quando ele/ela estava nervoso/nervosa, acaba descontando em mim.			
25. Sentia que ele/ela não me dava atenção.			
26. Quando ele/ela me mandava estudar, arrumar o quarto ou voltar para casa, e não obedecia, ele/ela "deixava pra lá".			
27. Especialmente nas horas das refeições, ele/ela ficava dando broncas.			

Entre 10 episódios			
	8 a 10	3 a 7	0 a 2
	Sempre	Às vezes	Nunca
28. Sentia ódio do/da meu/minha pai/mãe quando ele/ela me batia.			
29. Após uma festa, ele/ela queria saber se me divertia.			
30. Ele/ela conversava comigo sobre o que é certo ou errado no comportamento dos personagens dos filmes e dos programas de TV.			
31. Ele/ela era mal-humorado/mal-humorada.			
32. Ele/ela ignorava o que eu gostava.			
33. Ele/ela avisava que não ia me dar um presente caso não estudasse, mas na hora "H", ele/ela ficava com pena e dava o presente.			
34. Se ia a uma festa, ele/ela somente queria saber se bebi, se fumei ou se estava com aquele grupo de maus elementos.			
35. Ele/ela era agressivo/agressiva comigo.			
36. Ele/ela estabelecia regras (o que podia ou o que não podia ser feito) e explicava suas razões sem brigar.			
37. Ele/ela conversava sobre meu futuro trabalho mostrando os pontos positivos ou negativos da minha escolha.			
38. O mau humor dele/dela impedia que eu saísse com meus amigos.			
39. Ele/ela ignorava meus problemas			
40. Quando ficava muito nervoso em uma discussão ou briga, percebia que isto amentrontava meu/minha pai/mãe.			
41. Quando estava aborrecido, ele/ela ficava insistindo para eu contar o que aconteceu, mesmo que eu não quisesse contar.			
42. Ele/ela era violento/violenta.			

ANEXO D - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)



TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa Jovens Ofensores Sexuais: Experiências Adversas na Infância e Distorções Cognitivas coordenada pela Prof.ª Drª Lília Iêda Chaves Cavalcante (Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento – LED/UFPA). Seus responsáveis permitiram que você participasse deste estudo. Com esta pesquisa, queremos conhecer mais sobre fatores e contextos de desenvolvimento biopsicossocial de jovens autores de agressão em mesorregiões do estado do Pará. Você só precisa participar da pesquisa se quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir. As/os adolescentes que irão participar desta pesquisa têm de 12 a 18 anos de idade. A pesquisa será feita em unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará – FASEPA, onde as/os adolescentes serão entrevistados por membros da equipe responsável pelo estudo. A entrevista contém perguntas sobre a trajetória de vida dos participantes desde o nascimento até o presente momento, além de outras sobre temas como infância, violência, adolescência, juventude, agressão sexual, família, comunidade, entre outras. Para isso, será usado um aparelho de MP3 (ou equipamento semelhante, como um celular, por exemplo) para gravar o áudio da entrevista. A entrevista é considerada um procedimento seguro para o participante deste tipo de pesquisa, mas existe o risco de você ficar tenso/a, cansado/a ou desconfortável. Se isso ocorrer, você pode pedir para interromper a entrevista imediatamente, e isso será feito. Caso seja necessário que você receba assistência médica ou psicológica, isso será garantido. Caso aconteça algo errado, você pode nos procurar pelos telefones que estão informados no final do texto; mas há coisas boas que podem acontecer, como por exemplo, você saber que está contribuindo para que mais pessoas compreendam quem são e como se sentem adolescentes que estão cumprindo uma medida socioeducativa. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser apresentados em trabalhos acadêmicos e eventos técnico-científicos, mas sem identificar as/os adolescentes que participaram. Se você ou os responsáveis por você tiver(em) dúvidas com relação ao estudo, direitos do participante, ou riscos relacionados ao estudo, você deve contatar as responsáveis por esta pesquisa, Prof.ª Drª Lília Iêda Chaves Cavalcante e Msc. Maira de Maria Pires Ferraz, da Universidade Federal do Pará, endereço: R. Augusto Corrêa, 01 - Guamá, Belém - PA, 66075-110, atendendo pelo telefone: (91) 3201-8482.

Da mesma forma, você pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Pará – UFPA. O CEP/NMT/UFPA - Av. Generalíssimo Deodoro, 92, bairro Umarizal, CEP: 66055-240, por intermédio do telefone (91) 3201-0961, e-mail cepnmt@ufpa.br

Agradecemos a sua autorização e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu _____ aceito participar da pesquisa Jovens Ofensores Sexuais: Experiências Adversas na Infância e Distorções Cognitivas.

Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer durante a realização da pesquisa.

Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar com raiva de mim.

Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis.

Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

Belém, ____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

Assinatura do coordenador da pesquisa

ANEXO E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(No caso de responsável pelo adolescente de 12 a 17 anos)

O adolescente _____, sob sua responsabilidade, está sendo convidado a participar da pesquisa Jovens Ofensores Sexuais: Experiências Adversas na Infância e Distorções Cognitivas coordenada pela Prof.ª Dr.ª Lília Iêda Chaves Cavalcante (Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento – LED/UFPA). Com esta pesquisa, queremos conhecer mais sobre fatores e contextos de desenvolvimento biopsicossocial de jovens autores de agressão em mesorregiões do estado do Pará. As/Os adolescentes que irão participar desta pesquisa têm de 12 a 18 anos de idade e vão compor três grupos de participantes: O primeiro composto por adolescentes que cometeram ofensa sexual, o segundo por adolescentes que cometeram outros tipos de violência e por último, um grupo composto por adolescentes que não cometeram nenhum tipo de violência. A pesquisa será feita em unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará – FASEPA e em USINAS DA PAZ com o objetivo de compor cada grupo de participantes; os adolescentes serão entrevistados por membros da equipe responsável pelo estudo. A entrevista contém perguntas sobre a trajetória de vida dos participantes desde o nascimento até o presente momento, além de outros sobre temas como infância, violência, adolescência, juventude, agressão sexual, família, comunidade, entre outras. Para isso, será usado um aparelho de MP3 (ou equipamento semelhante, como um celular, por exemplo) para gravar o áudio da entrevista. Para participar desta pesquisa, o adolescente sob sua responsabilidade não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Ele será esclarecido (a) sobre qualquer aspecto acerca da pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se. Você, como responsável pelo adolescente, poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação dele a qualquer momento. A participação dele é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade. O adolescente não será identificado em nenhuma publicação derivada da pesquisa. A entrevista é considerada um procedimento seguro para o participante deste tipo de pesquisa, mas existe o risco de ficar tenso/a, cansado/a ou desconfortável. Se isso ocorrer, o adolescente poderá pedir para interromper a entrevista imediatamente, e isso será feito. Caso seja necessário que o adolescente receba assistência médica ou psicológica, isso será garantido. Caso aconteça algo errado, você pode nos procurar pelos telefones que estão informados no final do texto; mas há coisas boas que podem acontecer, como por exemplo, você saber que está contribuindo para que mais pessoas compreendam quem são e como se sentem adolescentes que estão cumprindo uma medida socioeducativa e adolescentes que não estão cumprindo medida socioeducativa. Se você tiver dúvidas com relação ao estudo, direitos do participante, ou riscos relacionados ao estudo, você deve contatar as responsáveis por esta pesquisa, Prof.ª Dr.ª Lília Iêda Chaves Cavalcante e Msc. Maira de Maria Pires Ferraz, da Universidade Federal do Pará, endereço: R. Augusto Corrêa, 01 - Guamá, Belém - PA, 66075-110, atendendo pelo telefone: (91) 3201-8482.

Da mesma forma, você pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Pará – UFPA. O CEP/NMT/UFPA - Av. Generalíssimo Deodoro, 92, bairro Umarizal, CEP: 66055-240, por intermédio do telefone (91) 3201-0961, e-mail cepnmmt@ufpa.br.

Agradecemos a sua autorização e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

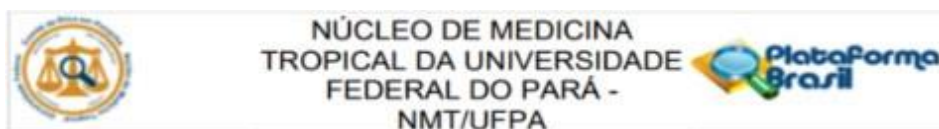
Eu _____ responsável pelo adolescente _____ aceito sua participação na pesquisa Jovens Ofensores Sexuais: Experiências Adversas na Infância e Distorções Cognitivas. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer durante a realização da pesquisa. Entendi que posso dizer "sim", mas que, a qualquer momento, posso dizer "não" e desistir e que ninguém vai ficar com raiva de mim. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e li e concordo em autorizar a participação do adolescente na pesquisa.

Belém, ____ de _____ de _____.

Assinatura do responsável

Assinatura do coordenador da pesquisa

ANEXO F - Comitê de Ética do Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará:
Parecer Favorável.



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Jovens ofensores sexuais: experiências adversas na infância e distorções cognitivas

Pesquisador: MAIRA DE MARIA PIRES FERRAZ

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 63236422.0.0000.5172

Instituição Proponente: Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.894.026

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto vinculado ao PPG em Teoria e Pesquisa do Comportamento da UFPa.

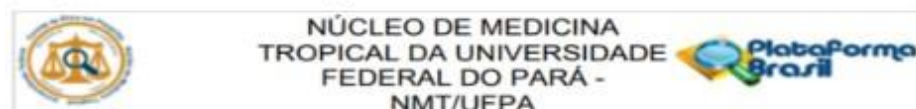
Serão utilizados dados de prontuários de jovens do sexo masculino, com idade entre 12 e 29 anos com histórico de ofensa sexual, outras ofensas e sem histórico de ofensa. Os 300 participantes (100 com histórico de ofensas sexuais, 100 com histórico de outras ofensas, 100 sem histórico de ofensas) responderão a dois questionários: Adverse Childhood Experiences International Questionnaire (ACE-IQ) e Questionário de Distorções Cognitivas – CD- Quest, e 30 participantes, 10 de cada grupo, passarão por uma entrevista semiestruturada para a coleta de dados qualitativos. Os dados serão analisados para verificar a hipótese de que os jovens que cometeram crimes sexuais tiveram um histórico de experiências adversas.

Objetivo da Pesquisa:

O projeto visa "Demonstrar a relação entre Experiências Adversas na Infância (EAI) e distorções cognitivas sobre gênero e violência entre jovens ofensores sexuais de mesorregiões do Pará".

Objetivo Primário:

Demonstrar a relação entre Experiências Adversas na Infância (EAI) e distorções cognitivas sobre gênero e violência entre jovens ofensores sexuais de mesorregiões do Pará.



Continuação do Parecer: 5.894.026

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELEM, 14 de Fevereiro de 2023

Assinado por:
 Esther Iris Christina Freifrau von Ledebur
 (Coordenador(a))